ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CEARÁ
A Cidadania em Destaque

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02 de 2006

AUTORIA: COMISSÃO DE ORÇAMENTO FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

EMENTA

APROVA AS CONTAS APRESENTADAS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, ALUSIVAS AO EXERCÍCIO DE 2005.

DISTRIBUIÇÃO

À COMISSÃO ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PRESIDENTE: DEPUTADO (A) GISLAINE LANDIM

À COMISSÃO

PRESIDENTE: DEPUTADO (A)

À COMISSÃO

PRESIDENTE: DEPUTADO (A)

À COMISSÃO

PRESIDENTE: DEPUTADO (A)

À COMISSÃO

PRESIDENTE: DEPUTADO (A)

À COMISSÃO

PRESIDENTE: DEPUTADO (A)

SINOPSE

DISCUSSÃO ÚNICA _____

REDAÇÃO FINAL _____

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL _____

ARQUIVAMENTO _____

ESTADO DO CEARÁ
Palácio Iracema
Gabinete do Governador

À Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.
18.04.06

DIVISÃO DE INF. E DOCUMENTAÇÃO 01

OFÍCIO GG-Nº 160/06
Fortaleza, 10 de abril de 2006

Antônio Luiz ABREU Dantas
Chefe do Gabinete da Presidência

Exmo. Sr.
Deputado MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira, 2807 – sala 409
60879-900 - FORTALEZA / CE

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, e nos termos do disposto no inciso XVI do artigo 88 da Constituição Estadual, encaminho a V. Exa. a Prestação de Contas do Governo do Estado, anexa, alusiva ao exercício de 2005, elaborada conforme as normas legais que regem a matéria, em especial a Lei Federal nº 4320/64.

Atenciosamente,

Lúcio Gonçalo de Alcântara
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
REG. Nº 535
Em 17 de abril de 2006
Serviço de Protocolo

Centro Administrativo Bárbara de Alencar
Av Dr José Martins Rodrigues, 150 Edson Queiroz 60811-520 Fortaleza-Ceará
Fone (85) 3101 6200 - Fax (85) 3101 1700
e-mail gabgov@gabgov ce gov br

ESTADO DO CEARÁ
Palácio Iracema
Gabinete do Governador

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 01 A

OFÍCIO GG-Nº 161/06
Fortaleza, 10 de abril de 2006

Exmo. Sr.
Conselheiro JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará
Rua Sena Madureira, 1047
60055-080 - FORTALEZA / CE

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. a prestação de Contas do Governo do Estado do Ceará, referente ao exercício de 2005, elaborada de acordo com as normas legais que regem a matéria, em especial a Lei Federal nº 4320/64, e os anexos abaixo relacionados.

1. Relatório que demonstra uma visão global da gestão do exercício.
2. Cópias das atas das audiências realizadas nos meses de maio e setembro de 2005 e fevereiro de 2005, na Assembléia Legislativa.
3. Relatório dos projetos concluídos e em conclusão do Estado.

Atenciosamente,

Lúcio Gonçalo de Alcântara
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ

Núcleo de Atendimento e Protocolo

17/04/2006

Nº do Protocolo
02031/2006-6

Centro Administrativo Bárbara de Alencar
Av Dr José Martins Rodrigues, 150 Edson Queiroz 60811-520 Fortaleza-Ceará
Fone. (85) 3101 6200 - Fax (85) 3101 1700
e-mail gabgov@gabgov.ce.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 2

ESTADO DO CEARÁ

RELATÓRIO DOS PRINCIPAIS

PROGRAMAS / PROJETOS

(Instrução normativa nº 01/2000 do TCE – Art. 4º, inciso III)

MARÇO – 2006

SUMÁRIO

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

PROGRAMAS

1.1 ATRAÇÃO DE EMPREEENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE
1.2 AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA
1.3 AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, PESCA E DA AQUICULTURA
1.4 DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS
1.5 RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
1.6 COMPLEXO INDUSTRIAL DO PORTO DE PECÉM
1.7 OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS
1.8 SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS
1 9 MARKETING TURÍSTICO
1 10 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ- PRODETUR
I
1.11 DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR
1 12 CEARÁ EMPREENDEDOR
1 13 ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

PROGRAMAS

2 1 UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES URBANAS E RURAIS
2.2 PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS
2 3 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA, DE JOVENS E ADULTOS
2 4 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
2 5 APOIO A REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES

2.6 SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE
2 7 MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
2 8 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
2.9 FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO À SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO- SAÚDE
MAIS PERTO DE VOCÊ
2.10 FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO-SAÚDE DA
FAMÍLIA
2 11 INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ
2 12 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE
2 13 PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL
2.14 DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS

EIXO 3 - CEARÁ INTEGRAÇÃO

PROGRAMAS

3.1 COMBATE À POBREZA NO CEARÁ- PROJETO SÃO JOSÉ
3.2 PROGRAMA HABITACIONAL-CASA MELHOR
3 3 DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls 4

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.1 -ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OBJETIVO

Atrair novos empreendimentos industriais de médio e grande portes, mediante a oferta de infra-estrutura industrial, da divulgação de oportunidades de investimentos e de uma política de incentivos fiscais adequada.

PÚBLICO ALVO
Investidores e população economicamente ativa

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E/OU FOCALIZAÇÃO
Municípios com comprovada capacidade para a implantação de empresas e disponibilidade de mão-de-obra.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO :

-Assentar indústrias e apoiar missões de investidores;

-Capacitar recursos humanos;

- Implantar infra-estrutura básica para a indústria.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

-Viabilização da implantação/ampliação de 63 novos empreendimentos industriais, com investimentos privados da ordem de R$ 1,15 bilhão, abrangendo diversos setores da economia (alimentícios, confecções, turismo, construção civil, auto peças, plásticos), com o apoio do Fundo de Desenvolvimento Industrial, que deverá proporcionar 17.754 empregos diretos, beneficiando 29 municípios.

-Formalização de 49 protocolos de intenção com empresas, para implantação de unidades industriais no Ceará, contemplando setores da indústria, turismo e agroindústria, beneficiando 23 municípios, com investimentos privados previstos da ordem de R$ 792,35 milhões e perspectiva de geração de mais 10 674 empregos diretos

-Aprovação ,pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial-CEDIN, de 175 resoluções, sendo. 39 destinadas à contratação do FDI, no âmbito dos programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas-PROVIN e do Programa de Incentivo à Industrialização de Produto para Exportação do Estado do Ceará-PROINEX, 82 Resoluções concedendo benefícios de deferimento, 15 concedendo parcelamento de débito e 39 concedendo alteração de contrato.

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 2 633 645,38 pelo Programa da Atração de Empreendimentos de Médio e Grande Porte e R$ 83 842.326,63 através da Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial-FDI

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.3- AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

OBJETIVO

Promover ações diretas e indiretas de apoio à produção e comercialização, em áreas de sequeiro e irrigadas, promovendo o desenvolvimento sustentável dos produtos da agricultura cearense e a comercialização dos produtos do agronegócio cearense

PÚBLICO ALVO

Empresas, produtores e suas associações envolvidas com os produtos da agricultura cearense;Técnicos das entidades privadas e públicas de suporte à produção e comercialização; Demais Secretarias do Governo Estadual, Secretarias Municipais e Órgãos Federais envolvidos com a produção e a comercialização dos produtos do agronegócio cearense

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:

- Implantação de medidas de fortalecimento e apoio ao atores sociais de toda a cadeia de produção, com ênfase nos elos mais fracos, que estejam causando a ineficiência do agronegócio, Especificamente, dentre as ações objeto do Programa, destacam-se as seguintes estratégias:

Culturas Tradicionais (algodão, mamona e mandioca):

- Incremento do Programa de Distribuição de Sementes, ofertando insumos de alta tecnologia, tratadas e de espécies de maiores produtividades e adaptadas no Estado,

- Estímulo à criação de grupos organizados de produtores para solucionar a compra de insumos em melhores condições de preços,estabelecimento de protocolos de intenções com indústrias, visando remunerar melhor os investimentos realizados pelo produtor rural;

Integração das unidades familiares de produção de uma abordagem sistêmica, observando a racionalização no uso dos recursos produtivos disponíveis (mão-de-obra, equipamentos, terra agricultável e água), com adoção de tecnologias voltadas para a preservação do meio ambiente;

- Retomada do funcionamento das agroindústrias de farinha, fécula e raspa de mandioca secas ao sol, dever ser precedida de um trabalho de verificação das condições das unidades fabris e do ânimo das comunidades em retornar a atividade, apoiando-se na oferta estável de tubérculo pelos agricultores organizados;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 5

- Modernização dos processos de produção, comercialização e organização das unidades de processamento de farinha e fécula de mandioca, de modo a torna-las competitiva em qualidade, custo de produção e oferta estável,

Cajucultura

Estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas entre instituições públicas e privadas, iniciando-se com o uso dos estoques de tecnologias existentes,

Oferta de assistência técnica com regularidade e qualidade; capacitação e qualificação de recursos humanos em técnicas de produção, processamento e gestão;

- Ações de fomento à produção e, estímulo à agregação de valor aos produtos derivados do caju, aplicadas exclusivamente nos quatro pólos definidos pela SEAGRI.De acordo com a Plataforma do Caju;
- O Programa conta com o apoio doComitê Gestor do Agronégocio Caju-Ceará, órgão deliberativo/consultivo e de articulação político-institucional, e o Comitê Executivo com atribuições de coordenação, articulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades previstas no Projeto de Expansão e Recuperação da Cajucultura Cearense

Grãos
- Envolvimento efetivo da APROSEMCE (fornecedora de sementes) e da EMATERCE , através da seleção e cadastramento de produtores, recebimento das sementes nos armazéns credenciados, transporte para municípios e distribuição para os produtores e prestação de assistência técnica.

- Definição, aplicação, acompanhamento da destinação dos recursos do FEIR de acordo com objetivos estratégicos da SEAGRI e dispositivos legais definidos pela Lei de constituição desse Fundo.

- Seleção dos fornecedores de sementes, Aquisição das Sementes, Armazenamento (CONAB, Estado e particulares), Distribuição das sementes, Acompanhamento das atividades de distribuição, Supervisão da distribuição nas regiões, Supervisão das condições físicas-sanitárias dos armazéns, levantamento e revitalização das agroindústrias de raspa de mandioca.
- Distribuição de sementes, Assistência técnica e Capacitação de técnicos e produtores.

Apoio ao desenvolvimento da silvicultura

- Visitas técnicas aos municípios produtores;Realização de cadastramento dos produtores, rendeiros e vareiros;
- Capacitação de técnicos e produtores tanto em tecnologias como em organização dos produtores;
- Orientação na colheita e secagem das folhas, retirada do pó e produção da cera de origem;
- Instalação de Secadores Solar;

- Produção de material técnico e elaboração de relatórios

Modernização, implementaçao e gestão de perímetros públicos

- Visitas técnicas aos municípios produtores;

- Organização de produtores;

- Capacitação de técnicos e produtores tanto em tecnologias como em organização dos produtores;

- Assistência técnica aos produtores em culturas irrigadas;

- Apoio à comercialização da produção e incentivo à atração de investimentos.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Distribuição de 1.891,3 toneladas de sementes de arroz, feijão, milho, sorgo, algodão e mamona,de alto padrão genético, atendendo a 90 749 agricultores de base familiar em todo o Estado;

- Coordenação do Programa Seguro Safra, com 128 698 adesões, das 132 096 vagas disponibilizadas para o Estado, beneficiando 99 851 agricultores, que estão recebendo os benefícios do Programa, em 97 municípios;

- Benefício a 17 assentamentos do Projeto Castanhão, com recursos repassados pelo governo federal, via DNOCS, numa parceria com o governo do Estado, no valor de R$ 411,5 mil, na preparação de 721 hectares de terras de sequeiro para implantação e produção de culturas de subsistência,

- Contratação de 39.168 Planos de Crédito dos Agricultores Familiares;

- Implementação de melhorias na infra-estrutura e nos equipamentos dos perímetros públicos do Projeto Alagamar e Curupati, contemplando relocação de captação hídrica; construção de estrada de acesso, galpão de insumos, "packing house", depósito de defensivos e escritório dos técnicos; aquisição de tratores e implementos agrícolas;

- Apoio à instalação de 3 usinas de esmagamento de bagas de mamona e produção de biodiesel, localizadas em Crateús, Quixadá e Quixeramobim;

- Instalação de 3 unidades demonstrativas da cultura do caju (Palhano 1 e Itapipoca – 2) e 10 mini-fábricas de processamento da castanha (Barreiras – 1, Chorozinho – 2, Pacajus – 1, Tururu – 2, Ocara – 1 e Granja – 1);

- Ampliação da área de zoneamento da cultura de mamona, para 89 municípios.

- Assistência técnica ao projeto "Caminhos de Israel", beneficiando 2.480 produtores rurais, totalizando 200 projetos numa área de 4.980 hectares;

- Assistência técnica a 3.708 produtores de caju, e implantação de 13 unidades técnicas demonstrativas;

- O cultivo de frutas irrigadas alcançou 35.523 hectares, ampliando em 13,9% em relação a área de 2004, tendo a produção alcançado 1,0 milhão de toneladas, com um incremento de 23,8%,

- Expansão da área com cajueiro anão precoce para 850 hectares, e a de substituição de copas para 180 hectares;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Fls 6

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 16 992.420,70

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.4- AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA

INSTITUIÇÃO EXECUTORA : SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

OBJETIVO

Apoiar os negócios agropecuários dinâmicos e estratégicos cearenses, articulando-os e integrando-os com todos os elos da cadeia produtiva.

PÚBLICO ALVO

Produtor, trabalhador rural e suas organizações, prestadores de serviços, empresários (comerciante e industriais), instituições de pesquisa, creditícia e assistência técnica dentre outros atores sociais pertinentes.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO :

De um modo geral, a estratégias principal do Programa deverá pautar-se no trabalho articulado entre os parceiros, visando proporcionar competitividade as atividades pecuárias, através da priorização das condições de alimentação do rebanho, sem, contudo, deixar de considerar a integração de ações de sanidade, instalações, manejo de pastagem, dentre outras medidas complementares

Especificamente, as atividades pecuárias dinâmicas e estratégicas, figuram como principais estratégicas na:

Bovinocultura

- Associativismo: formação de grupos de criadores, responsável pela contratação de um técnico para prestação de serviços, ficando, a coordenação desses técnico a cargo da SEAGRI.

- Capacitação e treinamento: a profissionalização do produtor e trabalhador rural será o grande diferencial do Programa.

- Repasses de reprodutores e inseminação de matrizes, visando o melhoramento genético do rebanho resultando em ganhos de produtividade de leite.

- Instalação de unidades de cria e recria nos agropolos, visando reduzir os custos de produção, implicando na especialização do pecuarista.

- Constituição do Comitê do Leite -Consuleite o primeiro composto de todos os atores da cadeia, funcionando como fórum de discussões, enquanto o segundo composto por representantes dos criadores, usineiro de leite e Governo do Estado, fórum para definição de parâmetros para pagamento do leite.

- Instalação de banco de dados: o acompanhamento das propriedades rurais e do rebanho, em termos de ganhos de produtividade e adoção das vacinações

Ovinocaprinocultura

- Realização do zoneamento da atividade,identificando as áreas prioritárias para implementação do Programa, objetivando executar as ações em áreas bem definidas, criando um ambiente de negócio favorável.

- Organização de grupo de produtores, a partir do cadastramento, para permitir o direcionamento de ações específicas para cada grupo, racionalizando as ações da assistência técnica e na gestão.

- Instalação de centros de reprodução animal, na Fazenda Normal (Quixeramobim) e Fazenda Paula Rodrigues (Santa Quitéria), para avaliação de reprodutores, a fim de que possam ser utilizados no fomento da caprino-ovinocultura.

- Organização de banco de dados, de fácil acesso ao criador, contendo as inovações tecnológicas modernas, geradas pelo centro de reprodução ou outras entidades de pesquisa.

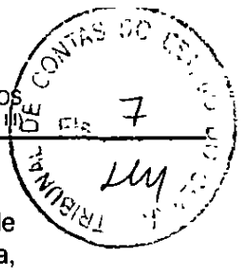
- Instalação de um modelo de acompanhamento, monitoramento e avaliação econômica e social do Programa, de forma sistemática.

- Realizar ações focadas no apicultor e sua unidade produtiva, na perspectiva da implantação de empreendimentos associativos.
- Aplicar metodologias participativas que facilitem e legitimem a identificação e seleção dos produtores e lideranças, bem como a realização de diagnóstico, planejamento, acompanhamento e avaliação dos resultados.
- Adotar mecanismos que promovam a integração dos grupos de produtores organizados, no arranjo dos agrocentros e no contexto estadual.
- Reserva Estratégica Alimentar
- Priorizar os criadores de bovinos, ovino e caprinos cujos imóveis rurais localizem no Semi-Árido.
- Realizar cursos e eventos de capacitação para técnicos, criadores e trabalhadores rurais, usando metodologia compatível com o grau de instrução dos treinandos,
- Elaborar os planos de financiamento, atrelado à assistência técnica grupal e inovação de tecnologia.
-Articular a interação entre os agentes financeiros, de assistência técnica e empresas de divulgação de massa, secretarias de agriculturas municipais, sindicatos rurais e patronais, associações de classe.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Distribuição de 17,3 milhões de litros de leite, em 96 municípios, por meio do Programa Leite é Saúde, beneficiando 48 mil pessoas/dia e 17 indústrias de laticínios, que recebem o leite de 705 produtores de agricultura familiar;

- Construção de 275 tanques-rede, que se encontram em operação pela Cooperativa dos Produtores do Curupati-Peixe Ltda, entidade constituída com recursos do Convênio entre o Governo do Estado e o DNOCS, tendo sido e comercializadas 198 toneladas de tilápia, gerando uma receita líquida total de R$ 115,0 mil para as 46 famílias envolvidas no projeto;



- Construção de 3 galpões adaptados para a produção de mel de abelha, nos municípios de Campos Sales, Jardim e Assaré, e do entreposto para recebimento de mel e cera, construído no município de Barbalha;

- Aumento de 49,7% na produção do leite, no primeiro semestre de 2005, graças à ação do Projeto Pasto Verde, que vem dando assistência técnica periódica as pequenas propriedades;

Melhoria na higienização do leite produzido pelos pequenos produtores rurais e aumento da produtividade, com eficiência e economicidade da atividade leiteira;

- Aumento da produção de Leite por influência direta do Programa Leite é Saúde, que atualmente adquire 46 mil litros/dia no de leite de pequenos produtores, para distribuição à população carente;

- Redução na ovinocaprinocultura da idade de abate de 12 para 6 meses, e elevação do peso de abate de 25 para 30 Kg de peso vivo, com consequente aumento do rendimento de carcaça de 39% para 45%, e redução da mortalidade de 40% para 5%, no rebanho dos 226 produtores assistidos. Esse resultado foi obtido em decorrência, principalmente, da implantação de 847 hectares de reserva estratégica alimentar;
- Realização da Campanha de Vacinação Contra Febre Aftosa do rebanho bovino do Estado (cerca de 1,9 milhão de cabeças),

- Realização de inspeção em 952.390 animais abatidos, sendo 62 252 bovinos, 66 bubalinos, 41.093 suínos, 13 175 ovinos, 1.144 caprinos e 834.660 aves,

- *Realização de inspeção de 2,078 milhões de litros de leite e de 222,8 mil quilos de* derivados de leite

- Aplicação de R$ 505,0 mil (via DNOCS), que resultaram na recuperação e construção de 23 500 metros de cerca de arame, preparação de 230 hectares de terra para a formação pastagem nativa, recuperação de 2 estábulos e construção de 16 cisternas de 15 mil litros cada, beneficiando 597 famílias;

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 19 489.105,61.

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.5- DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

OBJETIVO
Viabilizar a integração de ações do governo estadual e demais atores do desenvolvimento da agropecuária, com base em estudos de caso setoriais e no zoneamento edafo-climático e implementar uma rede de serviços de apoio à produção agropecuária, em benefício dos grupos de produtores organizados.

PÚBLICO ALVO
Agropecuaristas, outros agentes produtivos não agrícolas, suas associações, e entidades públicas ou empresariais com atuação nas áreas do Programa. (agentes financeiros, prefeituras municipais, SEBRAE, sindicatos de trabalhadores rurais, CMDS, Sinrurais, ONGs etc).

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO :

-O desenvolvimento dos trabalhos deverá apoiar-se nas mobilização e articulação de parceiros internos e externos ao Governo do Estado e no compartilhamento das decisões e ações com as comunidades beneficiadas.

-As ações a serem desenvolvidas pelo Governo e fomentadas junto à iniciativa privada deverão obedecer ao critério de racionalidade de respeito ao zoneamento edafo-climático, de modo a garantir sua viabilidade e sustentabilidade.

-Especificamente quanto à elaboração do zoneamento, deverão ser observadas as seguintes estratégias:
Identificação do material disponível (banco de dados) referentes a solo, clima, recursos hídricos, vegetação e socioeconômica;
Identificação dos estudos realizados e/ou em andamento sobre os temas em discussão a exemplo do Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco,
Identificação do material cartográfico existente;
Identificação dos parceiros;

- Organização dos seminário para discussão da regionalização do Estado, considerando o desenvolvimento global;

- Capacitação, continuamente, dos técnicos e usuários durante o processo de elaboração,

- Disseminação dos produtos esperados através de metodologias acessíveis aos usuários;

-Elaboração de um software contendo um sistema geográfico de informações, permanentemente alimentado e de fácil acesso pelos usuários envolvidos nos trabalhos.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Expansão do Programa Agente Rural para 141 municípios, envolvendo recursos financeiros do Governo Estadual no montante de R$ 6,077 milhões, assegurando a manutenção em campo de 384 Agentes Rurais no interior do Estado

- Assistência técnica a 190 produtores de flores;

- Assistência técnica a 3 381 produtores rurais nos perímetros públicos de irrigação;

- Realização do Encontro Estadual do Agronegócio Cearense - IIRRIGA CEARÁ 2005, com a participação de mais de 5.000 pessoas,

- Realização da AGRIFRUTAS 2005, possibilitando oportunidade de promoção de intercâmbio entre as cadeias produtivas da fruticultura do Ceará, do Brasil e do mundo,

- Realização da VII AGROFLORES – Seminário Internacional de Floricultura e Agriflor Brazil 2005;

-Missão técnica a Hortifair 2005 – a maior feira de floricultura do mundo - em que 10 produtores de flores do Estado do Ceará estiveram presentes,

- Participação da equipe técnica de flores em 4 missões comerciais, feiras e congressos internacionais, 14 feiras, congressos e missões nacionais, com a realização de 19 palestras,

- Realização de 13 treinamentos em floricultura, capacitando 2 430 pessoas, e 4 cursos de Certificação Fitossanitária de Origem, com um total de 93 participantes,

- Capacitação, no âmbito do Projeto Pasto Verde, de produtores e técnicos das principais bacias leiteiras do Ceará: Cariri, Jaguaribe, Quixeramobim, Metropolitana e Sobral;

- Realização de 17 exposições e 3 feiras agropecuárias, totalizando 804 expositores, com 20 633 animais expostos, resultando na comercialização de 11 915 animais, no valor de R$ 4,88 milhões,

- Capacitação de 486 Agentes Rurais e 795 Técnicos, que irão fortalecer a assistência técnica para agricultores familiares nos agropolos;

- Capacitação de 5 087 agricultores familiares nas atividades de associativismo e agronegócio, apicultura, ovinocaprinocultura, formação de inseminadores para bovinos, agricultura orgânica, conservação de solos, agricultura irrigada, fruticultura e processamento de derivados do leite,

- Implementação do Programa de Capacitação de Produtores, com abordagem centrada na Gestão pela Qualidade Total do empreendimento rural, beneficiando 300 produtores em 9 municípios.

- Geração de 4.223 empregos diretos e 5.665 empregos indiretos, resultado de um incremento de 4.086,22 ha na área agrícola com fruticultura no Estado do Ceará

- Atração de 07 novos empreendedores com investimentos de R$13.340.000,00 na implantação de projetos de irrigação no Estado do Ceará.
Inserção do abacaxi e do mamão variedade formosa no mercado internacional com área explorada acima de 500 hectares

- Elaboração de 04 planos estratégicos para atuação nos Agropolos (Baixo Jaguaribe, Ibiapaba, Carin e Metropolitano);

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 12 902470,74

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.7- RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA)

OBJETIVO
Construir, restaurar e melhorar rodovias do sistema rodoviário estadual, permitindo um melhor escoamento da produção das regiões beneficiadas, bem como o incremento às atividades sócio-econômicas.

PÚBLICO ALVO
População do Estado do Ceará

Critérios de seleção e/ou focalização

Municípios com carência de rodovias internas; municípios com carência de rodovias para acesso a outros municípios vizinhos; e malha rodoviária estadual e federal em condições insatisfatórias de trafegabilidade

ESTRATÉGIA DE EXCUÇÃO :
O programa viabiliza os trechos rodoviários mediante a construção e conservação, permitindo o tráfego de veículos durante todo o ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Manutenção de 10 657,91 km de rodovias estaduais da malha viária estadual, sendo 80 % em bom estado e 12 % mantendo-se em regular estado de conservação.

- Pavimentação de 74,5 km de rodovia, correspondente aos trechos Arneiroz-Aiuaba,Crateús- Tucuns a acesso ao Distrito Sitio Alegre em Morrinhos.

- Restauração de 162,9 Km de rodovias correspondente aos trechos Mineriândia-Mombaça, Quixeramobim-Vinte, Cristais-Morada Nova e Vinte- Minerolândia

- Construção de 7,2 Km de rodovia correspondendo ao trecho Icaraí-Cumbuco

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 o programa aplicou R$ 104.285 244,46

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 9

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.8- COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM (CIPP)

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA)

OBJETIVO

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) tem como objetivo dotar o Estado do Ceará de um núcleo de irradiação do desenvolvimento através da promoção de atividades industriais integradas, permitindo maior interação regional, aumento do emprego e da renda e fixação das populações em seus municípios de origem.

TIPO DE AÇÕES

Construção de um Complexo Industrial e Portuário, tendo como indústrias âncoras uma Siderúrgica, uma Refinaria de Petróleo, instalação de uma Usina Termelétrica, de Unidades de regazeificação e Centro de Tancagem

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:

O CIPP será executado diretamente pela SEINFRA e tem os seguintes componentes. construção de obras em mar; construção de obras em terra; construção de adutora; instalação de equipamentos mecânicos; construção de ferrovia de acesso; construção de rodovia de acesso ao porto, e sistema elétrico.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Implantação de "Grupos Geradores do Terminal Portuário do Pecém" - para garantir a manutenção das operações do Terminal, mesmo numa eventual falha no fornecimento de energia elétrica, foram adquiridos e instalados três geradores de energia elétrica, movidos à gás natural, com uma potência de 5,25 MW;

- Estudos de "Zoneamento Ambiental do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e sua Área de Influência" - Os estudos mapearam os 5 geossistemas da região, indicando, para cada um, as características naturais dominantes, a capacidade de suporte, com sua potencialidades e limitações, bem como os impactos e riscos de ocupação, as compatibilidades e as principais recomendações,

- Construção do Terminal de Múltiplo Uso - Em 2005 foram elaborados estudos e projeto básico, bem como preparado o edital para a Concorrência Pública, a ser lançado em janeiro de 2006, visando contratação da execução de suas obras;

- Estudos e projetos, em parceria com a COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, para implantação de uma Usina-piloto para geração de energia elétrica com aproveitamento *da energia das ondas do mar, no quebra-mar do terminal.*

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005, foram aplicados R$ 12.147 161,74

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.7- OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS- SRH

OBJETIVO

Ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos (abastecimento humano, animal, indústria,irrigação E turismo

PÚBLICO ALVO

População residente nos municípios beneficiados pela área de atuação do programa.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO :

- O programa de oferta hídrica para múltiplos usos será implementado através da integração das ações de estudos e elaboração de projetos abrangendo açudes, canais e adutoras, implantação de infra-estrutura (Açudes, canais e adutoras), reforma de açudes e gestão dos sistemas hídricos fortalecendo todo o processo da gestão participativa envolvendo os usuários de água, promovendo uma distribuição mais equânime dos recursos hídricos estaduais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Construção da Barragem Ameiroz II com capacidade de acumulação hídrica de cerca de 197,0 milhões de m^3 beneficiando uma população de 20 000 habitantes.

- Construção das barragens Pesqueiro , Macacos e Ocara nos municípios de Capistrano, Ibaretama e Ocara

- Implantação das Agrovilas Macacos e Ameiroz com a construção de 55 casa e infra-estrutura.
- Construção 112,2 km do Canal de Integração referente aos trechos Açude Castanhão-ao Açude Curral Velho(Morada Nova)- Serra do Felix (Beberibe)- Açude Pacajús(em conclusão)

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 85.474 584,07

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 10

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.8- SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS- SRH

OBJETIVO

Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade contribuindo para a melhoria das condições sócioeconômicas das populações urbanas e rurais do Estado.

PÚBLICO ALVO

População residente nos municípios,distritos e localidades rurais benficiadas pela área de atuação do programa

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO :

-O programa para sua implementação, conta com financiamento da União(PROAGUA),Caixa Economica Federal(CEF) e Tesouro do estado.Atuando em todo o estado, a Secretaria dos Recursos Hídricos,implemntará o programa de suprimento hídrico para centros urbancos e rurais através da integração das ações de:estudos e elaboração de projetos,implantação de infra-estrutura(adutora,poços,chafarizes e cisternas)e gestão, objetivando prioritariamente assegurar o abastecimento de água para a população urbana e rural.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

Construção das Adutoras de Souza(Canindé), Andreza- Itapeim(Beberibe), Adutora do Açude Candeias(Baturité), adutora do açude Fogareiro para o rio Piranbú(Quixeramobim), beneficiando cerca de 70 000 habitantes.

- Início da construção de 8 adutoras numa extensão total de 164,16 km as quais beneficiarão as populações de Catunda, Pires Ferreira, Graça, Pacuja, Mucambo, Boqueirão do Cesário, Catanna, Lavras da Mangabeira, Catuana e as comunidades de Batente e Patos.

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 20 309.160,74

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.9- MARKETING TURÍSTICO

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DE TURISMO- SETUR

OBJETIVO
Consolidar o Ceará como destino turístico, intensificando as ações da promoção nos mercados local, nacional e internacional e de captação de eventos turísticos.

PÚBLICO ALVO

Trade turístico, Agentes e Operadoras de Viagens, Entidades de Classe, e a Cadeia Produtiva do Turismo de Eventos

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:

- Trabalhar vários segmentos e nichos de mercado, com a finalidade de tornar o Ceará destino preferencial do mercado nacional e incrementar substancialmente o fluxo turístico internacional

- Promover a imagem turística através dos meios de comunicação e das atividades de propaganda, publicidade, relações públicas e de peças promocionais

- Realizar e participar de feiras e eventos para promoção da imagem

- Participar do processo de controle de qualidade do produto turístico

- Realizar promoções conjuntas com órgãos Federais (principalmente com a EMBRATUR), Estaduais, Municipais, organismos regionais (CTI/NORDESTE), entidades locais, associações e empresas ligadas ao turismo

- Acompanhar a produção de peças de comunicação destinadas à promoção da imagem turística do Ceará (folhetaria, vídeos, cd room, livros, álbuns, cromos, postais, revistas, jornais, etc.) em parceria com outros agentes públicos e privados.

- Apoiar locação cinematográfica e televisiva

- Comercializar o produto turístico com operadoras, agências de viagens, companhias aéreas, companhias de cruzeiros marítmos, etc

- Estabelecer uma política de captação de fluxos turístico e atração de vôos chaters

- Prestar informações turísticas de qualidade através dos 7 postos de informações existentes

- Organizar o receptivo tanto na capital, como no interior

- Elaborar um plano de cooperação das ações em parceria com EMBRATUR, SEBRAE, FCVB e ABEOC;

- Divulgar o destino com as vantagens competitivas para o tunsmo de eventos e negócios;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 11

- Apresentar a candidatura do Ceará para sediar eventos em parceria com a entidade promotora;

- Realizar FAMTOUR, Seminários e Workshops para promotores e organizadores de eventos,

- Formular parcerias com outros destinos para permuta de informações e coordenação mútua,

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Realização de workshops "TURISMO PARA OS CEARENSES", nos municípios de Crato, Quixadá e Quixeramobim, objetivando identificar os atrativos e condições de infra-estrutura adequados para atendimento da demanda turística interna e externa;

- Participação de 89 municípios cearenses na realização da IV Exposição de Turismo, Artesanato e Gastronomia do Ceará - EXPOTUR, considerada a maior feira turística do Estado voltada para o fortalecimento da atividade turística do Estado, contemplando a divulgação dos destinos, produtos, infra-estrutura e serviços das regiões do Litoral, da Serra e do Sertão, e movimentados recursos da ordem de R$ 5 milhões somente em rodadas de negócios, envolvendo 130 pessoas entre operadores e agentes de viagens e profissionais do trade turístico;

- *Realização de vasta programação para o turista, nos meses de janeiro, fevereiro, julho e* dezembro, considerados período de alta estação turística, incluindo recepção no Aeroporto Pinto Martins, com a entrega do tradicional chapéu de palha, apresentações de grupos folclóricos e musicais, e disponibilização de serviços de informações turísticas nos postos instalados na Av Beira Mar, Monsenhor Tabosa, Centro Cultural Dragão do Mar, Central de Artesanato, Praia do Futuro e Shopping Centers.

- Participação em feiras, workshops, road shows e visitas de incentivo, cumprindo uma intensa agenda voltada para a divulgação do destino turístico Ceará, alcançando-se a participação de 31,9% com os principais indutores comerciais do destino turístico Ceará (operadoras, agentes de viagem, companhias aéreas e imprensa) nesse mercado

- Implementação, pelo Governo cearense, de um plano promocional direcionado a integrar agentes de viagem, hoteleiros, transportadores e imprensa especializada, visando estimular parcerias com esses segmentos. A participação do fluxo turístico dessa região para Fortaleza foi de 7,3%

- Promoção de visitas de incentivo a 140 agências de viagem, envolvendo diretamente a participação de operadores locais, com exposição dos produtos turísticos e distribuição de peças que identificam a cultura cearense Essas atividades direcionaram-se a garantir as operações de vôos em curso, ligando Lisboa/Fortaleza, e a liderança do 1º lugar no ranking do fluxo internacional, situando-se em torno de 23,0%.

- Conclusão das negociações para operação do vôo regular Madri/Fortaleza, lançada em dezembro, com três freqüências semanais, que poderá gerar receita turística anual de US$ 35 milhões A participação desse mercado espanhol foi de 4,4%, em 2005, contra 3,4%, em relação a 2004.

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 4 783.570,33

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 12

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.10- DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA ESTADUAL DO TURISMO -SETUR

OBJETIVO
Implementar a infra-estrutura básica e de apoio ao setor turístico na Região Nordeste, promover a capacitação da população envolvida e fortalecer institucionalmente os municípios com potencialidade para o desenvolvimento do segmento turístico.

PÚBLICO ALVO

População local dos municípios, comerciantes, trade turístico, investidores, prefeituras e visitantes.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO :
- A execução das obras/ ações ficarão a cargo das Secretarias e Órgãos do Governo, específicos de cada Componente (DERT, CAGECE, SEMACE e SEINFRA). O órgão responsável pelo gerenciamento e acompanhamento do Programa é a SETUR,através da Unidade Executora Estadual - UEE.

- Os agentes financeiros participantes desse Programa são o BID/BN, Tesouro Estadual e BNDES.
- O Programa será monitorando através de Relatórios das atividades, medições, pareceres dos órgãos executores e supervisionado pelos gerentes setoriais da UEE/SETUR, que encaminham relatórios de monitoramento ao BN/BID.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Conclusão das obras de urbanização de lagoas e elaboração do Plano de Gestão de Unidades de Conservação,

- Conclusão das obras dos sistemas de abastecimento de água das localidades de Barrento, Baleia e Marinheiros, (Itapipoca), das praias oeste (Iparana, Pacheco e Icaraí) e Itapipoca (sede);

- Conclusão das obras de esgotamento sanitário das localidades de Barrento, Baleia e Marinheiros (Itapipoca), de Caucaia (sede) e Itapipoca (sede);
- Conclusão e entrega aos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca) de Centros de Promoção Turístico Ambiental–CPTA'S, compostos de: construção de pavilhões, quadras poliesportivas, anfiteatro, campo de futebol, unidades sanitárias, jardins e passeios, beneficiando diretamente 30 mil pessoas;
- Elaboração dos Planos de Manejo das APA'S dos rios Ceará, Curu e Mundaú, Dunas do Paracuru e Lagoinha,

- Conclusão do Projeto Compartilhar de Educação Ambiental, nos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca, com a realização de cursos para professores multiplicadores, confecção de cartilhas e jogos educativos para crianças

RECURSOS FINANCEIROS – No ano de 2005 foram aplicados pelo Programa R$ 2.974.036,67

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.11- DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO

OBJETIVO

Elevar a qualidade do artesanato cearense e da produção familiar, visando a sua inserção nos mercados interno e externo.

PÚBLICO ALVO
Artesãos e trabalhadores familiares

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:

-Resgate de técnicas artesanais tradicionais;
-Capacitação de artesãos;
-Utilização de novos designs para aperfeiçoamento dos produtos;
-Cadastro de artesão,
-Fortalecimento do associativismo e organização de grupos;
-Utilização de novas tecnologias;
-Fomento ao credito;
-Informação e atualização da demanda e comercialização de produtos;
-Divulgação do artesanato e participação em eventos;
-Ampliação e modernização dos pontos de vendas (loja CEART);

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Realização de 156 cursos, em módulos de Gestão de Negócios e Específica, visando o aperfeiçoamento da produção artesanal, a introdução de novos designs e iniciação nas diversas tipologias artesanais;
- Cadastramento de artesãos e emissão de carteiras;
- Realização de 151 visitas técnicas, objetivando acompanhar e/ou assessorar grupos produtivos, em 108 municípios do Estado;
- Apoio à participação em 146 eventos locais, nacionais e internacionais, com destaque para as feiras "Prix Diane Hermès" Chantilly-França, Feira Internacional de Artesanato – Lisboa e a Feira Cearense do Artesanato-FEIRART, considerada a maior feira de artesanato do Estado no que diz respeito à qualidade dos produtos, regionalização, cultura e ao faturamento;
- Implantação do Projeto "CEART nos Municípios", realizado em Juazeiro do Norte, Sobral, Icó, Aracati e Novo Oriente. O Projeto vem se destacando pela atuação nos serviços prestados na emissão e renovação de carteiras dos artesãos, curadoria de produtos e outros. Desses eventos participam, em média, 500 pessoas advindas de todos os municípios circunvizinhos;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls 13

- Instalação, em parceria com o Instituto de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado do Ceará-FIEC, de uma loja temática indígena na CEART de Fortaleza;
- Em fase de conclusão as obras do Projeto Artesanato em Cor, concebido para mostrar ambientes totalmente decorados com peças do artesanato cearense Em seus 14 espaços de ambientação serão utilizadas 376 peças selecionadas nas lojas CEART;
- Parcerias firmadas com empresas de receptivos locais, objetivando incluir as CEART's nos roteiros turísticos do Estado
- Benefício a 3.161 artesãos, com isenção do ICMS;
- Capacitação de 3 093 artesãos . Desse contingente, merece destaque a capacitação de 2.310 artesãos, em 20 municípios do Estado com Menor Índice de Desenvolvimento Humano, realizada com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza;
- Benefício a 8.108 artesãos e/ou entidades artesanais, com a comercialização de seus produtos nas 6 lojas da CEART instaladas em Fortaleza e no município de Guaramiranga. O faturamento, em 2005, importou em R$ 1.522 924,13

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 2.391.243,46

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.12- CEARÁ EMPREENDEDOR

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO-SETE

OBJETIVO

Garantir o atendimento integrado ao trabalhador, para potencializar a sua capacidade de inserção e reinserção no mercado de trabalho.

PÚBLICO ALVO

Trabalhadores Desempregados e Empresas dos diversos segmentos produtivos

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO :

-Orientar trabalhadores para o atendimento a demanda de mercado, bem como identificar as necessidades de qualificação ou requalificação profissional.
-Realizar o cadastramento de trabalhadores na perspectiva de constituir uma base de informações capaz de possibilitar a compatibilização entre oferta e demanda de trabalho no âmbito do processo de intermediação de mão-de-obra.
-Efetuar o atendimento de trabalhadores, com a devida orientação legal, tendo em vista a habilitação do requerente ao benefício do seguro-desemprego
-Encaminhar os trabalhadores às empresas que ofertaram vagas ao SINE-CE.
-Orientar e requalificar trabalhadores desempregados para o atendimento a outros programas governamentais e não-governamentais, com vistas a sua inclusão social e econômica
-Emitir Carteira de Trabalho e Previdência Social -CTPS.
-Gerar informações sobre o mercado de trabalho visando a implementação de políticas públicas mais eficazes.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Aplicação de recursos por meio do Crédito empreendedor tendo sido elaborados 10.519 planos de negócios, concedidos 8 308 créditos, oportunizando a capacitação de 13.061 empreendedores, atendendo a 78 municípios e 37 bairros de Fortaleza

- Sensibilização de 41 municípios, organizados e fortalecidos para o desenvolvimento de suas potencialidades locais

- Apoio as micro e pequenas empresas através da Central Fácil e do Ônibus do Empreendedor tendo sido realizados 46.690 atendimentos, 2.232 empresas registradas e 1.905 empreendedores capacitados
- Sensibilização de 500 alunos dos cursos de administração, contábeis, ciências da computação, engenharia da produção e economia das universidades públicas estaduais UVA, URCA e UECE, sobre empreendedorismo e gestão de negócios, dentre os quais, 150 foram capacitados,

- Benefício a 134 famílias com projetos de reciclagem de lixo;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
FLS 14

- Benefício a 56 micro empresas com consultorias de gestão de negócios

- Apoio e Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais através da Coordenação da estruturação da Rede Institucional de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, beneficiando a 468 empreendedores integrantes de associações de micro e pequenas empresas e artesãos, com capacitação, consultorias em gestão e tecnológica, feiras e eventos, missão de negócios

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 6 165.080,50

EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

1.13- ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO-SETE

OBJETIVO

Garantir o atendimento integrado ao trabalhador, para potencializar a sua capacidade de inserção e reinserção no mercado de trabalho.

PÚBLICO ALVO

Micro,pequenos, empresários e empreendedores cearenses

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO :

-Orientar trabalhadores para o atendimento a demanda de mercado, bem como identificar as necessidades de qualificação ou requalificação profissional
-Realizar o cadastramento de trabalhadores na perspectiva de constituir uma base de informações capaz de possibilitar a compatibilização entre oferta e demanda de trabalho no âmbito do processo de intermediação de mão-de-obra
-Efetuar o atendimento de trabalhadores, com a devida orientação legal, tendo em vista a habilitação do requerente ao benefício do seguro-desemprego
-Encaminhar os trabalhadores às empresas que ofertaram vagas ao SINE-CE
-Orientar e requalificar trabalhadores desempregados para o atendimento a outros programas governamentais e não-governamentais, com vistas a sua inclusão social e econômica.
-Emitir Carteira de Trabalho e Previdência Social -CTPS.
-Gerar informações sobre o mercado de trabalho visando a implementação de políticas públicas mais eficazes

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

Captação de 81.057 vagas junto às empresas, com um significativo aproveitamento;

Inserção de 69.749 trabalhadores no mercado de trabalho, dentre os quais se incluem 20.230 pessoas de segmentos populacionais com maior dificuldade de acesso;

- 14.886 jovens na faixa etária compreendida entre 16 a 24 anos acima de 40 anos e 1.716 pessoas com necessidades especiais, destacando–se como melhor índice de colocação nos últimos 11 anos;

- Atendimento aos trabalhadores autônomos, com agenciamento gratuito para 811 pessoas e 46.018 serviços prestados;

- Captação de 81.057 vagas junto às empresas, com um significativo aproveitamento,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 15

- Atendimento aos trabalhadores autônomos, com agenciamento gratuito para 811 pessoas e 46 018 serviços prestados;

- Consolidação da Rede Ceará de Educação Profissional , com a implantação 1 comitê estadual e 3 regionais direcionados, dentre outras atividades, para a otimização a aplicação dos recursos destinados à qualificação do trabalhador no Estado;
- Ampliação e fortalecimento das ações do Programa de Capacitação Permanente para atendimento às pessoas menos favorecidas residentes na capital e no interior do Estado

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 14 187.738,80

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.1 - UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS

INSTITUIÇÃO EXECUTORA: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SEDUC

OBJETIVO
Criar condições de infra-estrutura física, material e de recursos humanos para atender toda a demanda de alunos provenientes do ensino fundamental.

PÚBLICO ALVO
Alunos da rede pública do Ensino Médio.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Mobilização da sociedade e de seus representantes políticos, visando aumentar os recursos financeiros para o Ensino Médio e ampliar a oferta de vagas nesse nível de ensino, considerando o planejamento de rede e o atendimento da demanda proveniente do ensino fundamental.
- Garantia, através de concurso público de professores para suprir as carências do Ensino Médio, desenvolvendo ações, programas e projetos que contribuam efetivamente para a melhoria da situação ensino-aprendizagem e dos indicadores do SAEB e do SPAECE.
- Viabilização de propostas e/ou experiências pedagógicas que melhorem o fluxo escolar, a redução idade-série e minimize a taxa de evasão.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Nomeação de 778 professores concursados em 2003, para assumirem disciplinas do Ensino Médio;
- Definição de carga horária mínima de 1.000 horas/aula/ano para todas as séries do Ensino Médio, ampliando em 200 horas/aula/ano a carga horária desse nível de ensino, que, segundo a LDB, deve ter um mínimo de 800 horas/aula/ano;
Apoio financeiro a 385 projetos pedagógicos escolares, envolvendo todas as 13 disciplinas do Ensino Médio, atendendo 385 professores e beneficiando 26.700 alunos, em 182 escolas de Ensino Fundamental e Médio, em 110 municípios,
- Distribuição de 163.726 livros didáticos de Língua Portuguesa e 163 726 de Matemática, para alunos da primeira série do Ensino Médio;
- Inauguração de 05 liceus - Russas, Aracati, Cascavel, Horizonte e Tianguá - totalizando 9.000 novas vagas no Ensino Médio;
- Inauguração de uma unidade escolar em Salitre;
- Aquisição de equipamentos mobiliários para atender aos Liceus inaugurados e os que estão em fase final de construção e a escola de Salitre

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 16.310.677,01.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 16

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.2 - PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS

INSTITUIÇÃO EXECUTORA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - SEDUC

OBJETIVO
Dotar as escolas de padrões básicos de funcionamento visando o aperfeiçoamento e a eficiência dos serviços educacionais.

PÚBLICO ALVO
Alunos do ensino fundamental e médio da rede pública do ensino estadual

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Fortalecimento da Gestão Democrática, possibilitando as Unidades Escolares, o exercício da autonomia administrativa e financeira, através da execução de programas e projetos com foco na melhoria da qualidade do ensino, bem como melhoria da infra-estrutura com vista a assegurar os padrões básicos de funcionamento.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Reforma de 217 escolas estaduais,
- 123.987 alunos atendidos com Transporte Escolar;
- Construção de 04 escolas indígenas (Itarema, Poranga, Caucaia e Aratuba);
- Aquisição de equipamentos para as escolas indígenas construídas;
- Estabelecimento de 15 convênios entre Estado e Prefeituras para construção de escolas de ensino fundamental

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 94 866 862,47

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.3 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA, DE JOVENS E ADULTOS

INSTITUIÇÃO EXECUTORA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - SEDUC

OBJETIVO
Apoiar as ações voltadas para a implementação de políticas de inclusão e eqüidade social no atendimento à educação infantil, educação especial, educação escolar indígena e educação de jovens e adultos.

PÚBLICO ALVO
Crianças, adolescentes, jovens e adultos.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Educação Infantil - garantia do acompanhamento pedagógico das ações desenvolvidas nesse nível de ensino através dos 21 CREDE e Comissões Municipais de Educação; mobilização e promoção de parcerias com outras secretarias de Governo, realização de encontros, seminários, fóruns para discussão e acompanhamento da implementação da política da educação infantil;
- Educação Especial - garantia, no orçamento do Estado e dos municípios, de recursos financeiros específicos para o desenvolvimento da Educação Especial, assegurando-os inclusive no PDE, PPP e RE; implementação de um programa de formação permanente e continuada na área de Educação Especial para os professores do ensino regular e especial, incluindo cursos de Braille e Libras assegurando a educação bilíngue, implementação de medidas de flexibilização, dinamização e adaptação curricular dos conteúdos contemplados nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Referenciais Curriculares Básicos, possibilitando o acesso do educando com necessidades educacionais especiais ao processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e Núcleos de Atendimento Pedagógico Especializado, garantindo assim, sua permanência com sucesso em todas as etapas do processo educativo;
- Educação Escolar Indígena - estruturação e fortalecimento, na SEDUC e nos CREDE, dos setores responsáveis pela Educação Escolar Indígena, ampliando o trabalho em parceria com órgãos governamentais e não governamentais e organizações indígenas locais, assegurar a autonomia pedagógica e financeira das escolas indígenas como unidades próprias específicas do sistema estadual;
- Educação de Jovens e Adultos - expansão da oferta, com qualidade, dos programas da educação de jovens e Adultos integrando ações com o Ensino Fundamental, Ensino Médio e demais modalidades de ensino;
- Melhoria da qualidade dos programas de Educação de Jovens e Adultos, através do desenvolvimento de propostas curriculares que considerem as características do público a que se destina, a diversidade de etnias, de gênero, as manifestações regionais e da cultura popular,
- Fortalecimento de parcerias visando a expansão e integração de programas de Educação de Jovens e Adultos e o fortalecimento das ações para a consolidação de uma política pública permanente para essa modalidade de ensino

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Realização de Encontros Pedagógicos, com participação de 560 técnicos, educadores e coordenadores da Educação Infantil dos 184 municípios do Ceará;
- Realização do 2º módulo do Projeto Educação com Saúde, com capacitação de 200 multiplicadores, sendo 53 da área de educação e 147 da área de saúde, atendendo a 1.627

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 17

Agentes Comunitários de Saúde e 5.605 Professores de 1ª a 4ª séries de 40 municípios. Nesse âmbito, foram produzidos 1.900 módulos com noções básicas de educação, e 6.100, com noções básicas de Saúde, totalizando 8.000 exemplares;
- Realização do 3º módulo do Projeto Educação com Saúde, com capacitação de 194 multiplicadores, sendo 51 da área de educação e 143 da área da Saúde. Nessa área, foram produzidos 1 750 módulos com noções básicas de educação, e 5.950, com noções básicas de Saúde, totalizando 7 700 exemplares;
- Capacitação de 189 educadores indígenas na metodologia da Escola Ativa, em 10 municípios;
- Certificação de 190 professores e lideranças das comunidades indígenas, que concluíram o Curso de Magistério Indígena – nível médio, com carga horária de 3 200 horas,
- Realização de 2 Seminários Regionais, em Crateús e em Monsenhor Tabosa, com vistas à preparação para o Fórum de Educação Indígena, contando com 100 participantes;
- Realização de Seminários para 100 participantes, com os temas Altas Habilidades, Atualização de Políticas de Educação Especial e Inclusão;
- Cursos para 20 professores sobre Orientação Mobilidade e Curso Básico de Libras;
- Realização de 3 Encontros de Formação Continuada para 75 Coordenadores da Educação de Jovens e Adultos e técnicos da área financeira e pedagógica dos 21 Centros Regionais, atendendo a 1 095 professores e beneficiando 42.585 alunos.

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 33.602 639,22.

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.4 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

INSTITUIÇÃO EXECUTORA: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - SAS

OBJETIVO
Promover e proteger pessoas, grupos e famílias que se encontram em situações de violação de direitos, sem referência e/ou de ameaça.

PÚBLICO ALVO
Pessoas, grupos e famílias em situação de alta vulnerabilidade

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Estudo e análise da problemática;
- Elaboração de planejamento operacional intersetorializado;
- Negociação de recursos;
- Seleção das entidades/parceiros ;
- Celebração de convênios;
- Identificação/mobilização da clientela,
- Implementação das ações segundo especificidades;
- Realização de oficinas;
- Desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, pedagógicas, de lazer, de iniciação profissional, esportivas e de atendimento/acompanhamento às famílias;
- Concessão de bolsas/aprendizagem;
- Atendimento médico-odontológico

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- 4.042 crianças e adolescentes atendidos em abrigos e, destes, 465 desligados por retorno à família;
- 1 Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes implantado, registrando-se 1.287 casos de violências física, sexual e psicológica, 607 casos de negligências, 3.528 denúncias e 1.634 outras ocorrências;
- 1 Espaço Viva Gente implantado, com registro de 2.255 crianças e adolescentes atendidos (40 em situação de albergue), funcionando como retaguarda do Programa Fora da Rua Dentro da Escola;
- 40 municípios com profissionais do Projeto Sentinela capacitados para o trabalho contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- 5.708 adolescentes atendidos no cumprimento das medidas socioeducativas, dentre as privativas de liberdade, semiliberdade e liberdade assistida, em Fortaleza e municípios de Crateús, Juazeiro do Norte, Sobral e Iguatu,
- 463 adolescentes egressos de medidas socioeducativas atendidos, com 204 kits de iniciação profissional e 22.691 vales transporte;
- 1 pesquisa realizada acerca do perfil do adolescente sob medidas socioeducativas,
- 21 286 crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, em 103 municípios;
- 4.617 crianças e adolescentes cadastrados nas ruas de Fortaleza para intervenção,
- 6.358 famílias assistidas com atividades socioeducativas do Programa Fora da Rua Dentro da Escola,
- 127 316 famílias, com crianças envolvidas em educação infantil, atendidas com Ações Socioeducativas de Apoio à Família - ASEF;
- 1 Cartilha – Inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) - publicada, com tiragem e distribuição de 3.000 exemplares;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 18

- 1 Fórum da Inclusão e Cidadania para Pessoa Portadora de Deficiência - PPD realizado em parceria com a Escola de Saúde Pública, registrando-se 300 participantes,
- 1.213.012 vales-transporte concedidos a 4 545 PPDs, para acesso a tratamento e frequência à escola,
- 2.400 PPDs atendidos, em 20 municípios, com ações de capacitação e doação de kits,
192 idosos abrigados, e, destes, 83 reintegrados à família, 36 frequentando a rede pública de ensino, 3 engajados no mercado de trabalho e 51 pleiteando ações jurídicas para garantia de direitos constitucionais;
- 72 mulheres e sua prole (145 crianças), vítimas de violência doméstica, abrigadas na Casa do Caminho.

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 33 752 024,09

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.5 - APOIO A REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - PROARES

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - SAS

OBJETVO
Atender a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

PÚBLICO ALVO
Crianças e Adolescentes em situação de risco social e pessoal.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- O Programa é executado pelos municípios;
- Cada município elabora um Plano Participativo Municipal - PPM, onde contém as ações a serem desenvolvidas;
- A responsabilidade da execução fica a cargo das secretarias municipais de saúde, educação, cultura, ação social ou similar;
- O PROARES é responsável pela assessoria técnica e liberação dos recursos;

O acompanhamento do PROARES aos municípios acontece através de:
- viagem aos municípios para supervisão e orientação técnica;
- capacitação em serviço às equipes técnicas, equipes de finanças e da licitação;
- relatório enviados pelos municípios;
- relatório de progresso (semestral) enviado ao BID.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- 5 Centros de Educação Infantil – CEIs implantados (Umirim, Juazeiro do Norte, Crato, Nova Russas e Massapê), com capacidade de atendimento para 540 crianças;
- 8 Pólos de Atendimento implantados - Juazeiro do Norte (2), Morada Nova (2), Crato (2), Pedra Branca (1), e Mombaça (1), com capacidade de atendimento para 7.500 crianças e adolescentes;
- 5 Núcleos de Arte, Educação e Cultura implantados – NAEC (Boa Viagem, Pedra Branca, Maracanaú, Eusébio e São Benedito), com capacidade de atendimento para 3.000 crianças e adolescentes;
- 10 Quadras Poliesportivas implantadas – Umirim (2), Crato (1), Maranguape (2), Itaitinga (1), Beberibe (2), Massapê (1) e Mombaça (1), com capacidade de atendimento para 10.000 pessoas;
- 10 Unidades do Programa Saúde da Família – PSF implantadas - Brejo Santo (2), São Benedito (1), Maranguape (2), Pedra Branca (1), Pentecoste (2), Itapipoca (1), Mombaça (1), com capacidade de atendimento para 34.500 pessoas;
- 01 Centro Cultural implantado em Maranguape com capacidade de atendimento para 600 pessoas;
- 600 Profissionais capacitados dentre técnicos, educadores e gestores municipais e de instituições estaduais parceiras do PROARES.

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2004 foram aplicados R$ 11.919.222,76

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 19

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.6 - SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL-SSPDS

OBJETVO
Reduzir a criminalidade através de ações conjuntas, integradas sistêmicas e intersetoriais, que levem ao exercício qualificado da prevenção e da repreensão ao crime, primando pelo *desenvolvimento estrutural e organizacional do sistema SSPDS, bem como valorizando e* capacitando o profissional de segurança pública, na busca constante de elevar o nível de sua auto-estima e promover um melhor serviço à sociedade

PÚBLICO ALVO
Sociedade cearense e população flutuante existente em nosso Estado;
Profissionais de Segurança Pública

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Informatizar as unidades policiais civis e militares de forma a possibilitar sua interligação (capital/interior) para efeito de consultar e acessar novas tecnologias;
- Operacionalizar através da sistemática de reuniões setoriais por área operacional integrada ao trinômio· fixação de metas, avaliação de desempenho e controle de resultados,
- Adquirir equipamentos que possibilitem centralizar e gerenciar as interceptações telefônicas legalmente autorizadas, fornecendo a Polícia Civil as ferramentas adequadas para a produção de provas;
- Implementação de meios técnicos e educacionais necessários para a valorização do profissional da Segurança Pública, através da instrumentação para a eficiência do trabalho, complementada por uma política centrada no ser humano por meio de programas de melhoria salarial, movimentação funcional com base em habilidades, potencialidades e conhecimentos técnicos identificados, bem como, outras ações direcionadas para a qualidade de vida, tais como, disponibilidade de moradia e Apoio a saúde;
- Descentralizar as ações de forma que a comunidade se sinta mais próxima dos organismos policiais e bombeirísticos de forma que seus anseios sejam atendidos através de ações mais efetivas, tais como
- a promoção de operações integradas de saturação intensiva em áreas críticas, capacitação de profissionais de Segurança Pública, realização de seminários, oficinas e encontros comunitários,
- intensificação do policiamento ostensivo em locais de grande incidência de criminalidade

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Otimização do mapa digitalizado do CIOPS, atualizando o mapa georeferenciado com mão de direção, delimitação da região metropolitana, pontos notáveis, hidrantes etc.;
- Disponibilização, pelo CIOPS, da consulta à base de dados criminais para as viaturas de serviço, por meio de terminais móveis de dados,
- Criação e implementação do Projeto "S25", que automatiza a alimentação de dados, "on line", no CIOPS, de boletins de ocorrência registrados em delegacias, referentes a veículos roubados ou furtados;
- Aquisição de 5 estações repetidoras de rádio e 4 torres de sustentação de antena VHF, para facilitar o processo de interligação da comunicação operacional da capital e interior do Estado (PM, PC e BM),
- Ampliação do Sistema Teledenúncia 181 para todo Estado;

- Instalação da plataforma BXS da DIGITRO Tecnologia – Guardião (interceptação telefônica autorizada judicialmente),
- Construção do 8º DP – José Walter – plantonista,
- Construção do 16º DP - Castelão;
- Construção do 18º DP - Jurema - Caucaia;
- Conclusão da reforma do Instituto de Identificação;
- Aquisição do antigo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR, para instalar a nova sede da SSPDS,
- Aquisição de 477 armamentos, 431 viaturas,1.813 equipamentos de proteção individual, 1.521 equipamentos operacionais,722 equipamentos de comunicação e 66.907 fardamentos,
- Emissão de 744.400 carteiras de identidade na capital e interior do Estado, inclusive de forma descentralizada em bairros, municípios, domicílios, hospitais etc.;
- Criação de sete novos Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS e reestruturados 20 já existentes;
- Elaboração do projeto Polícia na Rua, que visa a intensificação do policiamento ostensivo geral, beneficiando cerca de 6.000.000 de pessoas na Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado,
- Desencadeamento da operação Xadrez Seguro, que objetiva evitar prováveis fugas de presos nas Delegacias de Polícia Civil;
- Início da Operação de Fiscalização de Alvarás de Funcionamento de Bares e Similares, voltada para a regularização do funcionamento dos estabelecimentos comerciais que possuem a natureza de entretenimento, consumo de bebidas etc.;
- Realização de 36 reuniões operacionais com gestores (Delegados e Oficiais PM e BM e integrantes de forças amigas) do Sistema SSPDS, visando a evolução do processo de integração contínua dos Órgãos que fazem a segurança pública de nosso Estado;
- Execução de operações Parada Obrigatória e Centro Seguro, destinadas a abordagens a ônibus e táxis e à população que freqüenta e trabalha no Centro da Cidade, respectivamente;
- Realização dos Projetos Trabalhador Cidadão (identificação dos ambulantes e guardadores de carros da praia do futuro); Vigilantes da Rua (destinado a ampliação preventiva, criando uma rede comunicação e vigilância nas ruas, em parceria com condomínios e centrais de rádios-táxis) e Guardião das Praias (voltado a segurança dos turistas),
- Realização dos seguintes projetos no âmbito do Corpo de Bombeiros: Bombeiro com Você; Salvando com Libras (leitura para deficiente auditivo); Surf-Salva; Guarda-Vidas; Grupo de Escoteiros; Jovem Bombeiro Voluntário; Prevenir é Melhor que Remediar, beneficiando cerca de 2 200.000 pessoas

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 68.703 904,31.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 20

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.7 - MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SECITECE

OBJETIVO
Capacitar recursos humanos, em diversos níveis, tornando-os aptos a atuar no ambiente de rápida evolução do conhecimento

PÚBLICO ALVO
Comunidade acadêmica, Instituições de pesquisa, Centros tecnológicos, Setor produtivo, Professores e alunos da Educação Básica.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- A execução do presente programa deverá envolver a captação de recursos financeiros federais e de organismos internacionais, o estabelecimento de cooperação técnica com instituições nacionais e internacionais, a concessão de bolsas e de prêmios, a formação de parcerias com instituições municipais, estaduais e federais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Concessão de 2 578 bolsas de Iniciação Científica ou Tecnológica;
- 634 bolsas de mestrado e 200 bolsas de doutorado;
- 722 bolsas de Extensão Tecnológica;
- 06 bolsas de Professor Visitante, 4 bolsas de Desenvolvimento Científico e Regional e 30 bolsas de Apoio Tecnológico;
- Realização pela UVA da 2ª Etapa do Projeto Leituralizar, com a participação de 772 alunos aprovados na primeira etapa;
- 742 pessoas treinadas pela UVA em diversos cursos de capacitação nas áreas de segurança do trabalho, educação nutricional, qualificação em emergências, desenho, saúde coletiva, arte-terapia, saúde mental, gramática e redação, saúde do idoso, informática, e outros;
- Manutenção de seis cursos de nível superior de curta duração, com 309 e 313 alunos matriculados no primeiro e segundo semestres de 2005, respectivamente; e cursos de Licenciaturas Breves, com 287 alunos matriculados no primeiro semestre e 197 no segundo;
- Criação pela UVA do mestrado acadêmico em Zootecnia, área de concentração de Produção Animal, em convênio com a Embrapa Caprinos, sendo ofertadas 15 vagas anuais.
- Atuação da URCA no ensino de graduação e na oferta de cursos seqüenciais, em 35 municípios nordestinos, ministrando, in loco, 62 cursos;
- Oferta regular pela URCA de cursos de pós-graduação lato sensu - nas áreas de humanidades, ciências sociais aplicadas, ciências exatas, da terra e da natureza, ciências biológicas e da saúde – a acadêmicos de 18 municípios do Cariri e de 6 municípios dos Estados do Piauí e de Pernambuco, contabilizando cerca de 3.000 alunos matriculados em 30 diferentes programas, os quais, somados aos dos Cursos de Graduação, contabilizam 10.417 alunos beneficiados com o ensino da Universidade Regional do Cariri;
- Doutorado em Rede, envolvendo 27 instituições exclusivamente do Nordeste, dentre instituições de Ensino Superior e de Pesquisa O doutorado em Rede conta também com mais de 200 professores, entre docentes permanentes (66) e docentes colaboradores (139), e abrange 4 grandes Áreas de conhecimento Agropecuária, Saúde, Recursos Naturais e Industrial. Do total de professores constante na proposta do curso, 16 são docentes da UECE;
- 93 alunos habilitados no Programa Especial de Formação Pedagógica,

- 212 alunos habilitados, sendo 44 alunos no município de Aracoiaba, 45 Mulungu e 123 em Itapipoca, no Programa de Formação de Professores para o Ensino Fundamental em áreas específicas (1ª a 8ª séries, licenciatura plena);
- 1.701 alunos graduados dentre 2 126 alunos matriculados no Curso de Formação Docente em Nível Superior - Magister Ceará;
- 600 soldados capacitados no Curso de Formação e Treinamento Profissional para os cargos de Peritos Legistas de 1ª Classe, nas áreas de Medicina, Odontologia, Farmácia, também nas áreas de Ciências Contábeis, Ciências da Computação e Engenharia Química, Inspetor de Polícia Civil de 1ª Classe e Auxiliar de Perícia de 1ª Classe da Polícia Civil

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 34.986.015,10

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 21

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.8 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE

OBJETIVO
Promover a interiorização do desenvolvimento, através da educação profissional, da pesquisa e da extensão tecnológica, visando reduzir o êxodo rural
Contribuir para o aumento da competitividade do setor produtivo cearense, especialmente das micro e pequenas empresas

PÚBLICO ALVO
População excluída do mercado de trabalho, Comunidade; Pessoas necessitadas de requalificação; Setor produtivo, Pessoas em busca de desenvolverem seus talentos

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- O programa se desenvolverá a partir da elaboração de propostas de pesquisa em áreas estratégicas e prioritárias para o desenvolvimento do Estado, da captação de recursos federais (fundos setoriais - estímulo a projetos integrados das instituições de pesquisa científica e tecnológica, visando áreas estratégicas do Estado do Ceará); da ampliação da contrapartida estadual visando honrar os compromissos com o governo federal, da identificação e divulgação junto as instituições de P&D dos gargalos e demandas por inovações e pesquisas pelo setor produtivo, da identificação e divulgação junto ao setor produtivo da oferta de pesquisas, inovações e serviços tecnológicos pelas instituições de P&D.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Realização de 1.590 cursos com 30 926 treinandos;
- Realização 8.749 análises laboratoriais,
- Desenvolvimento, nas três unidades do CENTEC, de 41 projetos de pesquisa/iniciação científica,
- Participação do Instituto CENTEC em 10 eventos (congressos, seminários e feiras),
- Assistência dos laboratórios das unidades CENTEC a 514 estabelecimentos industriais;
- Assistência dos CVT a 12 973 projetos produtivos;
- Assistência dos CVT a 145 projetos comunitários,
- Realização de 15.442 projetos em difusão de tecnologia.

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 8 993 014,27.

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.9 - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO À SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE-SESA

OBJETIVO
Garantir a assistência integral, especializada e humanizada aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, como suporte à atenção primária da saúde.

PÚBLICO ALVO
Clientela beneficiada do SUS, assistidas pelos serviços de atenção secundária e terciária.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
Primeiro Momento:
- Será feito um levantamento das necessidades de adequação das unidades ambulatoriais e hospitalares classificadas como de apoio ao sistema de referência no Plano Diretor de Regionalização - PDR, e estabelecidas as prioridades de investimentos, de auxílio financeiro e capacitação de recursos humanos

Segundo Momento:
- Será feita análise das necessidades de estruturação do sistema de urgência, da implementação do sistema integral de assistência farmacêutica e da hemorrede, considerando a relevância dessas áreas na melhoria da assistência especializada;
- No tocante a assistência especial aos usuários do SUS, as demandas serão analisadas e definidas as prioridades com base em critérios técnicos e políticos;
- A humanização da atenção será trabalhada em todas as unidades, com prioridade para os hospitais com atendimento de urgência;
- O acompanhamento e avaliação da execução desse programa se darão através dos sistemas gerenciais vigentes, (SIA, SIH etc),termo de compromisso, convênios e visitas In loco;
- As responsabilidades de gerenciamento do programa ficarão a cargo da SESA/CODAS/CORES/COVAC;
- A parceria com os gestores municipais de saúde, diretores de unidades e organizações da sociedade é essencial para execução desse programa
- O financiamento das ações será de responsabilidade do Governo do Estado e do Ministério da Saúde.

RINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Hospitais-pólo microrregionais, em número de 28, com assistência especializada implantada, cumprindo o Termo de Compromisso, tendo realizado 115 226 internações,
- Serviço de Neonatologia implantado nos hospitais-pólo de Aracati, Iguatu, Limoeiro do Norte e Maranguape;
- Implantação de atenção especializada em saúde bucal, nas microrregionais de Caucaia e Aracati;
- Fortalecimento da política de inversão do modelo de atenção à saúde mental, com a implantação da residência terapêutica em Fortaleza e em 10 municípios do interior,
- Aumento de 23% no número de procedimentos de alto custo na rede estadual, passando de uma média mensal de 574 084 para 736.640 procedimentos;
- Efetivação do acesso de 243 cearenses para Tratamento Fora do Domicílio, nas diversas especialidades médicas;

- Implantação do Banco de Olhos no HGF,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 22

- Núcleos hospitalares de epidemiologia implantados em 6 hospitais de Fortaleza e 2 no interior, garantindo a implementação do controle de doenças e agravos no Estado,
- Ampliação da oferta de serviços especializados nos hospitais-pólo, em pediatria, neonatologia, gineco-obstetrícia, traumato-ortopedia, clínica cirúrgica e clínica médica, facilitando o acesso da população cearense a esses serviços;
- Ampliação da rede de CAPS em 37%, alcançando incremento de 15% na assistência prestada;
- Aumento da sobrevida e melhoria da qualidade de vida de 496 cearenses submetidos a transplante de órgãos,
- Incremento de 42% na dispensação de medicamentos de alto custo a 35.000 pacientes;
- Melhoria no monitoramento do tratamento de portadores do HIV e da hepatite C, com a implantação da técnica de genotipagem do HIV e da hepatite C, no LACEN,
- Garantia de acesso à assistência odontológica aos cearenses portadores de hemofilia no Hemocentro de Fortaleza;
- Redução de 26% no número de transferências de pacientes para a capital pelos hospitais pólo,
- Redução do número de retransplante de córnea, com o processamento das córneas pelo Banco de Olhos do HGF.

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 355 054 520,21

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.10 - FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE - SESA

OBJETIVO
Promover a atenção integral às famílias cearenses garantindo ações intersetoriais de promoção, proteção e recuperação da saúde nos diferentes ciclos de vida.

PÚBLICO ALVO
Famílias dos 184 municípios do Estado, com prioridade para as que vivem em situação de risco.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Apoio para implantação/implementação de serviços, assessoramento técnico e avaliação junto às instancias colegiadas do SUS, monitoramento e avaliação das ações junto aos gestores municipais e orientadores microrregionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Assinatura do Termo de Compromisso da Atenção Primária por 122 municípios, dos quais 64 aderiram ao PROQUALI, e, destes, 18 assumiram o compromisso de melhoria da rede de unidades básicas de saúde;
- Ações de puericultura e atenção integrada às doenças prevalentes da infância, implantadas em 48 municípios;
- Comitês de mortalidade materna e infantil, implantados e em funcionamento nas microrregiões de Crato, Crateús, Icó, Iguatu, Quixadá e Tianguá, abrangendo 58 municípios;
- Manutenção de 10.698 Agentes Comunitários de Saúde em atividade nos Sistemas Locais de Saúde,
- Ampliação do Programa Dentista da Família, atingindo 100% dos municípios, com 1 182 equipes implantadas, das quais 115 auxiliadas com recursos do Tesouro do Estado;
- Realização de duas campanhas de vacinação contra poliomielite e uma de idosos, contra influenza,
- Implantação de Unidades de Referência para atendimento aos portadores de DST/HIV/AIDS, em Juazeiro do Norte e Cascavel;
- Descentralização do teste HIV para as unidades de Itapajé, Itapipoca, Juazeiro do Norte e Maracanaú;
- Garantia de medicamentos essenciais, pactuados entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios
- Incremento de 29% no número de equipes de Saúde Bucal auxiliadas com recursos do Tesouro do Estado;
- Cobertura assistencial do PSF de 60,4%, com 1 328 equipes funcionando, superando a meta Estadual que é 57%;
- Cobertura de pré-natal em torno de 89,3%, atingindo a meta programada.

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 80.768.768,52

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 23

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.11 - INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJUS

OBJETIVO
Construir, reformar e modernizar as unidades prisionais de forma a dotá-las de infra-estrutura técnica e ambiental mínima necessária às condições de sobrevivência do interno, e desenvolver atividades esportivas, oficinas produtivas de trabalho e educação.

PÚBLICO ALVO
O cidadão preso recolhido nas dependências do Sistema Penitenciário.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Criação de novas vagas mediante a construção de unidades prisionais especializadas.
.Aperfeiçoamento da gestão penitenciária através da contratação de empresas especializadas no ramo;
- Ampliação do quadro de servidores técnicos/operacionais, mediante concurso público, para garantir melhor assistência ao cidadão preso.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Início da construção de três novos presídios, com capacidade total de 2 300 vagas;
- Reforma e Ampliação concluídas do Presídio Feminino, com o aumento de 240 vagas,
- Reforma concluída de 47 Cadeias Públicas;

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 32.220.329,54

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.12 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE - SOMA

OBJETIVO
Promover a educação ambiental do ceará com a conscientização da sociedade e do empresariado

PÚBLICO ALVO
Sociedade cearense e empresariado

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Elaboração/publicação de material informativo (cartilhas, livros técnicos-científicos, folder);
- Articulação/parcerias com os diversos segmentos sociais, órgãos públicos e prefeituras para a implementação do PEACE;
- Realização de campanhas educativas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Implementação do trabalho de educação ambiental, por meio do Projeto Compartilhar, na dimensão turística, nos seguintes municípios: Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba, Paracuru, Trairi, Itapipoca,
- Ministração de 55 cursos, em 37 municípios, beneficiando 1 800 pessoas, para a formação de Agentes multiplicadores em Educação Ambiental,
- Promoção de 188 eventos, em 56 municípios, versando sobre Educação Ambiental, tais como Campanha Praia Limpa, Dia Nacional de Limpeza de Praia, Rios, Lagos e Lagoas, Festa Anual das Árvores; e Semana Nacional do Meio Ambiente,
- Coleta de papel em 52 Órgãos Públicos, tendo gerado, em 2005, uma quantidade de aproximadamente 40 toneladas, que foram recicladas, industrializadas e comercializadas por ONG conveniada com a SEMACE.

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 147 160,00.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 24

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.13 - PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE - SOMA

OBJETIVO
Implantar ações que assegurem a proteção dos recursos naturais, com atividades de fiscalização, controle, licenciamento e monitoramento

PÚBLICO ALVO
População cearense

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Coleta semanal e análise bacteriológica dos recursos naturais do estado;
- Escolha dos pontos de amostragem para a instalação das estações do ar;
Identificar, caracterizar e cadastrar os diversos setores produtivos de resíduos sólidos no estado,
- Verificação do cumprimento dos condicionantes das licenças ambientais emitidas para os empreendimentos,
- Acompanhar a implementação de sistema de gestão ambiental pelos empreendedores;
Realizar o monitoramento ambiental das atividades utilizadoras de recursos naturais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Realização de Análises físico-químico-bacteriológicas (semanalmente) em praias de Fortaleza, abrangendo 21 pontos de coleta, bem como em 128 pontos de rios, lagoas e açudes, perfazendo um total de 4.223 análises,
- Implantação do sistema Blitz, coibindo a circulação de veículos poluidores movidos a diesel. Foram inspecionados 2.927 veículos, em 89 blitz;
- Medição da poluição atmosférica veicular e industrial, por meio de quatro estações fixas no centro da cidade de Fortaleza, na avenida Leste Oeste, no Distrito Industrial de Maracanaú e na avenida Juscelino Kubitchek (próximo ao Jangurussu). Acréscimo percentual, de 2004 para 2005, de 54% no número de inspeções técnicas realizadas;
- Cadastração de 738 grandes e médias indústrias em diversos municípios do Estado, por intermédio do Projeto de Inventário Estadual de Resíduos Sólidos, possibilitando o conhecimento sobre a disposição final dos resíduos sólidos industriais

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 1 093 115,04.

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.14 - DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA CULTURA - SECULT

OBJETIVO
Dinamizar e valorizar as expressões artísticas e culturais apoiando a criação, produção e difusão cultural em todo o Estado.

PÚBLICO ALVO
Artistas, produtores culturais, gestores de cultura de instituições públicas e privados, prefeituras municipais, empresários, estudantes, representantes do terceiro setor e demais profissionais inseridos na cadeia produtiva e o público em geral.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Estabelecer parcerias nos âmbitos púbico, privado e do terceiro setor;
- Promover eventos âncoras nas macrorregiões do Estado;
Estruturar o sistema estadual de equipamentos culturais (museus, teatros, bibliotecas, arquivos e centros culturais);
- Criar os fóruns regionais de cultura e turismo;
- Criar fóruns de arte e cultura, nas diversas áreas, na capital,
- Estimular a criação de conselhos de cultura e turismo;
- Estimular, apoiar e promover a criação de espaços de formação e difusão cultural,
- Fortalecer as identidades locais e regionais;
- Promover cooperações técnicas e intercâmbios em instituições de ensino e pesquisa visando à formação de profissionais no Brasil e no exterior;
- Integrar ações educativas nos eventos realizados,
- Promover a circulação de espetáculos de artes e música de outros estados e países no Ceará;
- Estabelecer parceria com a tvc para a veiculação dos produtos e serviços artísticos-culturais do Estado,
- Criar, manter e ampliar prêmios de incentivo às artes.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
Interiorização do desenvolvimento cultural por meio do Projeto **SECULT INTINERANTE:**
- Mapeamento de 1 098 bens do domínio do patrimônio material e imaterial, em 76 municípios das macrorregiões do Vale do Jaguaribe/Litoral Leste, Maciço do Baturité, Centro Sul/Cariri e Sertão Central;
- Cadastramento de 4 946 artistas, profissionais e instituições culturais,
Realização de eventos estruturantes, nas macrorregiões do Vale do Jaguaribe / Litorall leste, Maciço do Baturité, Centro Sul/Cariri e Sertão Central, como:
I Festival dos Inhamuns – Circo, Boneco e Artes de Rua
- Realizado nos municípios de Arneiroz, Crateús e Tauá, o evento, que teve 51 550 visitantes, promoveu o intercâmbio de experiências e saberes da cultura regional entre grupos de artistas convidados e artistas dos municípios que formam a região;
II Festival Música de Ibiapaba
- Tendo como sede a cidade de Viçosa do Ceará, o festival atraiu 51 550 visitantes e promoveu a interação entre professores, estudantes, artistas e visitantes, fomentando o conhecimento e a difusão da música popular brasileira;
I Encontro de Mestres do Mundo na região do Vale do Jaguaribe
- Tendo como base o município de Limoeiro do Norte, o Encontro foi visitado por 48.000 pessoas, e reuniu mestres da cultura popular de cinco continentes, promovendo o compartilhamento de saberes e fazeres, além de apresentações artísticas;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 25

XII Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga
- Com ação direta aos municípios de Guaramiranga, Baturité, Aratuba e Pacoti o evento caracteriza-se como o principal responsável pelo desenvolvimento da estrutura turística da região,

I Festa do Livro e da Leitura de Aracati
Com a participação de cerca de 25 000 pessoas, o evento buscou aproximar escritores do público, potencial leitor, por meio de conversas e relatos de experiências sobre os processos de escrita, bem como sobre as experiências dos escritores enquanto leitores,

VII Mostra Cariri das Artes
- A Mostra se firma como referência de responsabilidade cultural e de experiência transformadora centrada no grande atrativo que é a cultura tradicional popular do Cariri e na decisiva ampliação da oferta de negócios turísticos, na divulgação das potencialidades socioculturais da região e no aquecimento do comércio local,

II Festival Internacional de Trovadores e Repentistas
- Realizado nas cidades de Quixadá e Quixeramobim, região do Sertão Central, o festival foi visitado por 20 000 pessoas que participaram da programação, envolvendo artistas de nomes consagrados no cenário nacional e internacional (grupos internacionais da Índia e Japão entre outros), feira de cordéis, recital de poesia e aboios, disco de cantorias e artesanato regional, exposições de xilogravuras, bem como oficinas de instrumentos musicais e literatura de cordel,

Incentivo e apoio à realização de diversos eventos na capital e no interior do Estado, entre os quais:

I Mostra Talentos da Cultura
- Realizado em Fortaleza, a Mostra contou com a apresentação de 25 trabalhos artísticos nas áreas de dança, teatro e música, exposições de pintura, desenho, artes e xilogravura, apresentação de artesanato além da mostra do resultado de 3 oficinas de fotografias e do lançamento de 3 folhetos de cordéis O evento contou com um público estimado de 1 000 pessoas;

Festival de Cantores e Cordelistas do Nordeste
- O Festival reuniu, no Theatro José de Alencar, 15 dos maiores repentistas do país, que se apresentaram para um público estimado de 250 pessoas por noite Na ocasião, foram homenageados Patativa do Assaré, Rachel de Queiroz, Cego Aderaldo, Rogaciano Leite e Humberto Teixeira, bem como o próprio Teatro José de Alencar, que completou 95 anos em julho,

1ª Bienal Internacional Ceará de Gravuras
- Realizado conjuntamente com a Associação dos Artistas Plásticos Profissionais do Ceará, com patrocínio da Casa de Cultura Alemã, o evento contou com a participação 47 artistas, de 25 países, com trabalhos de litografia, metal, serigrafia, colografia, linoleogravura e arte digital, expostos nos salões de exposição do Palácio da Abolição e no Museu do Ceará,

XVI FETAC - Festival de Teatro Amador de Acopiara
- O evento ofereceu ao público cerca de 50 apresentações incluindo peças de teatro, humor dança e shows musicais de companhias de todo Ceará, incluindo Fortaleza, e de outros Estados do Brasil,

IV Mostra de Dança de Paracuru
- A Mostra contou como um público estimado em cerca de 5 000 pessoas, que lotaram todas as noites a Praça de Eventos de Paracuru, para assistir ao Balé da Cidade de Natal, Opus Cia de dança, Nós Cia de Dança, Performer Graco Alves, Bailarinos de dança de Rua e Balé Baião de Itapipoca, que juntamente com a Cia de Paracuru, representaram a dança idealizada do interior do Ceará,

XII Aconchegão de Arte-Vida
- Realizado na cidade de Pentecoste, o evento contou com a presença de 300 artistas, de 15 municípios do Vale do Curu, e com um público de cerca de 9 000 pessoas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 26

Circuito Ceará de Cultura
- O Circuito realizou 10 eventos culturais, dentro das feiras do SEBRAE, dividida entre as cidades de Juazeiro do Norte, Aracati, Sobral, Ubajara, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Iguatu, Baturité e Crateús

Ceará Natal de Luz
- O Projeto, que viabilizou a iluminação e ornamentação da Praça do Ferreira, Praça Portugal e de outros locais estratégicos da cidade, também promoveu uma ampla programação de Natal no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e Teatro José de Alencar,

V Bienal Internacional de Dança do Ceará
- Com o tema "Dança e Globalização", o festival contou com a participação de coreógrafos e bailarinos da África e da Argentina, companhias da Argentina, Itália/França, bailarinos do Congo e Moçambique, que teve como sede o município de Fortaleza e, como subsede, o município de Sobral, beneficiando um público de 3 731 pessoas,

Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga
- Com uma programação musical apresentada por músicos consagrados e talentos locais, o festival além de dar oportunidade ao surgimento e consolidação de talentos, impactou positivamente a economia dos municípios serranos, pelo elevado fluxo turístico, que durante a sua realização atingiu a marca estimada de 30 000 pessoas

XV Cine Ceará Festival Nacional de Cinema e Vídeo
- Com um público superior a 30 000 pessoas, o festival comprovou mais uma vez, em suas 33 mostras, seu sucesso absoluto de público e crítica, consolidando o conceito de ser um dos maiores eventos de divulgação e valorização do cinema nacional;

VII Festival Eleazar de Carvalho
- Durante o Festival, foram realizadas aulas intensivas de música erudita, com a participação de cerca de 400 alunos e 40 mestres mundialmente conhecidos, além de concurso para jovens solistas e regentes, prêmios, exibição de filmes e concertos diários O público presente foi de aproximadamente 13 550 pessoas Também fez parte da programação apresentações na cidade de Iguatu-CE, para cerca de 3.600 pessoas;

Feira da Música
- A Feira contemplou a participação de produtores, comunicadores, jornalistas, empresários e artesãos provenientes dos Estado de Pernambuco, Rio grande do Norte, Pará, Sergipe, Maranhão, Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Paraná As 140 apresentações realizadas tiveram um público estimado de 15 000 pessoas;
- Realização, pela Orquestra Eleazar de Carvalho, de 63 concertos, beneficiando um público de 25 334 pessoas da capital e do interior, com seis programações diferentes, a saber Ensaio Aberto, Matinal Erudita, Conserto Solidário, Consertos Universitários, Consertos nas Cidades e Consertos Sociais,
- Disponibilização de 560 bolsas de complementação de renda, por meio do Projeto Talentos da Cultura, divididas em Bolsa Talento Jovem, Bolsa Artista, Bolsa Agente Cultural e Bolsa Memória, nos municípios de Aiuaba, Cariús, Catarina, Fortaleza, Granja, Irauçuba, Moraújo, Parambu, Quiterianópolis, Salitre e Tarrafas Na capital, o projeto atua nos bairros de Autran Nunes, Granja Lisboa, Morro Santa Terezinha, Centro, Praia de Iracema e Itaperi;

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 23 268 916,32

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.1 - UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS

INSTITUIÇÃO EXECUTORA: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SEDUC

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 27

OBJETIVO
Criar condições de infra-estrutura física, material e de recursos humanos para atender toda a demanda de alunos provenientes do ensino fundamental.

PÚBLICO ALVO
Alunos da rede pública do Ensino Médio

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Mobilização da sociedade e de seus representantes políticos, visando aumentar os recursos financeiros para o Ensino Médio e ampliar a oferta de vagas nesse nível de ensino, considerando o planejamento de rede e o atendimento da demanda proveniente do ensino fundamental
- Garantia, através de concurso público de professores para suprir as carências do Ensino Médio, desenvolvendo ações, programas e projetos que contribuam efetivamente para a melhoria da situação ensino-aprendizagem e dos indicadores do SAEB e do SPAECE.
- Viabilização de propostas e/ou experiências pedagógicas que melhorem o fluxo escolar, a redução idade-série e minimize a taxa de evasão

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Nomeação de 778 professores concursados em 2003, para assumirem disciplinas do Ensino Médio,
- Definição de carga horária mínima de 1 000 horas/aula/ano para todas as séries do Ensino Médio, ampliando em 200 horas/aula/ano a carga horária desse nível de ensino, que, segundo a LDB, deve ter um mínimo de 800 horas/aula/ano,
Apoio financeiro a 385 projetos pedagógicos escolares, envolvendo todas as 13 disciplinas do Ensino Médio, atendendo 385 professores e beneficiando 26 700 alunos, em 182 escolas de Ensino Fundamental e Médio, em 110 municípios,
- Distribuição de 163 726 livros didáticos de Língua Portuguesa e 163 726 de Matemática, para alunos da primeira série do Ensino Médio,
- Inauguração de 05 liceus - Russas, Aracati, Cascavel, Horizonte e Tianguá - totalizando 9 000 novas vagas no Ensino Médio,
- Inauguração de uma unidade escolar em Salitre,
- Aquisição de equipamentos mobiliários para atender aos Liceus inaugurados e os que estão em fase final de construção e a escola de Salitre

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 16.310.677,01

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.2 - PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS

INSTITUIÇÃO EXECUTORA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - SEDUC

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 28

OBJETIVO
Dotar as escolas de padrões básicos de funcionamento visando o aperfeiçoamento e a eficiência dos serviços educacionais.

PÚBLICO ALVO
Alunos do ensino fundamental e médio da rede pública do ensino estadual

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Fortalecimento da Gestão Democrática, possibilitando as Unidades Escolares, o exercício da autonomia administrativa e financeira, através da execução de programas e projetos com foco na melhoria da qualidade do ensino, bem como melhoria da infra-estrutura com vista a assegurar os padrões básicos de funcionamento.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Reforma de 217 escolas estaduais,
- 123 987 alunos atendidos com Transporte Escolar;
- Construção de 04 escolas indígenas (Itarema, Poranga, Caucaia e Aratuba),
- Aquisição de equipamentos para as escolas indígenas construídas,
- Estabelecimento de 15 convênios entre Estado e Prefeituras para construção de escolas de ensino fundamental

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 94 866.862,47.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 29

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.3 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA, DE JOVENS E ADULTOS

INSTITUIÇÃO EXECUTORA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - SEDUC

OBJETIVO
Apoiar as ações voltadas para a implementação de políticas de inclusão e equidade social no atendimento à educação infantil, educação especial, educação escolar indígena e educação de jovens e adultos

PÚBLICO ALVO
Crianças, adolescentes, jovens e adultos.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Educação Infantil - garantia do acompanhamento pedagógico das ações desenvolvidas nesse nível de ensino através dos 21 CREDE e Comissões Municipais de Educação, mobilização e promoção de parcerias com outras secretarias de Governo, realização de encontros, seminários, fóruns para discussão e acompanhamento da implementação da política da educação infantil,
- Educação Especial - garantia, no orçamento do Estado e dos municípios, de recursos financeiros específicos para o desenvolvimento da Educação Especial, assegurando-os inclusive no PDE, PPP e RE, implementação de um programa de formação permanente e continuada na área de Educação Especial para os professores do ensino regular e especial, incluindo cursos de Braille e Libras assegurando a educação bilíngue, implementação de medidas de flexibilização, dinamização e adaptação curricular dos conteúdos contemplados nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Referenciais Curriculares Básicos, possibilitando o acesso do educando com necessidades educacionais especiais ao processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e Núcleos de Atendimento Pedagógico Especializado, garantindo assim, sua permanência com sucesso em todas as etapas do processo educativo,
- Educação Escolar Indígena - estruturação e fortalecimento, na SEDUC e nos CREDE, dos setores responsáveis pela Educação Escolar Indígena, ampliando o trabalho em parceria com órgãos governamentais e não governamentais e organizações indígenas locais; assegurar a autonomia pedagógica e financeira das escolas indígenas como unidades próprias específicas do sistema estadual,
- Educação de Jovens e Adultos - expansão da oferta, com qualidade, dos programas da educação de jovens e Adultos integrando ações com o Ensino Fundamental, Ensino Médio e demais modalidades de ensino,
- Melhoria da qualidade dos programas de Educação de Jovens e Adultos, através do desenvolvimento de propostas curriculares que considerem as características do público a que se destina, a diversidade de etnias, de gênero, as manifestações regionais e da cultura popular,
- Fortalecimento de parcerias visando a expansão e integração de programas de Educação de Jovens e Adultos e o fortalecimento das ações para a consolidação de uma política pública permanente para essa modalidade de ensino

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Realização de Encontros Pedagógicos, com participação de 560 técnicos, educadores e coordenadores da Educação Infantil dos 184 municípios do Ceará,
- Realização do 2º módulo do Projeto Educação com Saúde, com capacitação de 200 multiplicadores, sendo 53 da área de educação e 147 da área de saúde, atendendo a 1 627

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 30

Agentes Comunitários de Saúde e 5 605 Professores de 1ª a 4ª séries de 40 municípios Nesse âmbito, foram produzidos 1 900 módulos com noções básicas de educação, e 6 100, com noções básicas de Saúde, totalizando 8 000 exemplares;
- Realização do 3º módulo do Projeto Educação com Saúde, com capacitação de 194 multiplicadores, sendo 51 da área de educação e 143 da área da Saúde Nessa área, foram produzidos 1 750 módulos com noções básicas de educação, e 5.950, com noções básicas de Saúde, totalizando 7 700 exemplares;
- Capacitação de 189 educadores indígenas na metodologia da Escola Ativa, em 10 municípios,
- Certificação de 190 professores e lideranças das comunidades indígenas, que concluíram o Curso de Magistério Indígena – nível médio, com carga horária de 3 200 horas,
- Realização de 2 Seminários Regionais, em Crateús e em Monsenhor Tabosa, com vistas à preparação para o Fórum de Educação Indígena, contando com 100 participantes,
- Realização de Seminários para 100 participantes, com os temas Altas Habilidades, Atualização de Políticas de Educação Especial e Inclusão,
- Cursos para 20 professores sobre Orientação Mobilidade e Curso Básico de Libras,
- Realização de 3 Encontros de Formação Continuada para 75 Coordenadores da Educação de Jovens e Adultos e técnicos da área financeira e pedagógica dos 21 Centros Regionais, atendendo a 1 095 professores e beneficiando 42 585 alunos

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 33 602.639,22

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 31

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.4 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

INSTITUIÇÃO EXECUTORA: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - SAS

OBJETIVO
Promover e proteger pessoas, grupos e famílias que se encontram em situações de violação de direitos, sem referência e/ou de ameaça

PÚBLICO ALVO
Pessoas, grupos e famílias em situação de alta vulnerabilidade

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Estudo e análise da problemática,
- Elaboração de planejamento operacional intersetorializado,
- Negociação de recursos,
- Seleção das entidades/parceiros ,
- Celebração de convênios,
- Identificação/mobilização da clientela;
- Implementação das ações segundo especificidades;
- Realização de oficinas,
- Desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, pedagógicas, de lazer, de iniciação profissional, esportivas e de atendimento/acompanhamento às famílias,
- Concessão de bolsas/aprendizagem,
- Atendimento médico-odontológico

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- 4 042 crianças e adolescentes atendidos em abrigos e, destes, 465 desligados por retorno à família,
- 1 Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes implantado, registrando-se 1 287 casos de violências física, sexual e psicológica, 607 casos de negligências, 3 528 denúncias e 1 634 outras ocorrências,
- 1 Espaço Viva Gente implantado, com registro de 2 255 crianças e adolescentes atendidos (40 em situação de albergue), funcionando como retaguarda do Programa Fora da Rua Dentro da Escola;
- 40 municípios com profissionais do Projeto Sentinela capacitados para o trabalho contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes,
- 5 708 adolescentes atendidos no cumprimento das medidas socioeducativas, dentre as privativas de liberdade, semiliberdade e liberdade assistida, em Fortaleza e municípios de Crateús, Juazeiro do Norte, Sobral e Iguatu;
- 463 adolescentes egressos de medidas socioeducativas atendidos, com 204 kits de iniciação profissional e 22 691 vales transporte,
- 1 pesquisa realizada acerca do perfil do adolescente sob medidas socioeducativas;
- 21 286 crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, em 103 municípios,
- 4 617 crianças e adolescentes cadastrados nas ruas de Fortaleza para intervenção,
- 6 358 famílias assistidas com atividades socioeducativas do Programa Fora da Rua Dentro da Escola;
- 127 316 famílias, com crianças envolvidas em educação infantil, atendidas com Ações Socioeducativas de Apoio à Família - ASEF,
- 1 Cartilha – Inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) - publicada, com tiragem e distribuição de 3 000 exemplares,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
32
FLS

- 1 Fórum da Inclusão e Cidadania para Pessoa Portadora de Deficiência - PPD realizado em parceria com a Escola de Saúde Pública, registrando-se 300 participantes;
- 1 213.012 vales-transporte concedidos a 4 545 PPDs, para acesso a tratamento e frequência à escola,
- 2 400 PPDs atendidos, em 20 municípios, com ações de capacitação e doação de kits,
192 idosos abrigados, e, destes, 83 reintegrados à família, 36 frequentando a rede pública de ensino, 3 engajados no mercado de trabalho e 51 pleiteando ações jurídicas para garantia de direitos constitucionais;
- 72 mulheres e sua prole (145 crianças), vítimas de violência doméstica, abrigadas na Casa do Caminho.

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 33.752.024,09.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 33

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.5 - APOIO A REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - PROARES

ENTIDADE EXECUTORA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - SAS

OBJETVO
Atender a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

PÚBLICO ALVO
Crianças e Adolescentes em situação de risco social e pessoal

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- O Programa é executado pelos municípios,
- *Cada município elabora um Plano Participativo Municipal - PPM, onde contém as ações a* serem desenvolvidas;
- A responsabilidade da execução fica a cargo das secretarias municipais de saúde, educação, cultura, ação social ou similar,
- O PROARES é responsável pela assessoria técnica e liberação dos recursos,

O acompanhamento do PROARES aos municípios acontece através de
- viagem aos municípios para supervisão e orientação técnica,
- capacitação em serviço às equipes técnicas, equipes de finanças e da licitação,
- relatório enviados pelos municípios,
- relatório de progresso (semestral) enviado ao BID

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM *2005*:
- 5 Centros de Educação Infantil – CEIs implantados (Umirim, Juazeiro do Norte, Crato, Nova Russas e Massapê), com capacidade de atendimento para 540 crianças,
- 8 Pólos de Atendimento implantados - Juazeiro do Norte (2), Morada Nova (2), Crato (2), Pedra Branca (1), e Mombaça (1), com capacidade de atendimento para 7 500 crianças e adolescentes,
- 5 Núcleos de Arte, Educação e Cultura implantados – NAEC (Boa Viagem, Pedra Branca, Maracanaú, Eusébio e São Benedito), com capacidade de atendimento para 3.000 crianças e adolescentes,
- 10 Quadras Poliesportivas implantadas – Umirim (2), Crato (1), Maranguape (2), Itaitinga (1), Beberibe (2), Massapê (1) e Mombaça (1), com capacidade de atendimento para 10 000 pessoas,
- 10 Unidades do Programa Saúde da Família – PSF implantadas - Brejo Santo (2), São Benedito (1), Maranguape (2), Pedra Branca (1), Pentecoste (2), Itapipoca (1), Mombaça (1), com capacidade de atendimento para 34 500 pessoas;
- 01 Centro Cultural implantado em Maranguape com capacidade de atendimento para 600 pessoas,
- 600 Profissionais capacitados dentre técnicos, educadores e gestores municipais e de instituições estaduais parceiras do PROARES

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2004 foram aplicados R$ 11 919.222,76.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 34

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.6 - SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL-SSPDS

OBJETVO
Reduzir a criminalidade através de ações conjuntas, integradas sistêmicas e intersetoriais, que levem ao exercício qualificado da prevenção e da repreensão ao crime, primando pelo desenvolvimento estrutural e organizacional do sistema SSPDS, bem como valorizando e capacitando o profissional de segurança pública, na busca constante de elevar o nível de sua auto-estima e promover um melhor serviço à sociedade

PÚBLICO ALVO
Sociedade cearense e população flutuante existente em nosso Estado,
Profissionais de Segurança Pública.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Informatizar as unidades policiais civis e militares de forma a possibilitar sua interligação (capital/interior) para efeito de consultar e acessar novas tecnologias;
- Operacionalizar através da sistemática de reuniões setoriais por área operacional integrada ao trinômio· fixação de metas, avaliação de desempenho e controle de resultados;
- Adquirir equipamentos que possibilitem centralizar e gerenciar as interceptações telefônicas legalmente autorizadas, fornecendo a Polícia Civil as ferramentas adequadas para a produção de provas,
- Implementação de meios técnicos e educacionais necessários para a valorização do profissional da Segurança Pública, através da instrumentação para a eficiência do trabalho, complementada por uma política centrada no ser humano por meio de programas de melhoria salarial, movimentação funcional com base em habilidades, potencialidades e conhecimentos técnicos Identificados, bem como, outras ações direcionadas para a qualidade de vida, tais como, disponibilidade de moradia e Apoio a saúde,
- Descentralizar as ações de forma que a comunidade se sinta mais próxima dos organismos policiais e bombeirísticos de forma que seus anseios sejam atendidos através de ações mais efetivas, tais como
- a promoção de operações integradas de saturação intensiva em áreas críticas, capacitação de profissionais de Segurança Pública, realização de seminários, oficinas e encontros comunitários,
- intensificação do policiamento ostensivo em locais de grande incidência de criminalidade

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Otimização do mapa digitalizado do CIOPS, atualizando o mapa georeferenciado com mão de direção, delimitação da região metropolitana, pontos notáveis, hidrantes etc ;
- Disponibilização, pelo CIOPS, da consulta à base de dados criminais para as viaturas de serviço, por meio de terminais móveis de dados,
- Criação e implementação do Projeto "S25", que automatiza a alimentação de dados, "on line", no CIOPS, de boletins de ocorrência registrados em delegacias, referentes a veículos roubados ou furtados;
- Aquisição de 5 estações repetidoras de rádio e 4 torres de sustentação de antena VHF, para facilitar o processo de interligação da comunicação operacional da capital e interior do Estado (PM, PC e BM),
- Ampliação do Sistema Teledenúncia 181 para todo Estado,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 35

- Instalação da plataforma BXS da DIGITRO Tecnologia – Guardião (interceptação telefônica autorizada judicialmente),
- Construção do 8º DP – José Walter – plantonista;
- Construção do 16º DP - Castelão,
- Construção do 18º DP - Jurema - Caucaia;
- Conclusão da reforma do Instituto de Identificação,
- Aquisição do antigo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR, para instalar a nova sede da SSPDS,
- Aquisição de 477 armamentos, 431 viaturas,1 813 equipamentos de proteção individual, 1 521 equipamentos operacionais,722 equipamentos de comunicação e 66 907 fardamentos;
- Emissão de 744 400 carteiras de identidade na capital e interior do Estado, inclusive de forma descentralizada em bairros, municípios, domicílios, hospitais etc ,
- Criação de sete novos Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS e reestruturados 20 já existentes,
- Elaboração do projeto Polícia na Rua, que visa a intensificação do policiamento ostensivo geral, beneficiando cerca de 6 000 000 de pessoas na Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado,
- Desencadeamento da operação Xadrez Seguro, que objetiva evitar prováveis fugas de presos nas Delegacias de Polícia Civil;
- Início da Operação de Fiscalização de Alvarás de Funcionamento de Bares e Similares, voltada para a regularização do funcionamento dos estabelecimentos comerciais que possuem a natureza de entretenimento, consumo de bebidas etc.;
- Realização de 36 reuniões operacionais com gestores (Delegados e Oficiais PM e BM e integrantes de forças amigas) do Sistema SSPDS, visando a evolução do processo de integração contínua dos Órgãos que fazem a segurança pública de nosso Estado,
- Execução de operações Parada Obrigatória e Centro Seguro, destinadas a abordagens a ônibus e táxis e à população que frequenta e trabalha no Centro da Cidade, respectivamente,
- Realização dos Projetos Trabalhador Cidadão (identificação dos ambulantes e guardadores de carros da praia do futuro), Vigilantes da Rua (destinado a ampliação preventiva, criando uma rede comunicação e vigilância nas ruas, em parceria com condomínios e centrais de rádios-táxis) e Guardião das Praias (voltado a segurança dos turistas);
- Realização dos seguintes projetos no âmbito do Corpo de Bombeiros Bombeiro com Você, Salvando com Libras (leitura para deficiente auditivo); Surf-Salva, Guarda-Vidas; Grupo de Escoteiros, Jovem Bombeiro Voluntário, Prevenir é Melhor que Remediar, beneficiando cerca de 2.200 000 pessoas

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 68 703 904,31.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 36

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.7 - MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SECITECE

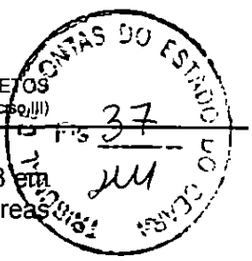
OBJETIVO
Capacitar recursos humanos, em diversos níveis, tornando-os aptos a atuar no ambiente de rápida evolução do conhecimento

PÚBLICO ALVO
Comunidade acadêmica, Instituições de pesquisa, Centros tecnológicos, Setor produtivo, Professores e alunos da Educação Básica

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- A execução do presente programa deverá envolver a captação de recursos financeiros federais e de organismos internacionais, o estabelecimento de cooperação técnica com instituições nacionais e internacionais, a concessão de bolsas e de prêmios, a formação de parcerias com instituições municipais, estaduais e federais

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Concessão de 2 578 bolsas de Iniciação Científica ou Tecnológica,
- 634 bolsas de mestrado e 200 bolsas de doutorado,
- 722 bolsas de Extensão Tecnológica,
- 06 bolsas de Professor Visitante, 4 bolsas de Desenvolvimento Científico e Regional e 30 bolsas de Apoio Tecnológico,
- Realização pela UVA da 2ª Etapa do Projeto Leituralizar, com a participação de 772 alunos aprovados na primeira etapa,
- 742 pessoas treinadas pela UVA em diversos cursos de capacitação nas áreas de segurança do trabalho, educação nutricional, qualificação em emergências, desenho, saúde coletiva, arte-terapia, saúde mental, gramática e redação, saúde do idoso, informática, e outros,
- Manutenção de seis cursos de nível superior de curta duração, com 309 e 313 alunos matriculados no primeiro e segundo semestres de 2005, respectivamente; e cursos de Licenciaturas Breves, com 287 alunos matriculados no primeiro semestre e 197 no segundo,
- Criação pela UVA do mestrado acadêmico em Zootecnia, área de concentração de Produção Animal, em convênio com a Embrapa Caprinos, sendo ofertadas 15 vagas anuais
- Atuação da URCA no ensino de graduação e na oferta de cursos seqüenciais, em 35 municípios nordestinos, ministrando, in loco, 62 cursos,
- Oferta regular pela URCA de cursos de pós-graduação lato sensu - nas áreas de humanidades, ciências sociais aplicadas, ciências exatas, da terra e da natureza, ciências biológicas e da saúde – a acadêmicos de 18 municípios do Cariri e de 6 municípios dos Estados do Piauí e de Pernambuco, contabilizando cerca de 3.000 alunos matriculados em 30 diferentes programas, os quais, somados aos dos Cursos de Graduação, contabilizam 10.417 alunos beneficiados com o ensino da Universidade Regional do Cariri,
- Doutorado em Rede, envolvendo 27 instituições exclusivamente do Nordeste, dentre instituições de Ensino Superior e de Pesquisa O doutorado em Rede conta também com mais de 200 professores, entre docentes permanentes (66) e docentes colaboradores (139), e abrange 4 grandes Áreas de conhecimento Agropecuária, Saúde, Recursos Naturais e Industrial Do total de professores constante na proposta do curso, 16 são docentes da UECE,
- 93 alunos habilitados no Programa Especial de Formação Pedagógica,



- 212 alunos habilitados, sendo 44 alunos no município de Aracoiaba, 45 Mulungu e 123 em Itapipoca, no Programa de Formação de Professores para o Ensino Fundamental em áreas específicas (1ª a 8ª séries, licenciatura plena),
- 1 701 alunos graduados dentre 2 126 alunos matriculados no Curso de Formação Docente em Nível Superior - Magister Ceará,
- 600 soldados capacitados no Curso de Formação e Treinamento Profissional para os cargos de Peritos Legistas de 1ª Classe, nas áreas de Medicina, Odontologia, Farmácia, também nas áreas de Ciências Contábeis, Ciências da Computação e Engenharia Química, Inspetor de Polícia Civil de 1ª Classe e Auxiliar de Perícia de 1ª Classe da Polícia Civil

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 34.986.015,10

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 38

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.8 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE

OBJETIVO
Promover a interiorização do desenvolvimento, através da educação profissional, da pesquisa e da extensão tecnológica, visando reduzir o êxodo rural
Contribuir para o aumento da competitividade do setor produtivo cearense, especialmente das micro e pequenas empresas.

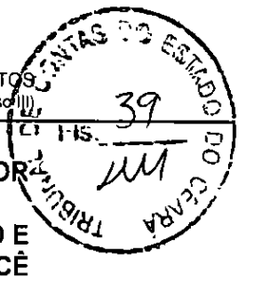
PÚBLICO ALVO
População excluída do mercado de trabalho, Comunidade; Pessoas necessitadas de requalificação, Setor produtivo, Pessoas em busca de desenvolverem seus talentos

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- O programa se desenvolverá a partir da elaboração de propostas de pesquisa em áreas estratégicas e prioritárias para o desenvolvimento do Estado, da captação de recursos federais (fundos setoriais - estímulo a projetos integrados das instituições de pesquisa científica e tecnológica, visando áreas estratégicas do Estado do Ceará), da ampliação da contrapartida estadual visando honrar os compromissos com o governo federal, da identificação e divulgação junto as instituições de P&D dos gargalos e demandas por inovações e pesquisas pelo setor produtivo, da identificação e divulgação junto ao setor produtivo da oferta de pesquisas, inovações e serviços tecnológicos pelas instituições de P&D.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Realização de 1 590 cursos com 30 926 treinandos,
- Realização 8 749 análises laboratoriais,
- Desenvolvimento, nas três unidades do CENTEC, de 41 projetos de pesquisa/iniciação científica,
- Participação do Instituto CENTEC em 10 eventos (congressos, seminários e feiras),
- Assistência dos laboratórios das unidades CENTEC a 514 estabelecimentos industriais,
- Assistência dos CVT a 12 973 projetos produtivos,
- Assistência dos CVT a 145 projetos comunitários,
- Realização de 15 442 projetos em difusão de tecnologia

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 8 993 014,27



EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.9 - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO À SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE-SESA

OBJETIVO
Garantir a assistência integral, especializada e humanizada aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, como suporte à atenção primária da saúde.

PÚBLICO ALVO
Clientela beneficiada do SUS, assistidas pelos serviços de atenção secundária e terciária.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
Primeiro Momento:
- Será feito um levantamento das necessidades de adequação das unidades ambulatoriais e hospitalares classificadas como de apoio ao sistema de referência no Plano Diretor de Regionalização - PDR, e estabelecidas as prioridades de investimentos, de auxílio financeiro e capacitação de recursos humanos

Segundo Momento:
- Será feita análise das necessidades de estruturação do sistema de urgência, da implementação do sistema integral de assistência farmacêutica e da hemorrede, considerando a relevância dessas áreas na melhoria da assistência especializada,
- No tocante a assistência especial aos usuários do SUS, as demandas serão analisadas e definidas as prioridades com base em critérios técnicos e políticos;
- A humanização da atenção será trabalhada em todas as unidades, com prioridade para os hospitais com atendimento de urgência,
- O acompanhamento e avaliação da execução desse programa se darão através dos sistemas gerenciais vigentes, (SIA, SIH etc.),termo de compromisso, convênios e visitas In loco,
- As responsabilidades de gerenciamento do programa ficarão a cargo da SESA/CODAS/CORES/COVAC,
- A parceria com os gestores municipais de saúde, diretores de unidades e organizações da sociedade é essencial para execução desse programa
- O financiamento das ações será de responsabilidade do Governo do Estado e do Ministério da Saúde

RINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Hospitais-pólo microrregionais, em número de 28, com assistência especializada implantada, cumprindo o Termo de Compromisso, tendo realizado 115.226 internações,
- Serviço de Neonatologia implantado nos hospitais-pólo de Aracati, Iguatu, Limoeiro do Norte e Maranguape;
- Implantação de atenção especializada em saúde bucal, nas microrregionais de Caucaia e Aracati,
- Fortalecimento da política de inversão do modelo de atenção à saúde mental, com a implantação da residência terapêutica em Fortaleza e em 10 municípios do interior,
- Aumento de 23% no número de procedimentos de alto custo na rede estadual, passando de uma média mensal de 574 084 para 736 640 procedimentos,
- Efetivação do acesso de 243 cearenses para Tratamento Fora do Domicílio, nas diversas especialidades médicas,

- Implantação do Banco de Olhos no HGF,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls: 40

- Núcleos hospitalares de epidemiologia implantados em 6 hospitais de Fortaleza e 2 no interior, garantindo a implementação do controle de doenças e agravos no Estado,
- Ampliação da oferta de serviços especializados nos hospitais-pólo, em pediatria, neonatologia, gineco-obstetrícia, traumato-ortopedia, clínica cirúrgica e clínica médica, facilitando o acesso da população cearense a esses serviços,
- Ampliação da rede de CAPS em 37%, alcançando incremento de 15% na assistência prestada,
- Aumento da sobrevida e melhoria da qualidade de vida de 496 cearenses submetidos a transplante de órgãos,
- Incremento de 42% na dispensação de medicamentos de alto custo a 35.000 pacientes;
- Melhoria no monitoramento do tratamento de portadores do HIV e da hepatite C, com a implantação da técnica de genotipagem do HIV e da hepatite C, no LACEN;
- Garantia de acesso à assistência odontológica aos cearenses portadores de hemofilia no Hemocentro de Fortaleza,
- Redução de 26% no número de transferências de pacientes para a capital pelos hospitais pólo,
- Redução do número de retransplante de córnea, com o processamento das córneas pelo Banco de Olhos do HGF.

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 355 054 520,21

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
41
Fls

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.10 - FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE - SESA

OBJETIVO
Promover a atenção integral às famílias cearenses garantindo ações intersetoriais de promoção, proteção e recuperação da saúde nos diferentes ciclos de vida

PÚBLICO ALVO
Famílias dos 184 municípios do Estado, com prioridade para as que vivem em situação de risco.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Apoio para implantação/implementação de serviços, assessoramento técnico e avaliação junto às instancias colegiadas do SUS, monitoramento e avaliação das ações junto aos gestores municipais e orientadores microrregionais

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Assinatura do Termo de Compromisso da Atenção Primária por 122 municípios, dos quais 64 aderiram ao PROQUALI, e, destes, 18 assumiram o compromisso de melhoria da rede de unidades básicas de saúde,
- Ações de puericultura e atenção integrada às doenças prevalentes da infância, implantadas em 48 municípios,
- *Comitês de mortalidade materna e infantil, implantados e em funcionamento nas* microrregiões de Crato, Crateús, Icó, Iguatu, Quixadá e Tianguá, abrangendo 58 municípios,
- Manutenção de 10 698 Agentes Comunitários de Saúde em atividade nos Sistemas Locais de Saúde,
- Ampliação do Programa Dentista da Família, atingindo 100% dos municípios, com 1 182 equipes implantadas, das quais 115 auxiliadas com recursos do Tesouro do Estado,
- Realização de duas campanhas de vacinação contra poliomielite e uma de idosos, contra influenza,
- Implantação de Unidades de Referência para atendimento aos portadores de DST/HIV/AIDS, em Juazeiro do Norte e Cascavel;
- Descentralização do teste HIV para as unidades de Itapajé, Itapipoca, Juazeiro do Norte e Maracanaú,
- Garantia de medicamentos essenciais, pactuados entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios
- Incremento de 29% no número de equipes de Saúde Bucal auxiliadas com recursos do Tesouro do Estado;
- Cobertura assistencial do PSF de 60,4%, com 1 328 equipes funcionando, superando a meta Estadual que é 57%,
- Cobertura de pré-natal em torno de 89,3%, atingindo a meta programada

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 80 768.768,52.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls. 42

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.11 - INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJUS

OBJETIVO
Construir, reformar e modernizar as unidades prisionais de forma a dotá-las de infra-estrutura técnica e ambiental mínima necessária às condições de sobrevivência do interno, e desenvolver atividades esportivas, oficinas produtivas de trabalho e educação

PÚBLICO ALVO
O cidadão preso recolhido nas dependências do Sistema Penitenciário

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Criação de novas vagas mediante a construção de unidades prisionais especializadas
Aperfeiçoamento da gestão penitenciária através da contratação de empresas especializadas no ramo,
- Ampliação do quadro de servidores técnicos/operacionais, mediante concurso público, para garantir melhor assistência ao cidadão preso

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Início da construção de três novos presídios, com capacidade total de 2 300 vagas,
- Reforma e Ampliação concluídas do Presídio Feminino, com o aumento de 240 vagas,
- Reforma concluída de 47 Cadeias Públicas,

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 32 220 329,54.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 43

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.12 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE - SOMA

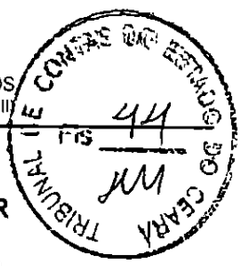
OBJETIVO
Promover a educação ambiental do ceará com a conscientização da sociedade e do empresariado.

PÚBLICO ALVO
Sociedade cearense e empresariado.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Elaboração/publicação de material informativo (cartilhas, livros técnicos-científicos, folder),
- Articulação/parcerias com os diversos segmentos sociais, órgãos públicos e prefeituras para a implementação do PEACE;
- Realização de campanhas educativas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Implementação do trabalho de educação ambiental, por meio do Projeto Compartilhar, na dimensão turística, nos seguintes municípios Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba, Paracuru, Trairi, Itapipoca;
- Ministração de 55 cursos, em 37 municípios, beneficiando 1 800 pessoas, para a formação de Agentes multiplicadores em Educação Ambiental,
- Promoção de 188 eventos, em 56 municípios, versando sobre Educação Ambiental, tais como: Campanha Praia Limpa; Dia Nacional de Limpeza de Praia, Rios, Lagos e Lagoas, Festa Anual das Árvores, e Semana Nacional do Meio Ambiente,
- Coleta de papel em 52 Órgãos Públicos, tendo gerado, em 2005, uma quantidade de aproximadamente 40 toneladas, que foram recicladas, industrializadas e comercializadas por ONG conveniada com a SEMACE.

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 147 160,00



EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.13 - PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE - SOMA

OBJETIVO
Implantar ações que assegurem a proteção dos recursos naturais, com atividades de fiscalização, controle, licenciamento e monitoramento

PÚBLICO ALVO
População cearense.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Coleta semanal e análise bacteriológica dos recursos naturais do estado,
- Escolha dos pontos de amostragem para a instalação das estações do ar,
Identificar, caracterizar e cadastrar os diversos setores produtivos de resíduos sólidos no estado,
- Verificação do cumprimento dos condicionantes das licenças ambientais emitidas para os empreendimentos,
- Acompanhar a implementação de sistema de gestão ambiental pelos empreendedores,
Realizar o monitoramento ambiental das atividades utilizadoras de recursos naturais

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
- Realização de Análises físico-químico-bacteriológicas (semanalmente) em praias de Fortaleza, abrangendo 21 pontos de coleta, bem como em 128 pontos de rios, lagoas e açudes, perfazendo um total de 4 223 análises,
- Implantação do sistema Blitz, coibindo a circulação de veículos poluidores movidos a diesel Foram inspecionados 2 927 veículos, em 89 blitz,
- Medição da poluição atmosférica veicular e industrial, por meio de quatro estações fixas no centro da cidade de Fortaleza, na avenida Leste Oeste, no Distrito Industrial de Maracanaú e na avenida Juscelino Kubitchek (próximo ao Jangurussu) Acréscimo percentual, de 2004 para 2005, de 54% no número de inspeções técnicas realizadas,
- Cadastração de 738 grandes e médias indústrias em diversos municípios do Estado, por intermédio do Projeto de Inventário Estadual de Resíduos Sólidos, possibilitando o conhecimento sobre a disposição final dos resíduos sólidos industriais

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 1.093 115,04

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls 45

EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

2.14 - DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DA CULTURA - SECULT

OBJETIVO
Dinamizar e valorizar as expressões artísticas e culturais apoiando a criação, produção e difusão cultural em todo o Estado

PÚBLICO ALVO
Artistas, produtores culturais, gestores de cultura de instituições públicas e privados, prefeituras municipais, empresários, estudantes, representantes do terceiro setor e demais profissionais inseridos na cadeia produtiva e o público em geral.

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:
- Estabelecer parcerias nos âmbitos púbico, privado e do terceiro setor;
- Promover eventos âncoras nas macrorregiões do Estado,
Estruturar o sistema estadual de equipamentos culturais (museus, teatros, bibliotecas, arquivos e centros culturais),
- Criar os fóruns regionais de cultura e turismo,
- Criar fóruns de arte e cultura, nas diversas áreas, na capital,
- Estimular a criação de conselhos de cultura e turismo,
- Estimular, apoiar e promover a criação de espaços de formação e difusão cultural,
- Fortalecer as identidades locais e regionais,
- Promover cooperações técnicas e intercâmbios em instituições de ensino e pesquisa visando à formação de profissionais no Brasil e no exterior,
- Integrar ações educativas nos eventos realizados,
- Promover a circulação de espetáculos de artes e música de outros estados e países no Ceará,
- Estabelecer parceria com a tvc para a veiculação dos produtos e serviços artísticos-culturais do Estado,
- Criar, manter e ampliar prêmios de incentivo às artes

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:
Interiorização do desenvolvimento cultural por meio do Projeto **SECULT INTINERANTE:**
- Mapeamento de 1 098 bens do domínio do patrimônio material e imaterial, em 76 municípios das macrorregiões do Vale do Jaguaribe/Litoral Leste, Maciço do Baturité, Centro Sul/Cariri e Sertão Central,
- Cadastramento de 4.946 artistas, profissionais e instituições culturais,
Realização de eventos estruturantes, nas macrorregiões do Vale do Jaguaribe / Litorall leste, Maciço do Baturité, Centro Sul/Cariri e Sertão Central, como:
I Festival dos Inhamuns – Circo, Boneco e Artes de Rua
- Realizado nos municípios de Arneiroz, Crateús e Tauá, o evento, que teve 51.550 visitantes, promoveu o intercâmbio de experiências e saberes da cultura regional entre grupos de artistas convidados e artistas dos municípios que formam a região,
II Festival Música de Ibiapaba
- Tendo como sede a cidade de Viçosa do Ceará, o festival atraiu 51 550 visitantes e promoveu a interação entre professores, estudantes, artistas e visitantes, fomentando o conhecimento e a difusão da música popular brasileira,
I Encontro de Mestres do Mundo na região do Vale do Jaguaribe
- Tendo como base o município de Limoeiro do Norte, o Encontro foi visitado por 48 000 pessoas, e reuniu mestres da cultura popular de cinco continentes, promovendo o compartilhamento de saberes e fazeres, além de apresentações artísticas,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 46

XII Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga
- Com ação direta aos municípios de Guaramiranga, Baturité, Aratuba e Pacoti o evento caracteriza-se como o principal responsável pelo desenvolvimento da estrutura turística da região,

I Festa do Livro e da Leitura de Aracati
Com a participação de cerca de 25 000 pessoas, o evento buscou aproximar escritores do público, potencial leitor, por meio de conversas e relatos de experiências sobre os processos de escrita, bem como sobre as experiências dos escritores enquanto leitores,

VII Mostra Cariri das Artes
- A Mostra se firma como referência de responsabilidade cultural e de experiência transformadora centrada no grande atrativo que é a cultura tradicional popular do Cariri e na decisiva ampliação da oferta de negócios turísticos, na divulgação das potencialidades socioculturais da região e no aquecimento do comércio local,

II Festival Internacional de Trovadores e Repentistas
- Realizado nas cidades de Quixadá e Quixeramobim, região do Sertão Central, o festival foi visitado por 20.000 pessoas que participaram da programação, envolvendo artistas de nomes consagrados no cenário nacional e internacional (grupos internacionais da Índia e Japão entre outros), feira de cordéis, recital de poesia e aboios, disco de cantorias e artesanato regional, exposições de xilogravuras, bem como oficinas de instrumentos musicais e literatura de cordel;

Incentivo e apoio à realização de diversos eventos na capital e no interior do Estado, entre os quais:

I Mostra Talentos da Cultura
- Realizado em Fortaleza, a Mostra contou com a apresentação de 25 trabalhos artísticos nas áreas de dança, teatro e música, exposições de pintura, desenho, artes e xilogravura, apresentação de artesanato além da mostra do resultado de 3 oficinas de fotografias e do lançamento de 3 folhetos de cordéis O evento contou com um público estimado de 1 000 pessoas;

Festival de Cantores e Cordelistas do Nordeste
- O Festival reuniu, no Theatro José de Alencar, 15 dos maiores repentistas do país, que se apresentaram para um público estimado de 250 pessoas por noite Na ocasião, foram homenageados Patativa do Assaré, Rachel de Queiroz, Cego Aderaldo, Rogaciano Leite e Humberto Teixeira, bem como o próprio Teatro José de Alencar, que completou 95 anos em julho,

1ª Bienal Internacional Ceará de Gravuras
- Realizado conjuntamente com a Associação dos Artistas Plásticos Profissionais do Ceará, com patrocínio da Casa de Cultura Alemã, o evento contou com a participação 47 artistas, de 25 países, com trabalhos de litografia, metal, serigrafia, colografia, linoleogravura e arte digital, expostos nos salões de exposição do Palácio da Abolição e no Museu do Ceará,

XVI FETAC - Festival de Teatro Amador de Acopiara
- O evento ofereceu ao público cerca de 50 apresentações incluindo peças de teatro, humor dança e shows musicais de companhias de todo Ceará, incluindo Fortaleza, e de outros Estados do Brasil;

IV Mostra de Dança de Paracuru
- A Mostra contou como um público estimado em cerca de 5 000 pessoas, que lotaram todas as noites a Praça de Eventos de Paracuru, para assistir ao Balé da Cidade de Natal, Opus Cia de dança, Nós Cia de Dança, Performer Graco Alves, Bailarinos de dança de Rua e Balé Baião de Itapipoca, que juntamente com a Cia de Paracuru, representaram a dança idealizada do interior do Ceará,

XII Aconchegão de Arte-Vida
- Realizado na cidade de Pentecoste, o evento contou com a presença de 300 artistas, de 15 municípios do Vale do Curu, e com um público de cerca de 9 000 pessoas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 47

Circuito Ceará de Cultura

- O Circuito realizou 10 eventos culturais, dentro das feiras do SEBRAE, dividida entre as cidades de Juazeiro do Norte, Aracati, Sobral, Ubajara, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Iguatu, Baturité e Crateús

Ceará Natal de Luz

- O Projeto, que viabilizou a iluminação e ornamentação da Praça do Ferreira, Praça Portugal e de outros locais estratégicos da cidade, também promoveu uma ampla programação de Natal no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e Teatro José de Alencar,

V Bienal Internacional de Dança do Ceará

- Com o tema "Dança e Globalização", o festival contou com a participação de coreógrafos e bailarinos da África e da Argentina, companhias da Argentina, Itália/França, bailarinos do Congo e Moçambique, que teve como sede o município de Fortaleza e, como subsede, o município de Sobral, beneficiando um público de 3 731 pessoas,

Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga

- Com uma programação musical apresentada por músicos consagrados e talentos locais, o festival além de dar oportunidade ao surgimento e consolidação de talentos, impactou positivamente a economia dos municípios serranos, pelo elevado fluxo turístico, que durante a sua realização atingiu a marca estimada de 30 000 pessoas

XV Cine Ceará Festival Nacional de Cinema e Vídeo

- Com um público superior a 30 000 pessoas, o festival comprovou mais uma vez, em suas 33 mostras, seu sucesso absoluto de público e crítica, consolidando o conceito de ser um dos maiores eventos de divulgação e valorização do cinema nacional,

VII Festival Eleazar de Carvalho

- Durante o Festival, foram realizadas aulas intensivas de música erudita, com a participação de cerca de 400 alunos e 40 mestres mundialmente conhecidos, além de concurso para jovens solistas e regentes, prêmios, exibição de filmes e concertos diários. O público presente foi de aproximadamente 13 550 pessoas. Também fez parte da programação apresentações na cidade de Iguatu-CE, para cerca de 3 600 pessoas;

Feira da Música

- A Feira contemplou a participação de produtores, comunicadores, jornalistas, empresários e artesãos provenientes dos Estado de Pernambuco, Rio grande do Norte, Pará, Sergipe, Maranhão, Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Paraná As 140 apresentações realizadas tiveram um público estimado de 15 000 pessoas,
- Realização, pela Orquestra Eleazar de Carvalho, de 63 concertos, beneficiando um público de 25 334 pessoas da capital e do interior, com seis programações diferentes, a saber Ensaio Aberto, Matinal Erudita, Conserto Solidário, Consertos Universitários, Consertos nas Cidades e Consertos Sociais,
- Disponibilização de 560 bolsas de complementação de renda, por meio do Projeto Talentos da Cultura, divididas em Bolsa Talento Jovem, Bolsa Artista, Bolsa Agente Cultural e Bolsa Memória, nos municípios de Aiuaba, Cariús, Catarina, Fortaleza, Granja, Irauçuba, Moraújo, Parambu, Quiterianópolis, Salitre e Tarrafas. Na capital, o projeto atua nos bairros de Autran Nunes, Granja Lisboa, Morro Santa Terezinha, Centro, Praia de Iracema e Itaperi,

RECURSOS FINANCEIROS - No ano 2005 foram aplicados R$ 23.268.916,32

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Fls 48

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls. 49

EIXO 3 - CEARÁ INTEGRAÇÃO

3.1- COMBATE A POBREZA RURAL NO CEARÁ

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR)

OBJETIVO
Melhorar as condições de vida da população pobre da área rural com a provisão de investimentos comunitários orientados à criação de infra-estrutura básica e geração de emprego e renda para as camadas mais pobres do meio rural,
promover a descentralização da alocação de recursos e tomada de decisões para os níveis locais, mediante o apoio aos CMDSs e às associações comunitárias dos beneficiários, no planejamento, priorização de projetos comunitários, assim como na execução, operacionalização e manutenção dos investimentos.

PÚBLICO ALVO
O Projeto tem como público alvo os grupos mais pobres das áreas elegíveis, organizados por interesses comuns e representados por suas Entidades Representativas, devidamente legalizadas e atuantes no nível local

ESTRATÉGIA DO PROGRAMA :
O Projeto vem sendo implantado pelas próprias Entidades Representativas, obedecendo a um subprojeto elaborado pelas Secretarias Setoriais do Estado, tendo como base os anseios da comunidade solicitante Os recursos financeiros serão repassados à Entidade Representativa mediante a celebração de um Convênio Os beneficiários deverão participar com uma contrapartida (em média 15%) sendo o restante dos recursos financiados a fundo perdido pelo Tesouro Estadual e Banco Mundial
O Programa conta com três diferentes tipos de subprograma, a saber:
1 Programa de Apoio Comunitário (PAC) – implantado em municípios onde não existe Conselho Municipal de Desenvolvimento Comunitário (CMDS),
2 Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC) – adotado em municípios onde existe CMDS Difere do anterior pelo fato da aprovação dos subprojetos ser feita através desse Conselho,
3. Fundo municipal de Apoio Comunitário Piloto (FUMAC-P) – Acentua o processo de descentralização com a transferência dos recursos financeiros através de convênio envolvendo a SDR e o CMDS do município e deste com a Associação representativa das comunidades beneficiárias

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005 :

- Atendimento de demandas de infra-estrutura e apoio às atividades culturais, beneficiando 32 287 famílias, em 142 municípios do Estado, com investimentos da ordem de R$ 52,1 milhões, aplicados no financiamento de 549 projetos comunitários 336 de abastecimento d'água (61,2%), em 105 municípios, 211 de eletrificação rural (38,4%), em 96 municípios, e 2 sociais (0,4%), em 1 município,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 50

- As ações de eletrificação rural realizadas pelo Projeto São José asseguraram a contrapartida do governo do estado do Ceará no Programa Luz para Todos, do governo federal, sendo executadas por instituição co-participante do Projeto São José, no caso, a Secretaria da Infra-estrutura (SEINFRA),

- Realização de 74 eventos de capacitação, envolvendo 3 582 pessoas,

- Realização de treinamentos na implantação e reestruturação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDSs), prestação de contas, processo licitatório e acompanhamento da implantação e operacionalização dos investimentos, ministrados para conselheiros dos CMDSs, dirigentes, presidentes, tesoureiros e secretários das Associações beneficiadas, contribuindo para um maior empoderamento das comunidades,
- Apoio aos CMDSs por meio do financiamento na implantação de 21 novos Conselhos, bem como readequação de 30 conselhos já existentes Participaram ao todo 890 conselheiros,

- Supervisão e monitoramento das ações financiadas, em 1 219 comunidades

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 45 685.625,41

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls. 51

EIXO 3 - CEARÁ INTEGRAÇÃO

3.2- PROGRAMA HABITACIONAL-CASA MELHOR

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

OBJETIVO
Promover uma melhor qualificação dos municípios do estado, através do ordenamento do seu espaço físico e territorial e da elaboração, execução e acompanhamento de planos e projetos necessários ao seu desenvolvimento econômico, social e ambiental

PÚBLICO ALVO

Famílias carentes, aglutinadas em torno de associações comunitárias legalmente constituídas e que atendam aos critérios de acessibilidade e de seletividade estabelecidos, com prioridade para aquelas ocupantes de áreas de risco e/ou de preservação ambiental

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO :

- Para execução do Programa será indispensável o estabelecimento de estreitas parcerias operacionais com outros órgãos governamentais, como DERT e CAGECE, empresas concessionárias de serviços públicos privatizados, como COELCE e TELEMAR, associações comunitárias, prefeituras municipais, ONGs, organismos de financiamento interno (FGTS,CEF) e externo (BID, BIRD), centros de pesquisa e saber, como Universidades Públicas e Privadas, Institutos de Pesquisas etc. Na produção das moradias serão adotados os processos construtivos Mutirão Convencional, Mutirão Misto, Auto-Construção e Construção com Empreitada de Mão-de-Obra,

- O lastro financeiro do Programa terá como fonte de recursos, dentre outras. O Tesouro Estadual, O Tesouro Federal, através de dotações orçamentárias ou convênios especiais, Empréstimos Internos, Empréstimos Externos; Contrapartida de Prefeituras Municipais, Participações Comunitárias ,
- A seleção das famílias a serem beneficiadas pelo Programa, será norteada pelos seguintes critérios

a) Critério de Acesso
-Famílias com renda mensal de 0 a 3 salários mínimos,
-Famílias constituídas, deficientes e solteiros idosos,
-Famílias que não possuam casa própria;
-Famílias não contempladas por outros programas habitacionais promovidos pelo Estado ou pelo Município

b) Critério Seletivo
-Família cujo chefe tenha maior idade cronológica,
-Família com membro deficiente físico, mental ou visual,
-Família com filho(s) na faixa etária do ensino fundamental ou que necessitem de educação ou tratamento
especial,
-Família com maior número de pessoas,
-Família com menor renda per capita.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 52

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Construção de 1 110 unidades habitacionais, sendo 72 unidades em Fortaleza (bairro Dunas e Sítio Estrela) e 1 038 nos municípios de Altaneira, Caririé/Sobral, Caridade, Catarina, Coreaú, Crato, Ererê, Farias Brito, Graça, Iguatu, Irauçuba, Itatira, Jaguaribara, Jardim, Madalena, Maranguape, Massapê, Missão Velha, Moraújo, Morrinhos, Pacatuba, Pacoti, Piquet Carneiro, Porteiras, Quiterianópolis, Quixelô, Salitre, Tarrafas, Tejuçuoca, Ubajara, Umirim, Uruoca, com oferta de serviços de infra-estrutura, principalmente, abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, terraplenagem e áreas

- Execução de melhorias em 145 unidades habitacionais localizadas nos municípios de Ererê, Iguatu e Piquet Carneiro

- Indenização de 340 imóveis nas áreas de risco e áreas atingidas por projetos de urbanização e recuperação ambiental ,em Fortaleza (Projeto Costa Oeste, Projeto Maranguapinho e Lagoa do Gengibre)

- Construção de 700 m de via, passeios, ciclovias e iluminação da obra de Urbanização do Rio Maranguapinho – Margem Direita Trecho I – Tupinambá da Frota

- Construção de 10 685 m² de pavimentação, 4 433 m² de passeios, limpeza de galerias e 374 m de canal de drenagem (Conjunto Tropical, Conjunto Petrobrás e Conjunto Gengibre), em Fortaleza.

- Demolição das edificações existentes nos terrenos destinados à construção dos Reassentamentos Tenente Lisboa (TELEMAR) e Alves de Lima do Projeto Costa Oeste, em Fortaleza

- Construção de 85% da obra da Avenida Costa Oeste - Trecho I (total previsto. 2,3 Km de via, passeios e ciclovias), em Fortaleza.

- Construção de 17 % da obra de Urbanização do Rio Maranguapinho Margem Direita Trecho II (total previsto 980 m de via, passeios e ciclovias, Urbanização Pontilhão sobre o Rio Genibaú, e limpeza do Rio), em Fortaleza

- Construção de 40% das obras do Conjunto Araturi - Projeto Maranguapinho Margem Direita – Trecho II (total previsto. 100 casas), em Fortaleza

- Construção de 50% das obras do Conjunto Santana - Projeto Lagoa do Tijolo (total previsto 245 casas), em Fortaleza

- Trabalho social junto a 2 570 famílias, sendo 1 337 em Fortaleza e 1 233 no interior do estado

- Conclusão do trabalho social das áreas do Maranguapinho Margem Direita - Trecho I (Tupinambá da Frota) e do Conjunto São Miguel, na cidade de Fortaleza

- Conclusão do processo licitatório de 7 projetos sociais com o objetivo de acompanhar as obras financiadas pela Caixa Econômica Federal, através do Programa Pró- Moradia nas áreas seguintes Favela do Capim, Maranguapinho Margem Direita – Trecho II, Costa Oeste - Trecho I (complementação), Trecho II e Trecho III, Lagoa do Tijolo e Novo Curió

- Licitadas 16 novas obras em Fortaleza, sendo 9 financiadas pela Caixa Econômica Federal /Programa Pró-Moradia e pelo FECOP; 3 financiadas exclusivamente pelo FECOP, 1 pelo Orçamento Geral da União (OGU) e 3 pelo tesouro do estado Estas obras se destinam à execução de 4 reassentamentos populares com toda a infra-estrutura básica, propondo a construção de 658 unidades habitacionais, 640 melhorias habitacionais, 5 urbanizações e 5 obras de infra-estrutura para beneficiar aproximadamente 5 000 famílias

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 53

- Celebrados 42 convênios com prefeituras e associações de moradores objetivando construção e melhorias de unidades habitacionais populares para beneficiar 3 007 famílias

- Encontram-se em fase de execução os trabalhos sociais das áreas do Projeto Gato Morto e da Costa Oeste I, localizados na cidade de Fortaleza, com previsão de conclusão em março/2006 e julho/2006, respectivamente

- Cadastramento de demandas da comunidade e atendimento em geral de 1 400 pessoas e/ou lideranças comunitárias

- Conclusão do trabalho social nos seguintes municípios Caridade, Crato, Coreaú, Ererê, Farias Brito, Iguatu, Irauçuba, Juazeiro do Norte, Jardim, Madalena, Missão Velha, Moraújo, Pacoti, Quixelô e Tarrafas

- Em execução o trabalho social nos seguintes municípios Jaguaribara (Alagamar e Curupati) – Convênio com Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Altaneira, Baixio, Cariré, Carnaçu, Crato, Catarina, Farias Brito, Graça, General Sampaio, Iguatu, Itatira, Jaguaretama, Jaguaribe, Massapê, Maranguape, Missão Velha, Moraújo, Morrinhos, Mucambo, Nova Olinda, Pacatuba, Piquet Carneiro, Porteiras, Potengi, Quiterianópolis, Salitre, Santana do Cariri, Tejuçuoca, Uruóca, Umirim, Várzea Alegre, Ubajara, Forquilha e Milagres.

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$27.539.551,93

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 54

EIXO 3 - CEARÁ INTEGRAÇÃO

3.3- DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

OBJETIVO

Melhorar As Condições De Vida Das Populações Menos Favorecidas, Promovendo Sua Inclusão Social, Ofertando De Forma Sistemática Moradias Dignas, De Sorte A Encurtar O Hiato Das Desigualdades Sociais Aferido Pelos Atuais Indicadores Socioeconômicos

PÚBLICO ALVO

População do interior do Estado do Ceará

ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO :

- Ação descentralizada através de unidades de desenvolvimento regional para a mobilização de atores locais, articulação e integração de políticas públicas com enfoque territorial, planejamento regional, capacitação de produtores urbanos e rurais, lideranças comunitárias locais, representantes de instituições e fomento às iniciativas inovadoras de desenvolvimento local e regional

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2005:

- Implantação de 3 novos Escritórios de Desenvolvimento Regional, no Vale do Coreaú, com sede em Camocim, Vale do Curu/ Serra da Uruburetama, com sede em Umirim, e no Sertão Central, com sede em Mombaça,

- Priorizados os seguintes planos e projetos: Plano de Desenvolvimento Interregional Ibiapaba e Vale do Coreaú, implantação do Centro de Referência da Atividade Pesqueira no Vale do Coreaú e implantação de Pólos de Ecoturismo e Reestruturação do Porto de Camocim;

- Escolha dos projetos estruturantes do PDIR Ibiapaba/ Vale do Coreaú, dentre os quais podem ser citados a infra-estrutura hídrica de suporte à operação dos perímetros irrigados, o Centro de Feiras e Eventos e a Universidade do Planalto da Ibiapaba,

- Apoio a focos produtivos palha (Massapê), artesanato em tear de (Rafael Arruda – Sobral), móveis (Marco), confecção (Freicheirinha) e cerâmica (Sobral),

- Elaborados e enviados 2 projetos ao Ministério da Integração, sendo 1 de apoio à produção de leite no Baixo Jaguaribe e outro direcionado ao artesanato dos municípios de Itaiçaba e Palhano, no valor de R$ 892 mil,

- Eleição de novos coordenadores de núcleos e a reeleição do presidente do Conselho, formalizada a parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ONU/ FAO),

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 55

- Apoio ao desenvolvimento de projetos tecnológicos entre as empresas da região e as instituições de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Centros Tecnológicos (CENTECs) objetivando a ampliação da cooperação tecnológica,

- Lançamento de um programa de rádio sobre inovação tecnológica, criação da câmara setorial em Tabuleiro do Norte e Limoeiro do Norte, e apoio a ações voltadas para os APLs de metal-mecânica, artesanato de palha argila e doces,

- Implantado, em Sobral, um programa denominado "Sobral Tecnológico", em convênio com o Sistema Universitário de Rádio (SUR), da Universidade Vale do Acaraú,

- Articulação e coordenação de ações focadas na sustentabilidade dos APLs do Ceará, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, visando ser referência nacional, até 2008, como uma Rede de Instituições que integra atores em projetos e ações de forma contínua e compartilhada para o desenvolvimento sustentável dos APLs,

- Realização do Projeto Mapeamento e Planejamento Participativo (MAPLAN), resultante da parceria interinstitucional entre a Universidade do Arizona, Universidade Federal do Ceará, Fundação Cearense de Meterologia e Recursos Hídricos e participação das comunidades de Senador Sá, Masssapê, Uruoca, Maraújo, Graça, Pacujá, Mucambo e Poranga,

- Apoio na realização da IV Expo Brasil Desenvolvimento Local, evento ocorrido no período de 12 a 15 de outubro, em Fortaleza.

RECURSOS FINANCEIROS – No ano 2005 foram aplicados R$ 2.519 161,59

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 56

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CEARÁ
A Cidadania em Destaque

1ª Quadrimestre / 2005

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO

DATA: 08 DE JUNHO DE 2005

SOLICITAÇÃO: A COMISSÃO

DIVISÃO DO SERVIÇO DE TAQUIGRAFIA
E REVISÃO E ANAIS

Elisabeth M. Nogueira
SEC DA DIV TAQUIGRAFIA
REVISÃO E ANAIS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
57

ATA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO DO DIA 08 DE JUNHO DE 2005 PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DO ESTADO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Senhoras e Senhores, lamentavelmente não contamos com a presença de alguns Deputados aqui, em função de estar havendo outras Audiências Públicas que já haviam sido marcadas aqui, com o Secretário de Segurança Pública, e outras Lamentavelmente também foi adiada uma Audiência do Fecop, o Deputado Heitor Férrer, que é autor do Requerimento, naturalmente está presente lá O Deputado Nelson Martins, também desta Comissão, está numa Audiência Pública, e é Presidente da Comissão de Serviço Público Então, infelizmente nós vamos realizar esta reunião sem poder deliberar com os três Deputados aqui presentes

Gostaria de passar a palavra para o Secretário da Fazenda, José Maria Mendes, e agradecer a presença de todos os Assessores e do nosso Secretário Adjunto

SR. JOSÉ MARIA MENDES (Secretário da Fazenda): Senhor Presidente, Deputado Francini Guedes, é uma honra, mais uma vez, estar nesta Casa, inclusive para participar de mais uma apreciação do Relatório Quadrimestral, do primeiro quadrimestre do ano E dizer que a nossa equipe irá apresentar e tirar as dúvidas que se fizeram necessário, já se encontra aqui E eu gostaria que o Dr João Alfredo Montenegro fizesse as colocações e as explicações do Relatório

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Vamos ouvir a palavra do Senhor João Alfredo Montenegro, Subsecretário da Secretaria da Fazenda

SR. JOÃO ALFREDO MONTENEGRO (Subsecretário da Secretaria da Fazenda): Senhor Presidente, Senhores Deputados, aqui nós fazemos o resultado da realização do enfoque, em termos de receita e as despesas realizadas do primeiro quadrimestre de 2005, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal

Começando a nossa fala sobre a Receita, nós apresentamos aqui, neste Relatório, umas Receitas Correntes que ultrapassaram as previsões realizadas em 2,62% As previsões de arrecadação eram de 2 bilhões 07, e nós atingimos 2 bilhões e 60 Essas receitas correntes tinham a sua configuração a sua formação, com uma grande predominância do ICMS, que é o tributo dos estados brasileiros, logicamente do Estado do Ceará A previsão era de 101 bilhão, 004 milhões, e nós atingimos 977 milhões, ou seja, 97,31% da receita prevista Esse diferencial dessa insuficiência diante de arrecadação, diante da meta estabelecida de previsão, se deve, em grande parte, ao desempenho da economia, que como todos nós sabemos, ele vem caminhando com uma certa claudicância, em função do baixo desempenho que a economia vem apresentando, motivado pelas elevações de juros e todos esse percalço que têm acontecido no cenário nacional O fator seca, também, no Estado, que afligiu a população cearense, também foi um dos fatos que desestimulou, desaqueceu bastante essa economia durante esses períodos, esses três quatro meses iniciais.

Em relação ao *IPVA,* nós suplantamos a previsão inicial, que era de 108 milhões, nós atingimos 113 milhões, que corresponde a um aumento de 4,3% O Imposto de Renda na Fonte também teve um incremento forte de 46 milhões Nós atingimos 65 milhões, com um crescimento de 43%. Isso aí basicamente resulta do pagamento de salário dos Servidores Estaduais aqui do nosso Imposto de Renda que tiramos na Fonte

Também suplantamos o *ITCD* em 7,2%, que é um Imposto que tem pouca expressividade dentro do contexto tributário. E as Contribuições Previdenciárias também tiveram um valor de realização acima das previsões, quando atingimos a 58,6 milhões de reais, comparados com a previsão de 43 milhões

As *Transferências correntes* também tiveram um incremento bastante animador, em termos de 4,18% Esse incremento se deve, em grande parte ou na sua quase totalidade, ao aumento das transferências constitucionais do FPE. O motivo desse incremento é a eliminação das compensações que anteriormente eram feitas por conta da PIS e da Cofins A partir do exercício de 2005 essas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 58

compensações deixaram de ser feitas, e logicamente que passou a engordar um pouco mais as transferências que são dos Estados, como também dos Municípios Ele apresenta, nesse período, o incremento de 8,47%

O *IPI* por, consequência, também teve um aumento bem mais robusto, quando a previsão era de 8 milhões, ele atingiu 10 milhões, com um incremento de 26% Mais uma forma de realce, é também as transferências aqui, as compensações, porque o PIS e a Cofins eram compensados preponderantemente ou predominantemente dentro do IPI, por isso é que ele tem um incremento maior do que o incremento do profex- PE, que é formado pelo binômio Imposto de Renda e IPI

A *Cide* nós estamos aquém daquela previsão estabelecida, quando havia uma previsão de 34 milhões, nós só atingimos 23,265 milhões Essa queda é justamente porque sobre a *Cide* a União pratica a DRU, Desvinculação de Receita da União, então, 20% ela tira à margem do processo redistributivo Ela só distribui 80% da arrecadação, porque 20% ela fica desvinculada E a União também ficou, no ano passado, isentando da Cide, algumas operações com alguns combustíveis, como no caso do GLP e no caso do querosene de aviação. Imagina-se, porque nós não temos uma informação precisa, do Tesouro Nacional, que esse tem sido um dos fatos que tem colaborado para essa diminuição, essa frustração com relação às receitas, por conta da transferência da arrecadação da Cide

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB):O Senhor Secretário José Maria Mendes gostaria de fazer um esclarecimento

SR. JOSÉ MARIA MENDES (Secretário da Fazenda): Eu acho que é interessante ressaltar que, até agora, no primeiro quadrimestre, somente um duodécimo do exercício de 2005 foi recebido Porque o duodécimo de janeiro referia-se à operação até dezembro, que entrou este ano Quer dizer, na realidade essa previsão de 49 milhões que nós temos aí, de receita deste ano, ela vai se dar ao longo desse exercício, eu acredito até que se recupere essa defasagem a partir do outro quadrimestre Pela análise que eu fiz anteriormente, eu acho que dá para chegar, porque o quadrimestre seguinte é um quadrimestre que vem realmente já com os ajustes que foram feitos, sobre aquela solicitação nossa de alteração em relação ao quilômetro de estrada asfaltada Vai ter um pouco de incremento aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Vamos voltar à palavra para o Senhor João Alfredo Montenegro

SR. JOÃO ALFREDO MONTENEGRO (Subsecretário da Secretaria da Fazenda): Dizer que as outras transferências financeiras dos Estados, da Lei Complementar 87, isso aí se volta para aquela compensação da perda dos Estados, por conta das exportações sem tributação, fruto de uma divisão que a União fez, e uma quantia de 900 milhões, a previsão era de 15, nós só recebemos 13,884, também com insuficiência E as outras receitas, que é o Convênio, o Fomento a Exportações, que tinha uma previsão de 38, nós só atingimos 25

Então, as grandes frustrações que nós temos nesse quadrimestre, em termos de receita, na parte de Receita Corrente, se fundamentam, especificamente, com relação às transferências do Governo Federal Porque aquelas que dependem diretamente dos esforços do Governo do Estado, praticamente quase todas foram atingidas

Em relação à *Receita de Capital,* que nós temos uma totalização, uma previsão do quadrimestre de 44%, nós só atingimos 42% As *operações de crédito interno* foram atingidas na sua totalidade, e as *operações de crédito externo* também, e as *transferências de capital,* que tiveram esse comportamento também praticamente assemelhado às suas previsões, com exceção às outras receitas de capital.

Com relação às *despesas com pessoal,* ressaltando que as despesas são separadas de acordo com os vários Poderes, os Centros de Custos chamados· Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Poder Executivo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
59
Fls

A Programação Financeira para o Quadrimestre, com relação ao *Poder Legislativo* era de 46 milhões, ela foi executada com 47 milhões, ou seja, um gasto acima daquela previsão de 3,05% O fator que contribuiu para esse incremento, foi à despesa com investimento, que tinha previsão inicial de 18% e nós atingimos a 22 140% As despesas com pessoal se mantiveram abaixo daquelas previsões inicialmente apresentadas

O *Poder Judiciário,* que havia uma previsão de gastos de 65 milhões, praticamente alcançou-se "na mosca," com uma pequena elevação de 1,06%, que praticamente foi em função de outras despesas correntes, que é o custeio, que suplantou uma pequena parcela dos quase 400 inicialmente previstos O Ministério Público também se comportou abaixo das previsões, quando havia uma previsão global de 27milhões, nós gastamos 25 milhões E a despesa com pessoal, também abaixo, e as despesas de investimento, é que tiveram uma pequena elevação com relação aos valores inicialmente previstos.

O *Poder Executivo* também apresentou certa economia desses gastos, quando a previsão era de 1 bilhão 604, nós atingimos a 1.546, ou seja, 96,4%, com a economia podemos assim rotular, de 400 em números redondos

A *despesa com pessoal* está suportando abaixo daqueles valores previstos, como também as outras despesas correntes, com uma pequena elevação de 597 para 608 Os encargos da dívida, também, com pequena elevação, mas valores pouco expressivos Em relação aos investimentos, de 57, realizamos 2 milhões, ou seja, 3,74% Essa performance se justifica porque no início de cada exercício, é uma situação clássica que geralmente se observa. Não há velocidade necessária em abertura de orçamento, para poder executar aqueles Programas e aqueles gastos que seriam previstos na peça orçamentária anual As inverções financeiras com uma pequena elevação do valor inicialmente previsto e a amortização da dívida, também com 2 milhões acima dos 125 previstos Então, praticamente essas são as despesas acontecidas

Nós temos no quadro abaixo, segundo o demonstrativo, um seccionamento de como se comportou a despesa de pessoal, separando em inativos e pensionistas, só para se ter uma idéia São esses quadros que refletem o comportamento desse período do quadrimestre

Na página 5 do Relatório, os senhores podem observar, nós fazemos um demonstrativo do que aconteceu com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal O limite da Lei do Executivo era de 48,6% O limite prudencial era de 43,17%, e a realização foi de 39, 36% Como se observa, há um equilíbrio muito saudável das finanças do Estado, com relação ao seu gasto com pessoal, que é justamente esse freio que a Lei de Responsabilidade colocou, para evitar que houvesse despesas predominantes dentro do gasto com pessoal que vinha, logicamente, afetar outros Programas de grande interesse para a própria sociedade

O Poder Legislativo também se portou dentro dos limites, ou seja, abaixo do limite prudencial, que era de 3,23%, o Poder Legislativo alcançou um gasto de 3.18% O Poder Judiciário também ficou bem aquém do limite prudencial, que era de 5,7% e alcançou 4,79% E o Ministério Público também, da mesma maneira, que tinha um limite de 1 9%, alcançou 1 6 % Então, o Estado do Ceará, no seu global de despesa, dentro da faixa dos 60%, ele se comporta, se fixou, se posicionou em 49%, que é abaixo do limite maior, como também abaixo do limite prudencial, aquele que é chamado limite de alerta, para que se possa tomar algumas providências em termo de regularização dessas despesas

Em relação a esse outro demonstrativo, nós o demonstramos dentro do feixe das despesas globais e procuramos demonstrar o resultado primário dessas despesas, comparadas, versus às receitas auferidas. A previsão das *receitas fiscais líquidas*, era de 7,9 bilhões, isso para a visão atualizada do ano, com relação o somatório até o quadrimestre, que é o que se pode comparar com a última coluna de janeiro e abril, nós atingimos 2 358 Enquanto que no ano anterior, janeiro e abril de 2004, nós

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
60
Fls

atingimos uma meta de 2 04 Então, tivemos um crescimento com relação ao foco da receita, ou seja, em número genérico, aproximadamente de 300 milhões de reais

Com relação às *despesas*, nós tivemos no período de janeiro a abril de 2004, 1,6 bilhão Este ano nós tivemos uma despesa de 1,7 bilhão São os incrementos vegetativos E podem observar que esse crescimento da despesa foi ainda menor do que o crescimento da nossa receita Então, isso faz com que o feixe das retas, da receita e da despesa, tenha uma inclinação favorável ao próprio resultado positivo, com relação ao Tesouro do Estado Logicamente isso enseja uma performance mais alvissareira, mais animadora com relação ao superávit, quando no período passado nós tivemos 406 milhões no período, este ano nós fechamos com 652 milhões Por esse fato não se pode dizer que se está sobrando dinheiro, mas é como nós falamos inicialmente, a demarragem desse processo de gasto com investimento se faz com uma certa lentidão nesses meses iniciais, devido a esse processo de orçamento que geralmente acontece de maneira clássica

O último quadro trata-se da *Dívida Consolidada* Nós tivemos, em de 31 de dezembro de 2004, uma *Dívida Consolidada de 4 3 bilhões de reais; Em 30/04, que é a última coluna, essa dívida* estava reduzida a 4,274 Isso se fez em função dessas deduções acontecidas pelos pagamentos, que é o serviço da dívida, como também os pagamentos de amortização Então, em linhas gerais, a dívida fiscal líquida, que em 31 de dezembro era de 4,3 bilhões, ela hoje está reduzida para 3,8 bilhões de reais O que reflete uma redução de 438 milhões de reais, em termos das nossas obrigações, que é um resultado bem animador e que alegra a todos aqueles que fazem esse trabalho financeiro Muito obrigado

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Nós estamos contando aqui com a presença do Deputado Adahil Barreto e do Deputado Zemaria Pimenta Se V Exas quiserem fazer alguma indagação, fiquem à vontade Queremos também registrar a presença do Dr Antônio Cláudio, que é Assessor do Deputado Sávio Pontes, da Dra Vânia, e dizer que se quiserem fazer alguma indagação ao Senhor Secretário, a palavra está à disposição

Passo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Adahil Barreto

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): Senhor Presidente, inicialmente quero agradecer a presença do Secretário da Fazenda, do Secretário adjunto, e toda equipe da Secretaria da Fazenda, à cúpula da Secretaria da Fazenda, Dr José Maria Mendes, Dr João Alfredo, Dra Dolores Barbosa, demonstrando todo apreço que tem o Governo do Estado, através da Sefaz e do Poder Legislativo Diz-se muito aqui que o Governo muitas vezes se ausenta do debate, não tem interesse no diálogo, não tem interesse na transparência, isso aqui já se torna até refrão no discurso da Oposição E evidentemente, eu digo isso aqui na maior tranquilidade, não é para mexer com ninguém, principalmente com os Deputados da Oposição. Mas esta discussão aqui, mesmo que não estivesse havendo uma outra Audiência Pública, eu não sei se os Deputados da Oposição estariam aqui não! E o que se verifica é que o Estado do Ceará, que pode se endividar em até 10 bilhões de reais, ter uma dívida consolidada aqui, de 3,8 bilhões de reais Então, são números absolutamente convincentes, que demonstram a saúde financeira do Estado do Ceará Mesmo com as dificuldades que sabemos que ainda tem o Estado, principalmente na capacidade de investir Isso não é novidade para ninguém, certamente para nenhum Deputado, a capacidade de investimento que o Estado tem, de gerar receitas próprias Isso não é novidade para ninguém Agora, os números estão aqui! O Relatório de Gestão Fiscal apontando uma dívida de 3 bilhões e 8 milhões de reais As despesas de pessoal rigorosamente estão dentro dos parâmetros estabelecidos também pela LRF, muito abaixo do limite prudencial Inclusive, permitindo que o Governador possa conceder um aumento responsável para os seus Servidores Públicos Estaduais. Não é o aumento que o Deputado Nelson Martins deseja, eu gostaria até que ele estivesse aqui, de 20%, mas certamente é o aumento possível, é um aumento responsável O aumento que a Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, deu aos seus servidores, de 10%, é um aumento responsável, que eu tenho

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
61
Fls

certeza que ela, ao conceder o aumento de 10%, é porque quer pagar o aumento! Diferentemente do que ela fazia quando era Deputada Estadual, que cobrava aumento de 40%, 50%, do Governo do Estado

Então, eu quero parabenizar o Presidente da Comissão, Deputado Francini Guedes, amanhã eu farei, se possível, um pronunciamento breve sobre esses números Mas são números que inclusive, Deputado Zemaria Pimenta, precisamos dividir com a nossa Bancada, Senhor Presidente Deputado Francini Guedes, porque nós sempre fomos muito cobrados pelos números do Estado, e os números estão aqui

Neste momento agradeço a presença de todos e peço a permissão do Senhor Presidente para me ausentar, pois participarei de outra Audiência Pública no Fecop, e mais uma vez quero agradecer e parabenizar a toda Equipe da Secretaria da Fazenda Muito obrigado

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Com a palavra o Senhor Deputado Zemaria Pimenta

SR. DEPUTADO ZEMARIA PIMENTA (PSBB): Gostaria de saudar a todos da equipe da Secretaria da Fazenda, o Senhor Secretário José Maria Todos aqui sabem que estou aqui nesta Casa para fazer um trabalho em prol da agricultura e da pecuária do Estado. E de acordo com os dados que obtive, a arrecadação de ICMS é oriundo dos produtos agrícolas, dos produtos da pecuária, da silvicultura e piscicultura, que no ano passado, e em 2004, não representou quase nada, representou menos de 10%, de 1%, quer dizer, 0,0%! Então, é praticamente nada, de 3 bilhões da arrecadação de ICMS E da arrecadação de 2004, me parece que foram arrecadados, oriundos dessas atividades, 3 milhões Então, diante dessa realidade, entrei com um Projeto de Indicação para que o Governo do Estado desonere, ou seja, deixe de cobrar impostos nessas atividades para ver se elas se recuperam, porque apenas 5% do PIB do Estado do Ceará têm origem desses setores

O Ceará é um grande importador de produtos de origem da agricultura, importa milho, feijão, arroz e importa leite, quando nós temos condições de produzir isso aqui no Estado do Ceará A Constituição do Estado, no seu Art 321 diz claro e expressamente que o Governo do Estado é obrigado a dar subsídios à agricultura irrigada E eu estive vendo a Legislação de Estados vizinhos, como o Piauí e de outros Estados, onde eles já dão subsídios à energia elétrica Então, não sei por quais motivos, até hoje eu não me convenço que a Assembléia Legislativa não tem autoridade para regulamentar o Artigo da Constituição e tem que fazê-lo através de Projeto de Indicação, mas mesmo assim apresentei um Projeto de Indicação, porque tenho consciência de que nós podemos nos tornar auto-suficientes nesses produtos, no arroz, no feijão, no milho e no leite E temos uma oportunidade muito grande de criarmos muitos postos de trabalho no Interior, a preços muito baratos Porque se na indústria são necessários 50, 60 mil para se criar um Posto de Trabalho Na agricultura irrigada, com mil reais nós criamos um emprego E apresentei um Projeto de Indicação, já passou por todas as Comissões, principalmente as temáticas, vai ao Plenário, e tenho consciência de que será aprovado Eu fiz um levantamento, nós temos oito mil açudes públicos no Estado do Ceará, então se nós irrigarmos 40 mil hectares, com esse estímulo, eu creio que por cada hectare o Governo irá gastar aí em termos de incentivos e subsídios, em torno de 500 reais, são 20 milhões É muito pouco o incentivo para um grande resultado econômico e social para o Estado É muito pouco, se nós compararmos os incentivos que são dados às indústrias, se comparados com esses que serão dados se o Governo aprovar E eu tenho a consciência tranquila de que o custo benefício é muito favorável ao Estado

Então, gostaria de pedir a compreensão do Secretário, porque tenho certeza que o Senhor Governador do Estado, ao receber esse Projeto, irá encaminhá-lo para que se faça uma análise. Mas eu tenho tanta consciência, eu tenho tanta certeza que é importante para o Estado do Ceará, como amanhã às 6h o dia vai amanhecer Eu gostaria que o Secretário olhasse com bons olhos, para nós recuperarmos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 62

e tentarmos revitalizar a agricultura do Estado do Ceará Acredito que esse Projeto seja o início de uma revolução verde, que nós poderemos fazer aqui no Estado do Ceará Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): O Deputado Zemaria Pimenta é o Deputado do Sertão

Passo a palavra para a Dra Vânia, Assessora do Deputado Heitor Férrer

SRA. VÂNIA (Assessora do Deputado Heitor Férrer): Eu gostaria de fazer duas perguntas A primeira pergunta é Por que o resultado primário do primeiro quadrimestre de 2005 foi tão elevado, se é questão de uma decisão política ou se é porque a concentração de receita é maior nesse primeiro quadrimestre de 2005? A Meta Fiscal para resultado primário de 2005, segundo a Lei de Orçamento de 2005 é 240 mil e foram atingidos 240 milhões, e 644 milhões Eu queria saber porque que foi alcançado o resultado primário muito além da meta?

A segunda pergunta é A Meta Fiscal de 2005, na Loa, porque eu peguei os dados da Loa A LOA trabalha com uma categoria financeira e despesa não financeira Quando a Sefaz apresenta esse resultado, essa avaliação de cumprimento de metas, ela trabalha com a receita de todas as fontes Eu queria saber como é que se dá essa revisão, aqui da primeira coluna, Previsão para o Quadrimestre, se é retirada da Meta Fiscal determinada pela Loa, ou vocês utilizam algum outro critério? Eu quero saber também se é possível comparar, numa categoria que está determinado receita não financeira com receita de todas as fontes, se é possível estabelecer uma comparação? Não sei se fui explícita!?

SR. JOSÉ MARIA MENDES (Secretário da Fazenda): Eu queria só aproveitar para fazer uma comunicação Se o prazo primário para 2005 foi discutido agora, com a Secretaria do Tesouro Nacional, o ajuste do nosso Programa Fiscal desse ano, ele não ficará em 240 milhões, ele subirá para 299 milhões, por quê? Porque o Governo precisa ter uma condição de endividamento e também precisa ter uma condição de se enquadrar em uma faixa "B", que é a faixa que nós recuperamos a capacidade de pagamento do Estado Este poderá, como ocorreu em 2004, obter o superávit primário superior ao estabelecido pelo STN, o que ocorreu no ano passado, e que nós vimos no balanço

Eu vou dar aqui uma rápida explicação sobre o porquê do superávit primário muito alto, no primeiro quadrimestre Ocorre que no primeiro quadrimestre ainda não foram computados, porque não foram realizadas as despesas, dentro dos parâmetros de vinculação constitucional da Educação e da Saúde. A Educação até já teve uma aplicação superior ao que devia ter Mas se nós olharmos o Quadro da Saúde, nós estamos aí, abaixo, em torno de 70 milhões do que deveríamos ter aplicado na Saúde até agora Qual o motivo? Os Projetos de Saneamento que são executados ao longo do ano, eles vão sendo realizados ao longo do período Então, nós vamos ter isso a partir agora do segundo semestre, que são as realizações dos investimentos e saneamentos Nesse caso, você vai sentir que o superávit primário vai realmente cair, quando forem realizadas essas despesas. No momento estão em fase de licitação, outros em fase de execução, mas ainda não em fase de realização dessa despesa Mas Se a Dolores quiser acrescentar mais alguma coisa pode acrescentar

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Com a palavra a Senhora Dolores Barbosa, da Secretaria da Fazenda

SRA. DOLORES BARBOSA (Assessora da Secretaria da Fazenda): Gostaria de dizer para a Vânia que o resultado primário fixada na LOA, não pode ser comparado com esse, porque o da LOA, de 240 milhões, é só da receita e despesa da Administração Direta Aqui, na Lei de Responsabilidade Fiscal, é a Administração Direta e Indireta, e também comparando despesas liquidadas Talvez por isso ele tenha dado tão alto, porque despesa liquidada geralmente é muito mais baixa do que a empenhada E aquela de 240 milhões é da STN, e só da Administração Direta e é calculada pela despesa empenhada, despesa que o Estado já está comprometido Enquanto essa é aquela que é liquidada, que o serviço já está prestado, e o material já está entregue

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 63

SRA. VÂNIA (Assessora do Deputado Heitor Férrer): Dra Dolores, o Projeto de Lei de LDO de 2006, que está aqui na Assembléia, tem um anexo que faz a avaliação das metas de exercícios anteriores Então, em 2004, pelo que está aqui, pelo quadro que está anexado a LDO, não foi atingido a Meta Fiscal Mas quando você compara cada um desses documentos, dos três quadrimestres de 2004, que foram encaminhados e discutidos aqui, a Meta Fiscal foi atingida Aliás, foi acima. Se você pegar do segundo e terceiro quadrimestre, ela foi atingida Mas quando você pega a LDO, aí tem o que não foi atingido, o Estado não atingiu a Meta Fiscal de receita nem de despesa Se você quiser comparar, eu tenho a LDO aqui

SRA. DOLORES BARBOSA (Assessora da Secretaria da Fazenda): A LDO é apresentada na Assembléia Legislativa, eu acho que no mês de abril ou maio Quando o Orçamento é apresentado, ele é corrigido no mês de setembro, então ele corrige as Metas Fiscais da LDO E no momento em que você diz que o Estado não atingiu, essa programação aqui não tem nada a ver com o anexo de Metas Fiscais Essa programação aqui, a que a gente apresenta de Metas Fiscais e de receita e despesa, é aquela que diz o Art 8° da LRF, que um mês após o Governo tem que apresentar o orçamento, tem que apresentar uma programação financeira de receita e despesa

SRA. VÂNIA (Assessora do Deputado Heitor Férrer): Então é a Lei 4.320 não é?

SRA. DOLORES BARBOSA (Assessora da Secretaria da Fazenda): Não É a Lei de Responsabilidade Fiscal! Quando ele diz aqui, no Artigo, logo no início, é o Art. 8° da Lei Complementar 101, de maio· O Poder Executivo, através da Resolução Ele faz uma Resolução, apresentando a programação financeira de receita e despesa baseada no Orçamento. Essa programação não tem nada a ver com a Meta de resultado primário do Orçamento

SRA. VÂNIA (Assessora do Deputado Heitor Férrer): Mas eu estou falando da Meta Fiscal de Receita

SRA. DOLORES BARBOSA (Assessora da Secretaria da Fazenda): *Sim, a Meta Fiscal da LDO é* corrigida através do Orçamento, eles são apresentados em períodos diferentes.

SRA. VÂNIA (Assessora do Deputado Heitor Férrer): Porque eu estou me referindo ao ano de 2004, o exercício que já passou Inclusive, tenho aqui já o dado do Balanço Geral do Estado, o dado que é só da Administração Direta Eu acho que o problema é porque só se considera.

SRA. DOLORES BARBOSA (Assessora da Secretaria da Fazenda): Eu não sei se você sabe que o anexo de Meta Fiscal do Balanço do Estado foi substituído e nós mandamos para a Assembléia, que o Estado alcançou

SRA. VÂNIA (Assessora do Deputado Heitor Férrer): Eu estou dizendo que na LDO o quadro faz uma avaliação de exercícios anteriores, e o dado que ele usa é um dado atualizado! Inclusive, o realizado está tirado daqui, do Balanço Geral do Estado, a Receita da Administração Direta Ele compara a Meta Fiscal com a Receita da Administração Direta Eu acho que a diferença é que não dá, porque ele trabalha com Administração Direta

SRA. DOLORES BARBOSA (Assessora da Secretaria da Fazenda): Dra. Vânia, a senhora está falando do Anexo de Metas Fiscais do Balanço que nós apresentamos?

SRA. VÂNIA (Assessora do Deputado Heitor Férrer): Não. Eu estou me referindo a um Anexo que consta na LDO, num Projeto de Lei, LDO de 2006, que faz uma avaliação da Meta Fiscal, do atingimento da Meta Fiscal Está até aqui, eu estou aqui com a LDO e vou mostrá-la

(A Assessora Vânia mostra o quadro para a Senhora Dolores)

SRA. DOLORES BARBOSA (Assessora da Secretaria da Fazenda): Aonde é que você está comparando?

SRA. VÂNIA (Assessora do Deputado Heitor Férrer): Ele faz uma avaliação do cumprimento de Metas Fiscais de 2004 Por aí você vê que ele não atingiu a Meta Fiscal, o Estado não atingiu! Nem de

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 64

receita nem de despesa E esses 5 milhões aí, é o dado que tem aqui no Balanço Geral do Estado, da receita realizada da Administração Direta, 5 bilhões

SRA. DOLORES BARBOSA (Assessora da Secretaria da Fazenda): É porque essas Metas Fiscais são apresentadas pela Seplan O Dr Alfredo Montenegro tem algumas informações

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Vamos ouvir o Dr. João Alfredo Montenegro.

SR. ALFREDO MONTENEGRO (Subsecretário da Secretaria da Fazenda): Esse demonstrativo se faz de acordo com a LRF, acontece de acordo com o ritual estabelecido, e seguimos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando a gente fala das despesas diretamente do Estado, esta é a performance, e esses são os resultados Aqui, quando se fala em receita total, eu tenho toda previsão de operações de créditos que era prevista, que era realizada, as transferências do Governo Federal de Metrofor, e tudo o mais que estava previsto e não foi realizado Então, aí são dados de uma certa heterogeneidade para se comparar isso com aquilo. A senhora tem total razão quando diz "Como é que se fala de uma maneira nesse dialeto e aqui é outro dialeto?" Mas lamentavelmente é o ritual da coisa que está posto! Que nós temos que mandar, dentro da LOA, toda essa previsão globalizada, e esse demonstrativo se faz de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, falando daquilo que estava especificamente dentro do contexto do balanço, ou seja, daquela receita do esforço do Estado, com relação à sua receita tributária, arrecadação do seu tributo e tudo o mais, e as despesas diretamente com pessoal São coisas que tem que haver uma certa adequação para se proceder a essa comparação. Aqui eu tenho valores globalizados em receita total, que entra as financeiras, aqui eu tenho um grid, um cardápio mais detalhado e mais minucioso do que este, aqui eu tenho dados macroorçamentário, aqui eu tenho microorçamentário Então, é esta dificuldade de comparação Mas o que deve ser dito, que o Secretário tem um contato melhor, que nós recebemos recentemente, há um mês, a visita da STN, da Comitiva que vem para fazer, durante uma semana, ou trabalhando noite adentro, para fazer avaliação e o nosso relatório foi feito, e foi emitido com elogio ao Estado do Ceará, pela nossa performance que, graças a Deus, nós alcançamos nesse exercício de 2004. O Secretário poderá até fazer algum comentário a respeito desse relatório

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Com a palavra O Secretário José Maria Mendes

SR. JOSÉ MARIA MENDES (Secretário da Secretaria da Fazenda): Estou preocupado com o levantamento da questão da Senhora Vânia pelo seguinte embora sejamos obrigados a apresentar os Quadros dentro do que a Legislação determina, mas esses Quadros não esclarecem dúvidas como essa que a Senhora Vânia levantou, e principalmente quando nós publicamos um balanço para a sociedade E muito difícil à sociedade entender que eu bote um demonstrativo onde eu atingi, e de repente, nos quadros oficiais exigidos pela Legislação, parece que não atingiu

Gostaria de dizer que em 2004 nós tivemos a seguinte situação: nós tínhamos uma receita de arrecadação própria, num valor, aproximadamente, eu não tenho aqui esse valor fechado, mas nós chegamos a arrecadar mais de 300 milhões da receita prevista No caso da prevista própria do Estado. Já nas receitas de transferência corrente, nós tivemos uma posição quase de empate em relação à transferência corrente do FPE Quase que não dava para corrigir a inflação E nas operações de crédito ou nas transferências corrente de convênio, nós não recebemos os recursos que deveríamos receber. Então, aí é que se dá a defasagem, no total, de que realmente não atingimos aquilo que era previsto entre os recursos próprios e os recursos de transferência corrente da União Na realidade, a senhora trem toda razão ao ver o quadro final Agora, o Estado alcançou todas as Metas previstas de receita prevista nele, teve o superávit, tivemos um excesso de arrecadação apreciado, o que nos fez, inclusive, partir para um equilíbrio, vamos dizer, financeiro, no final do ano. E isso repercutiu agora, no exercício de 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
65

Então, na realidade nós estamos alcançando Como estamos vendo agora, no quadrimestre, que as receitas previstas próprias do Estado, nós já alcançamos esses números Então, é a forma de apresentação. Eu acho até que poderíamos, junto a esse relatório, Dr Jurandir e Dra. Dolores, tentar fazer um quadro isolado da receita própria, para entendimento, a prevista e a realizada na receita própria E fazer da receita de transferência, o previsto e o realizado, e tentar dar alguma justificativa Porque às vezes o recurso também não é transferido por alguns motivos! Por exemplo, você tem uma operação de crédito e aí não passou a tempo na CAI, o Senado não homologou, atrasou o processo de encaminhar isso, a própria Secretaria do Tesouro Nacional, então tudo isso tem uma justificativa Isso vai correndo, são muitos Projetos, são muitos convênios, e em algum momento alguma coisa dessa atrapalha

SR. ALFREDO MONTENEGRO (Subsecretário da Secretaria da Fazenda): O Jurandir tem algumas informações que poderá até ilustrar essa discrepância que acontece devido a essa falta de homogeneidade dos dados

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Vamos ouvir a palavra do Dr Jurandir, da Secretaria da Fazenda

SR. JURANDIR (Assessor da Secretaria da Fazenda): Só uma idéia, se pegarmos aqui no próprio balanço, nas receitas orçamentárias completas, a gente ver se o que estava previsto, e uma coisa que não depende do Estado Por exemplo, as transferências correntes são transferências voluntárias da União, estava previsto 2,075 milhões e só veio um milhão trezentos e sete Quer dizer, é uma queda. Se você também olhar as transferências de capital, que também são os convênios de capital, estava previsto 719, veio só 273 Então, independe do Estado e há essa defasagem muito grande

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Gostaria de agradecer a presença do Deputado Carlomano Marques que se encontra aqui

SR. JURANDIR (Assessor da Secretaria da Fazenda): Também tem outro quadro aqui, na página 54, está lá também toda previsão para o exercício Então está lá, realmente previsto, para os exercícios de todas as receitas, estão lá os 7 bilhões, e na realização os 5 Mas quando vamos, por exemplo, para a receita tributária, então temos uma realização de 93%, mas quando vamos de novo para a questão das transferências, aí há uma queda muito grande Então, realmente assim fica difícil

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Eu acho que os quadros menos solicitados pela Lei Complementar *901*, às vezes confunde, quando apresentados no balanço, são quadros diferentes Vamos ouvir a Dra Vânia

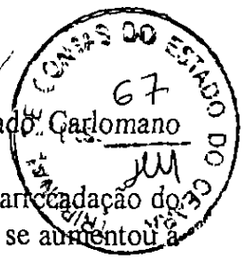
SRA. VÂNIA (Assessora do Deputado Heitor Ferrér): Eu acho que essas estimativas de Metas Fiscais, que constam na LDO, são feitas pelo Iplance, se não em engano Então a receita eles trabalham com o modelo econométrico que é, fundamentalmente, uma estimativa de crescimento do PIB E para 2004 foi estimado um crescimento do PIB de 3,5% e um esforço de arrecadação adicional de 1%. Então, significaria que a receita vai crescer em relação a 2003, 4,5% Esse é um parâmetro para saber realmente se o Estado vai trabalhar, vai conseguir ou não. Pelo que eu verifiquei em 2004, em relação ao ICMS, cresceu 3,2%, a arrecadação real, o crescimento real do ICMS foi de 3,2% e o PIB cresceu a uma taxa de 4,4% Então, a arrecadação de ICMS foi abaixo do crescimento do PIB e abaixo do crescimento da previsão da Meta Fiscal de 2004 Em 2006 ele vai trabalhar com o crescimento do PIB, de 3,5% para a receita própria do Estado, 3,5% para as receitas de transferências e um esforço adicional de arrecadação de 1% Então, a previsão é que a receita que 2006 vai crescer 4,5%. Só que a LDO Federal trabalha com a previsão de receita de 4,5% do PIB. Segundo o Projeto de Lei Nacional, que eu já peguei, é 4,5%. Então as receitas de transferências são também estimadas nessas previsões aí feitas pelo Iplance

SR. JURANDIR (Assessor da Secretaria da Fazenda): O modelo econométrico em que você pega a questão das receitas, nas transferências correntes, eu digo isso porque também participo um pouco do

Ipes, ele é basicamente na receita própria do ICMS Eles não colocam nesse modelo econométrico não! Basicamente a inflação do modelo econométrico em que ele adiciona o PIB, como uma prox para o crescimento da arrecadação própria, eles não colocam Inclusive ele põe até um redutor, porque não é na mesma medida de crescimento do PIB que se dá também, em 100% o crescimento do ICMS Então, há um redutor Mas para as transferências correntes eles não utilizam isso, é basicamente a inflação, não há essa previsão do PIB no modelo

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Vamos passar a palavra agora para o Deputado Carlomano Marques

SR. DEPUTADO CARLOMANO MARQUES (PMDB): Senhor Presidente, eu quero agradecer a oportunidade, eu estou participando de uma reunião do famigerado Fecop, que está trazendo muitas desilusões aos Deputados Porque nós quando aprovamos aqui o Fecop, o Secretário da Fazenda lembra disso, que foi muito duro cortar na carne e aumentar 2% do ICMS de um povo miserável como o nosso Principalmente lembrando que nós aumentamos a energia elétrica, o telefone e o combustível para dar um reforço ao Governo que estava literalmente em dificuldades de caixa, e nós tivemos toda boa vontade de votar aquela Lei, porque realmente sentíamos a dificuldade, mas foi um desastre! É à volta do clientelismo desbragado Eu estou fazendo essa colocação mas estou voltando para lá, mas soube que o Senhor Secretário da Fazenda estava aqui, e fiquei completamente seduzido de V Sra Aqui Até porque o Secretário tem sido um homem muito cortês, muito elegante, muito fino, a fênix na lealdade com as suas obrigações. E eu não poderia deixar de vir aqui, porque há mais ou menos dois meses, um mês e meio, eu li uma declaração do Secretário da Fazenda, e isso me chamou atenção, que aqui no Estado do Ceará, para cada um real arrecadado, de ICMS, dois eram sonegados E isso me preocupou, porque nós estamos falando aí de uma perda de receitas de 2/3 que, para um Estado com as dificuldades econômicas, financeiras e sociais, você tem esse nível Eu não sei nem o parâmetro dos outros Estados, mas esquecendo os outros Estados, eu acho que é uma coisa preocupante! Em cima disso, Secretário, eu tenho sido procurado por algumas pessoas, o senhor sabe que o capital é covarde não é? Ele não se apresenta, ele não mostra a cara, ele não olha no olho, e muitas queixas, tanto de algumas pessoas ligadas a CDL, a Fiec, por conta de que o ICMS estaria sendo, nas palavras deles, não são minhas as palavras, até porque eu não seria volúvel de dizer isso, teriam algumas áreas do setor produtivo do Estado do Ceará que estariam sendo beneficiadas por uma política de ICMS diferenciada Qual a minha conduta? Eu solicitei à Comissão de Indústria, Comércio, Serviço e Turismo, uma Audiência Pública, e estou tendo aqui o prazer de convidar o senhor, pessoalmente, um convite amável, explicativo, para deslindarmos essas questões E aí também para ser justo, estou convidando os representantes do CDL, da Fiec, para chegar aqui e dizer "Não, Secretário, nós estamos nos sentindo injustiçados por isso, por isso e por isso Essa política de ICMS está protegendo esse e está sacrificando aquele " Porque às vezes a gente fica numa posição difícil, porque aqui é o véu de Verônica aonde todos os Cristos vêm enxugar o sangue e o suor Então, eu faço questão de fazer este convite, vai ter a via institucional, vai chegar no senhor, mas desde já eu gostaria que o senhor viesse pessoalmente, até porque é sempre um prazer e é muito importante ver as explicações científicas, as explicações reais, que V Sra Sempre expõe com muito brilhantismo, afinco e lealdade à verdade Então, era essa a colocação que eu queria fazer, fazer esse convite ao Secretário. E o meu objetivo, Secretário, dentro da pequena fatia de poder que nós exercitamos aqui, até por um equívoco da população, mas o meu objetivo, até que algumas pessoas não entendem isso, é ajudar o Governador, que eu tenho na conta de gente muito alta e principal Um homem que, na vida política, não tem uma mácula, não tem um arranhão, e eu me sinto na obrigação, como ex-aluno dele, como médico e como tiete do cidadão, de ajudar E uma das maneiras de ajudar é trazer as inteligências do setor produtivo do Ceará, e o Governo, na pessoa de V Sra , para tentar uma equação que faça uma intermediação e resolva a aflição de um e de outro Muito obrigado



SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Obrigado, Deputado Carlomano Marques Se algum outro Deputado quiser fazer mais alguma indagação, fique á vontade.

Eu queria fazer somente uma indagação foi feita alguma avaliação com relação à arrecadação do óleo diesel, quando baixou a alíquota de 25% para 17%, se o Estado está tendo prejuízo, se aumentou a arrecadação com relação a isso!?

SR. JOSÉ MARIA MENDES (Secretário da Fazenda): Desde que nós fizemos a adequação da alíquota de 25% para 17%, do óleo diesel do Estado do Ceará, nós temos acompanhado mensalmente a evolução *Quando nós fizemos isso, o Estado optou por ter uma perda de receita em torno de 4* milhões/mês. Começamos então, baixamos de 25% para 17%, foi uma baixa de 8% E o Estado vem monitorando isso, inclusive com a iniciativa privada, com o Sindicato dos Distribuidores de combustíveis e com a Petrobrás. Nós temos realizado frequentemente, reuniões com esse grupo e agora, no trimestre avaliado de 2005, nós já tivemos um acréscimo considerável de galonagem de venda de óleo diesel, bem considerável Já subimos 12% Ocorre que a recuperação desse segmento é lenta, porque a alíquota de 25% quebrou muitos Postos de Gasolina nas Estradas, principalmente nas fronteiras do Ceará com os outros Estados Esses Postos deixaram de vender praticamente óleo diesel, porque se abastecia nos Estados vizinhos Nós detectamos isso e comprovamos, eu o Dr. João Alfredo, quando nós fizemos uma viagem por terra, até o Rio Grande do Norte, e fomos acompanhando toda essa parte dos Postos E caminhões que já adaptavam tanques para transitar dentro do Ceará, sem botar um litro de óleo diesel, botavam no Rio Grande do Norte, no Piauí ou na Paraíba, quando saia naquela Região de Cajazeiras Então, o Estado ficou isolado do óleo diesel do Interior A própria Petrobrás, também colaborando com o Estado e colaborando com ela mesmo, passou a fazer uma linha de financiamento de recuperação dos Postos de estrada E tudo isso levou um tempo, mas eu acredito que com essa recuperação de galonagem nós vamos começar a ter uma repercussão boa e de diminuição dessa perda, e talvez o equilíbrio, até o final do ano Essa é a posição. E até para nós dizermos que outros segmentos que o Estado também baixou alíquota, como é o caso dos Restaurantes, que nós baixamos de 8,5% para 3,5%, foi também para poder alargar a base Qual é a nossa política? Eu tenho dito e continuo dizendo e continuo fazendo, é alargar a base, aumentar o índice de contribuintes e diminuir a alíquota, trazer para dentro Porque eu acho que se o imposto for menos, todos pagam Ninguém quer viver na informalidade, ninguém quer viver preocupado com auto de infração, ninguém quer viver na dependência do fiscal chegar lá e estar pressionado a empresa Então, nós queremos alargar a base, aumentar os contribuintes e diminuir a alíquota, essa é a minha proposição Nós estamos fazendo isso em vários segmentos Quando eu vier a atender o seu convite, Deputado Carlomano Marques, eu vou trazer o demonstrativo de todos os segmentos que nós já baixamos a base E também tem a justificativa, porque nós estamos envolvidos no setor econômico, nós não podemos pensar em tributação sem pensar na economia E fundamental, geração de emprego, manutenção de emprego Por exemplo, agora nós fizemos a diminuição do Setor Têxtil, que é um setor tradicional do Estado do Ceará, este já foi um grande exportador de algodão, tinha uma grande quantidade de Usina de beneficiamento de algodão e hoje o Estado do Ceará está importando algodão São Paulo baixou a alíquota de 17% para 12%, inviabilizou a compra dos tecidos produzidos aqui Os próprios tecidos daqui iam para São Paulo, eram comprados em São Paulo e depois vinham para cá, porque a diferença de alíquota fazia com que houvesse isso Então, nós enfrentamos essa questão para mantermos o segmento vivo, manter os empregos, mais de 100 mil empregos nesse segmento, e tivemos que baixar, e estamos estudando. Agora já temos, no mês de junho, a primeira avaliação do aumento de faturamento das indústrias locais do Setor Têxtil, que é exatamente trazendo mais gente Estamos concluindo o estudo para agregar as indústrias de confecções, às indústrias do setor têxtil, as indústrias de fabricação de tecido, para que nós possamos fazer uma operação de alargamento de base das confecções, diminuir

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 68

também os impostos das confecções, e que as próprias fábricas sejam um contribuinte substituto, retenha na hora de vender os tecidos O imposto seria gerado na cadeia final e liberar a cadeia final para que ela possa atender mais tranquilamente Como se faz hoje com os produtos de massa de trigo hoje, que nós fazemos isso no trigo e no milho para as Granjas. Também se cobra na entrada ou no início da operação e libera, não precisa estar correndo atrás de carga de frango nem de frigorífico pequeno, porque aí seria uma coisa absurda, mas vamos baixar, exatamente no sentido de alargar a base dos contribuintes, essa é a nossa política Muito obrigado

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Nós queríamos agradecer a presença do Secretário da Fazenda, José Maria Mendes, do Secretário Adjunto, Dr João Alfredo, a toda Equipe Técnica da Secretaria da Fazenda, aos Deputados que estiveram presentes, e a todos que compareceram. Dizer que lamentavelmente estão acontecendo outras Audiências Públicas e não foi possível termos uma discussão mais palpitante aqui Um abraço e obrigado a todos Está encerrada a presente Audiência Pública

SIGLAS CITADAS:

CDL (Câmara dos Diretores Lojistas)
Cide (Contribuição de Intervenção de Domínio Público)
Cofins (Contribuição para Financiamento de Seguridade Social)
DRU (Desvinculação da Receita da União)
Fecop (Fundo estadual de Combate à Pobreza)
FIEC (Federação das Indústrias do Estado do Ceará)
FPE (Fundo de Participação dos Estados)
ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços)
Iplance (Instituto de Planejamento do Ceará)
IPI (Imposto Sobre Produto Industrializado)
LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
LOA (Lei Orçamentária Anual)
LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal)
Metrofror (Metrô de Fortaleza)
PIB (Produto Interno Bruto)
PIS (programa de Integração Social)
Sefaz (Secretaria da Fazenda)
Seplan (Secretaria de Planejamento
TN (Supremo Tribunal Nacional)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
FLS. 69

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CEARÁ
A Cidadania em Destaque

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

DATA: 04 DE OUTUBRO DE 2005

ASSUNTO: AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

SOLICITAÇÃO: A COMISSÃO

2º Quadrimestre 2005

DIVISÃO DO SERVIÇO DE TAQUIGRAFIA
E REVISÃO E ANAIS

Elisabeth M. Nogueira
SEC DA DIV TAQUIGRAFIA
REVISÃO E ANAIS

Carlos Alberto Aragão de Oliveira
DIRETOR DO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 70

ATA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2005
ASSUNTO: AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Senhores Deputados, lamentavelmente, eu acho que todos os Deputados da Comissão deveriam estar aqui presentes É um momento oportuno, importante para conhecer, receber o relatório, no sentido de atender a Lei de Responsabilidade Fiscal E de imediato eu passo a palavra ao Secretário Adjunto da Fazenda para fazer as suas explanações Deputado Nelson Martins, Deputado Ivo, Deputado Adahil Barreto

SR. JOÃO ALFREDO (Secretário Adjunto da Fazenda): Senhor Presidente, Senhores Deputados as minhas palavras iniciais são de comprimento a V Exa. e a nossa satisfação de poder estar aqui presente, trazendo as informações a respeito das contas de governo referente ao segundo quadrimestre de 2005 Tenho primeiro a satisfação de transmitir esses dados, segundo a obrigação existente com relação à Lei Complementar 101, que assim de termina

O nosso material que aí está posto, em que nós temos algumas quadras, alguns demonstrativos O primeiro deles se refere à apresentação do comportamento das receitas, nós temos o primeiro conjunto que são receitas correntes, que são as receitas próprias, compostas dos tributos diretamente arrecadados, de competência nossa e daqueles por delegação no caso de Imposto de Renda e as transferências constitucionais e operação de crédito

Nas receitas correntes nós tivemos no seu conjunto um excedente com base na previsão estabelecida para o seu quadrimestre, que era de 1 bilhão 898, nós arrecadamos 1 bilhão 996, com um excedente de 5% , realizado em função do previsto, da previsão do quadrimestre Levando em consideração o acumulado que nós vimos nessa última coluna, nós já atingimos a importância de 4 bilhões 057 Na sua decomposição as receitas próprias não alcançaram os limites estipulados, planejados, ficando abaixo da sua previsão em torno de 3,4%.

O ICMS não acompanhou a sua previsão, que é de 1 milhão 042, nós atingimos 980. Nessa parte do ICMS nós podemos apresentar algumas justificativas, que é devido alguns fatores que a própria economia, com essa debilidade específica, se vê em toda a economia nacional, e alguns produtos que são essenciais dentro da formação desses conjuntos de arrecadação, que no caso os derivados de petróleo têm o seu maior significado Nós tivemos nesse exercício os preços praticamente estáveis, somente agora no mês de agosto é que tiveram majorações e os preços praticados atualmente são os mesmos de 2004

No IPVA tivemos um incremento de 26%, quanto à previsão de 12 nós atingimos 15 milhões de reais Esses valores no segundo trimestre são valores menores, que totalizam 128 realizado em todo o período de 2005

O IR na fonte, com uma previsão de 49, nós atingimos 60 Esse incremento já é fruto do que nós vamos ver na frente quando tem algumas expansões em nível de pagamentos de salários que logicamente o Imposto de Renda na fonte tem a sua fundamentação principal

O ITCD que é um imposto de pouca importância e outras receitas, nós também ultrapassamos os valores previstos em 22%

Na receita patrimonial de 3 386 nós atingimos 15 254. Nessa receita patrimonial, grande parte disso é provisão por efeito de pagamento do 13° salário. Ela está expandindo justamente para poder criar esse lençol e esse colchão de amortecimento para despesas de fim de ano

Nas contribuições previdenciárias, nós tínhamos a previsão de 61 realizamos 58 As transferências correntes também tiveram a sua expansão, de uma previsão de 694 foram realizadas 826 Há de se explicar o porquê disso, nesse exercício de 2005 a União Federal deixou de fazer a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 71

compensação do IPI e do Imposto de Renda, com relação ao PIS e Cofins, contida nos valores dos produtos exportados para o Exterior Então com isso nós tivemos essa elevação no nível de transferências constitucionais no caso do Imposto de Renda e no caso do IPI, gerando por consequência esse incremento nessas transferências de 19 93 Esse fato aqui, já antecipando aos senhores, nesse mês de setembro nós já tivemos um baque forte, os senhores já devem ter sentido isso nas reclamações dos Municípios, que foi uma queda muito grande, e a alegativa que se tem da União Federal é que volume e dizendo que teve restituições, restituições essas que não se fundamentam, com a série histórica da curva que representava essa arrecadação

O IPI, que é o fundo de exportação que nós tínhamos previstos 9 700, realizamos 9 869. Isso se deve, em grande parte à performance das exportações cearenses que têm apresentado um crescimento significativo

A CIDE não atingiu os seus objetivos, que é fundamentada justamente na cobrança dos combustíveis lubrificantes, que não teve esse comportamento satisfatório que viemos alcançando em uma meta de quase 30% a menos do previsto

A transferência financeira que é a complementação da Lei Kandir, também feita pelo Governo Federal, a previsão é de 15 800 e nós funcionamos em 13 844 É outra dificuldade que se tem, por que parte desse recurso é que municiam a fonte para efeito das transferências dos créditos ficais dos produtos exportados. Vários empresários ficam com esses valores acumulados, sem poder que a Fazenda autorize essas suas transferências, haja vista o não recebimento por parte da União Federal

Nessa reunião que teve do Confaz há uma semana atrás, em Manaus, os Estados Brasileiros inclusive firmaram um pacto, um acordo para suspenderem essas transferências do ICMS acumulado em função das exportações Os Royalties e outras transferências salário/educação que vem numa performance também positiva com 37% acima das previsões Outra despesa corrente também com 30 milhões previstos e 35 realizados

As receitas de capitais e operações de crédito interno nós tivemos também abaixo, 19 previstos e 15 realizados Nas operações de crédito externo 206 e 35 realizado Grande parte aqui daquele empréstimo internacional a ser realizado com o BID, que somente agora nesses últimos dias é que se teve a sua aprovação efetivada no Senado Federal E as transferências de capitais também com valores inferiores àqueles previstos No seu total nós nos posicionamos em torno de 5%, 4,5% abaixo do valor previsto, em função do realizado comparado com a sua previsão

SR. DEPUTADO IVO GOMES (PSB): Queria só que o senhor me explicasse o seguinte, esse dinheiro dessas operações de crédito externo, esses 35 milhões do que é? Gasto em que, na educação?

SR. JURANDIR GURGEL (Técnico da Fazenda): Por exemplo, do Prodetur BNDES 200 543, Prodetur BNB 407 340, Pro Saneamento da Caixa 36 279, Prodetur BNDES 190 000 Nos grandes vêm o Pnaf do Tesouro Nacional, o Progerih do BNDES 8 milhões Do crédito externo tem da Seduc 9 milhões 112, no quadrimestre; da SDRL que é o São José II 2 milhões 819; outro grande que foi o da própria Seduc do PqEB 5 milhões 080, do BID também do são José 8 milhões 172 Aqui também já pegou uma parte de agosto, só para se ter uma idéia, por exemplo, da Seduc PqEB, já tem uma grande parte, 14 milhões, mas isso já foi em agosto Então tem um outro grande aqui, mais 4 milhões da SDLR que foi em 31 de julho do São José, 4 milhões e 721 Se vocês quiserem, eu tenho um quadrozinho com as datas em que houve o desembolso que totaliza até 31 de agosto, algo em torno de 58 milhões 502.

SR. JOÃO ALFREDO: Essa cópia pode ficar disponibilizada aqui? Pode

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 72

SR. JURANDIR GURGEL (Técnico da Fazenda): Aí os senhores têm tanto da interna como da externa

SR. JOÃO ALFREDO: Mais algum quesito Deputado?

No quadro da despesa nós a temos separada de acordo com os Poderes Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Poder Executivo No Poder Legislativo a previsão era de 54, foram realizados 52, com uma economia em torno de 4% No Poder Judiciário era de 73, realizamos 79, com uma expansão de 7,5% O Ministério Público com uma previsão de 30 foi gasto 29 800 com 3%, 2,5% E o Poder Executivo com uma previsão de 1 700, foi executado 1 811, com 4% de excedente No total da despesa nós tivemos 1 bilhão e 900 previstos, 1 milhão e 972 realizados com 3,8 de excedente

O detalhamento das despesas em nível de pessoal nós temos no quadro abaixo, em que se definem as despesas de inativos e pensionistas do Poder Executivo explicitando os valores respectivos de cada um dos Poderes aqui apresentados O mais expressivo é o Poder Executivo que contém um inativo de 180 milhões e 65 de pensionistas

Na página seguinte nós temos demonstrativos dos resultados primários É o elenco total das despesas e da sua configuração do que se leva em consideração, de acordo com a nossa Lei 101, a nossa Lei Complementar para efeito de apuração do resultado primário na sua modalidade estabelecida Então nós temos uma previsão atualizada de 8 bilhões, as receitas realizadas no bimestre, que aqui nós já temos uma unidade de frequência diferente, que é julho e agosto, e que se apresenta um resultado primário de 810 milhões de reais, comparados com janeiro e agosto de 2004, que é a coluna última, para efeito de comparativo, nós tínhamos no ano passado 488 milhões Isso é o demonstrativo da despesa não paga, é o dispositivo da despesa empenhada Então aqui não ocorreu efetivamente o dispêndio, o resultado, a liquidação, a extinção, o pagamento dentro do processo empenho, liquidação e pagamento, que é a trilogia básica da despesa

Então nessa visão, nesse foco apresentado, seguindo esse mesmo rito nós temos uma performance superior a do ano passado, em termos desses resultados que estão aí representado, com um crescimento na faixa de uns 70%.

Aqui se tira, Deputado, como o senhor pode verificar no quadro da receita, tem lá Receitas Fiscais de Capital, na última linha tinha o item 6 O que é o item 6? É o item 2, menos o 3, menos o 4, menos o 5. O que é? O item 3 se configura como a Receita de Capital, o 4 são alienações de amortizações e empréstimos, e o 5 é alienação de bens Então esses valores saem, não levam em consideração para se fazer a comparação dos dois conjuntos, receita e despesa

Como também nas Despesas Fiscais temos a configuração do item 15, que é o item 11, menos o 12, menos o 13, menos o 14, este último amortizações da dívida, o 12 são concessões de empréstimos e o 11 é a totalização e a despesa de capital.

A despesa forte que nós tivemos, Deputado, de queda de FPE foi nesse mês agora de setembro, que nós tivemos em contato com o Doutor Kalil, da Receita Federal, como também o Doutor Eloy da Receita Federal, e a explicação que foi dada foi que aconteceram restituições demais Agora é coisa difícil de acreditar porque para os senhores terem uma idéia, o segundo decênio da receita do Estado do FPE caiu de 34, que era a tradição que vinha se comportando para 7 milhões de reais Não tem volume de ressarcimento, de restituição que chegue a este valor Na verdade isso não nos satisfaz, foi colocado nessa reunião que teve dos Secretários de Fazenda, mas há uma certa insensibilidade por parte do Governo Federal em dar explicações mais plausíveis sobre isso. Para consolo eles nos falaram, nos informaram, em nível de outubro nós deveremos ter um crescimento de 15%, com a queda novamente em novembro, e um crescimento em dezembro que haveria também uma recuperação de mais 15%

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 73

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): *O senhor está querendo dizer Doutor João Alfredo que* o Governo está sonegando repasse? É isso? Que não é verdade o que ele está explicando, que houve queda em relação à devolução do Imposto de Renda?

SR. JOÃO ALFREDO: Não Espere aí, eu vou replicar o que eu estou afirmando Eu estou afirmando que nós não tivemos informações do Governo Federal que no nosso entender justificasse, porque todos nós conhecemos números aqui, os senhores muito mais, talvez, até do que nós Nós tivemos, igual ao período ano passado, no segundo decênio dos meses, uma transferência de 34 bilhões, meu nobre deputado E este decênio que eu estou falando caiu para sete milhões de reais A explicação que nos foi dada é que a mim, pelo meu saber em números, não me agradou, não convenceu, não me explicou, é que foi devido à restituição do Imposto de Renda Vendo a série histórica não se vê, aos meus olhos, nenhum valor que justifique esta queda Eu afirmei para ele que havia a necessidade de nós termos uma informação mais precisa do por que daquela queda, porque as restituições que são ciclos que todos os anos acontecem, não poderiam dar aquela intensidade da queda, que nos Municípios que os senhores representam a população, devem ter sentido com igual intensidade Isso não é privilégio somente do FPE, mas também do FPM Então esta é a explicação que eu aqui, formalmente, dou

Agora antes Deputado, vinha com crescimento, porque nós tivemos um crescimento das transferências até o mês de agosto. Por que isso? Porque anteriormente o Governo Federal compensava em cima do IPI, do Imposto de Renda, repito, do IPI do Imposto de Renda, por quê? Porque eram os impostos que geravam transferência que tinha menor receita líquida Então essas compensações do PIS/ COFINS, eram compensadas nesses tributos Esse ano de 2005 deixou de ser compensado, e nós tivemos uma reta ascensional, os senhores devem ter conhecimento disso Então isso aí vem crescendo, por isso que está lá no primeiro quadro, um crescimento em torno de 20%, de janeiro a agosto E a anomalia acontecida? No mês de setembro, que os senhores devem ter ouvido a grita das Prefeituras dos Municípios que os senhores representam

SR. DEPUTADO MARCELO SOBREIRA (PSB): Essa previsão que o senhor está dizendo de FPE, que pode haver uma queda em novembro, de 15% em relação a outubro, mais 15% de novembro em relação a setembro e uma recuperação em dezembro, isso já está previsto?

SR. JOÃO ALFREDO: Essa foi a informação que me foi passada pela Secretaria do Tesouro Nacional, a pessoa que foi encarregada, o nome eu não me recordo agora, mas posso repassar o nome, e que me foi repassada quando eu estive dialogando, tentando saber o porquê dessa baixa performance com relação ao segundo decênio do mês de setembro

SR. DEPUTADO MARCELO SOBREIRA (PSB): Certo No final, se isso for confirmado, o Estado perde mais do que ano passado ou mantém o mesmo em relação a 2004?

SR. JOÃO ALFREDO: Nós deveremos ganhar, talvez não mantendo esse nível que nós tínhamos alcançado até agosto, de 20% porque essa queda do intervalo do mês de setembro vai gerar logicamente *essa redução, mas mesmo assim, devido a este fato que foi muito alvissareiro e auspicioso para nós,* porque nós tivemos essa eliminação dessa compensação, não na sua totalidade, mas na sua grande parte Agora existe a preocupação, porque aí tem a MP do Bem, se ela vier aprovada ela tira muita carga tributária do IPI e do Imposto de Renda Então se isso efetivar que está ainda no decorrer desse exercício, isso vai teoricamente tirar recursos da base de cálculo das transferências

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 74

Nós temos no quadro acima e seguinte uma demonstração das nossas dívidas Nós tínhamos em 31 de dezembro de 2004 um valor de 4 bilhões 276, em 30 de junho de 2005, 3 555, e em 31 de agosto de 2005, 3.571 Esse resultado do quadro abaixo, do resultado nominal é uma operação de subtração de 3 276 menos 3 571, que dá um resultado negativo de 744, que na medida em que se negativa na sua intensidade é mais positivo, mais relevante para as finanças do Estado, é sinal que nós abatemos parcela mais expressiva

Nessa lâmina mostramos a Receita Corrente Líquida O Executivo dentro do limite que era 48, o limite prudencial 46, e a realização foi de 39 Isso fecha num total, na sua linha final, de 48,36, que é o nível de comprometimento com relação a Receita Corrente Líquida

Nós quadros seguintes nós temos esse demonstrativo, do total da despesa de todos os Poderes para fim de apuração de limite e que nós vemos um detalhamento desses 48,36 que nós identificamos no quadro acima O porquê e a sua demonstração dos expressivos, dos seus valores absolutos, a Receita Corrente Líquida é de 5,114 e o total da despesa de pessoal com 2 476 Aqui são os dois limites prudenciais que nós tivemos aqui com 60% e com 57% como está demonstrado aqui analiticamente naquele quadro em se encontram os percentuais

Os outros são os dados complementares analíticos da Despesa que nós aqui comentamos e ficamos à disposição para apresentar

Eu trago também como mera curiosidade para os senhores, talvez os senhores se interessem nesse ponto, a Receita que nós tínhamos de ICMS, que já se começa a ter alguma alavancagem, que nós tínhamos um comportamento negativo de -3%, se nós verificarmos, esse não é um dado que eu já não trago só ao vivo para os senhores, no comportamento da Receita de janeiro a setembro, que foi fechada recente, nós já temos um crescimento de 11,1%, que já é uma performance positiva que nós tivemos no mês de setembro, quando nós atingimos a marca de 301 milhões E a expectativa que se tem é que nesses meses subsequentes para fechamento do exercício se atinja essa meta acima do valor de 300 mil reais, fruto de algumas modificações

Como eu falava agora para alguns Deputados que compõem essa Comissão, que o Estado inclusive dava exemplo com relação às circulações dos produtos primários em que se via algumas dificuldades daqueles produtores, dentro das dificuldades próprias da exploração da lavoura e da pecuária, no trânsito de mercadorias com seus produtos Em decreto recente nós exoneramos essas operações, dispensando a obrigação de emissão de nota fiscal, levando essa obrigação para os estabelecimentos adquirentes, aqueles que têm estabelecimentos industriais e comerciais, que têm uma estrutura mais adequada para poder fazer o cumprimento das obrigações acessórias com relação aos documentos fiscais, como também as principais Esse é um fato positivo porque eu acho que alivia muito essa comunidade extensa e grande, que são os produtores rurais, nas suas dificuldades de produzir, transitar e movimentar os seus produtos. São essas as informações que nós gostaríamos de transmitir

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Muito obrigado Doutor João Alfredo obrigado Com a palavra o Deputado Nelson Martins, 15 minutos

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Não eu só queria registrar, Secretário João Alfredo, V Exa é sempre muito solícito, eu fiz aquela pergunta para V Exa mas deixando bem claro que apenas quero esclarecer. Veja bem pegando esse quadro aqui, que é o demonstrativo do resultado primário, onde tem um comparativo com o mesmo período de 2004, vemos claramente o seguinte, as Receitas Tributárias do Estado tiveram um crescimento de 11,3%, como V Exa falou O ICM teve um crescimento 9,7%, enquanto as transferências correntes, ou seja, os recursos vindos do Governo Federal tiveram um crescimento de 22,5%, o dobro do crescimento da Receita Direta do Estado Foram no

mesmo período janeiro a agosto, 349 milhões a mais em valor nominal, em valor percentual 22,5% Quer dizer, isso mostra que as transferências do Governo Federal para o Estado têm aumentado bastante, evidentemente que pode ter havido algum problema em setembro, tudo bem, mas o balanço geral do ano deverá ter um crescimento acima da inflação, como vem acontecendo desde o começo do ano

Há um detalhe aqui que é o seguinte, os juros e a amortização da dívida também teve um crescimento com relação ao ano passado 423 milhões, nesse período agora de janeiro a agosto, contra 380 milhões do ano passado Quer dizer é um crescimento aí de mais ou menos, salvo engano, 35 milhões, de pagamento de juros e amortização, juntando as duas coisas, somando as duas coisas 423 milhões, um valor mais alto do que o que foi pago no mesmo período do ano passado

Com relação a investimentos nota-se aí mais uma vez uma queda significativa nos investimentos, no ano passado foram até agosto foram 276 milhões e até agora, até agosto desse ano 179, é um crescimento nominal de 35% Quer dizer se você pegar o crescimento real, é muito maior Se eu atualizar pela inflação do período, 96,9 milhões, quase 97 milhões em termos de queda de investimentos Então esse é um dado interessante

Um outro dado interessante que eu quero destacar é o seguinte, eu discuto muito isso com o Deputado Adahil Barreto e com o Deputado Francini também, que são dois ferrenhos defensores do Governo do Estado, e têm razão, é legítimo fazer isso, do mesmo jeito que eu defendo o Governo Federal eles têm que defender o Governo do Estado também Lógico Eu acho que é legítimo isso Mas nós vemos claramente que quando consideramos os gastos nos últimos 12 meses – eu falo nos últimos 12 meses porque aí inclui quando foi pago o 13° salário, para não ter problema – vemos que o gasto que o Estado vem tendo com a folha está na faixa de 48%, ou seja, mesmo com o reajuste que foi dado anteriormente, ano passado, que foi 5%, salvo engano Ou seja, hoje o comprometimento da Receita Corrente Líquida com a folha está menor do que foi ano passado, que ano passado era quase 50, era 49%, o que comprova a tese que nós defendíamos, de que era possível ter dado um reajuste um pouco maior para os servidores estaduais.

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): V Exa esqueceu aqui que há vários concursos em andamento, algumas contratações que se efetivarão esse ano e o Governo tem que fazer previsão Isso aqui não está na folha não, eu estou dizendo que o ano não terminou ainda

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Tudo bem mas considerando os últimos 12 meses, o crescimento da receita do Estado, principalmente das transferências acabou compensando, e eu estou trabalhando com os últimos 12 meses, pega-se os períodos em que o 13° foi pago totalmente, fica no mesmo nível, poderia ter dado um pouco mais

A outra questão, Secretário é o seguinte, é que aqui no que tange a questão da Dívida Ativa foram recuperados 12 milhões, um pouco mais do que no ano passado, mais ainda muito longe, muito longe não, porque a previsão era a de recuperar 18 milhões, quer dizer, já recuperou 12 até o bimestre, é possível chegar aos 18 Mas a questão é a seguinte, como é que está hoje a Dívida Ativa? Em que valor está? Em que situação está?

E eu espero que daqui para eu terminar o meu mandato que são 4 anos, espero ser reeleito, mas não é possível que daqui para eu terminar o meu mandato que são 4 anos, nós já tivemos aqui várias Audiências Públicas de prestação de contas, tivemos com o Doutor Paulo Fontenelle que era o primeiro Secretário, já tivemos com o Doutor João Alfredo umas 3 ou 4 vezes, já tivemos com o Doutor José Maria Mendes, que já veio umas duas vezes Mas eu quero saber Secretário João Alfredo, se eu não vou conseguir descobrir até terminar o meu mandato sobre a história do BEC Quer dizer, qual é o balanço

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ
Fls. 76

que o Estado tem da cobrança dos devedores do BEC? Porque eu não consigo saber isso Tem um que diz que não é a Fazenda que cobra é o próprio banco quem cobra Já chega outro e me diz que é o Estado que está cobrando. A única coisa que eu consegui descobrir é que eu nunca descobri quem é que cobra se é o BEC ou se é o Estado A única coisa que eu sei é que, a partir de agora, se o BEC for privatizado, lá no Tribunal de Constas da União aonde eu descobri isso, é que quem vai ficar encarregado de cobrar é a Fazenda Tudo bem, aí eu vou ter como saber quem é que vai cobrar Mas até agora, Deputado Adahil, ainda não descobri quem é Se é o BEC, se é o Estado que cobra. Se for o BEC, porque o Estado não pressiona o BEC a cobrar Eu nunca entendo isso Eu já pedi isso por escrito para a Secretaria, nunca me respondem

Então eu queria, meu nobre Presidente Francini Guedes e meu nobre Deputado Adahil Barreto, que são da Comissão, Deputado Marcelo Sobreira também, que V. Exa. constasse em Ata, pelo amor de Deus, uma solicitação assinada pela Comissão, para saber da Secretaria da Fazenda do Estado, qual é o balanço hoje da situação da cobrança dos devedores do BEC Por que se é o BEC quem cobra o Estado tem que saber, porque o dinheiro é do Estado, esse dinheiro abate na dívida que o Estado tem com o Governo Federal Mas não conseguimos ter essa informação Eu já pedi por escrito, eu peço aqui em todas as reuniões, mas eu não consigo Então eu queria pedir a V Exa que constasse em Ata, que a Comissão encaminhasse um Requerimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Pelo respeito que tenho a V Exa eu já colocaria hoje aqui na Ata, principalmente V Exa pedindo pelo amos de Deus, aí é que a coisa fica séria mesmo

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): É Mas é porque quantas dessas reuniões nós já tivemos aqui em 3 anos? Foram 3 em 2003, 3 em 2004, são 6, e duas esse ano, em 2005 Então são 8 reuniões e *ninguém consegue descobrir Eu já fiz Requerimento aqui em tudo que é de Comissão, eu nunca vi, é a* maior caixa preta Como é que pode Secretário, me diga, pelo amor de Deus Prometa-me aqui na presença da Comissão que vai me mandar isso Dizendo assim olhe o Estado tem acompanhado, tem tanto pendente, recebeu tanto no ano de 2003, é uma coisa que nós temos que saber Da dívida ativa eu já recebi, a Comissão já me mandou o relatório bem detalhado da dívida ativa Eu queria pedir outro relatório da dívida ativa e esse específico do BEC, porque eu sei que esse do BEC não está na dívida ativa, é uma coisa separada Mas temos que ter uma noção disso, porque ninguém tem condições de saber isso

SR. JOÃO ALFREDO: Deputado eu não me recordo de ter recebido, inclusive lá tenho pessoas que trabalham comigo que dizem que quando chega Oficio de V Exa eu saio desembestado para atender, *para você ver como é que eu sou tratado O Oficio que tem chegado de V Exa eu tenho atendido com* uma presteza mais do que rápida, eu não me recordo, sinceramente, talvez eu até alguma vez tenha ligado para V. Exa Eu não me recordo de ter chegado pedido de solicitação com relação ao BEC, mas eu garanto, hoje é dia São Francisco, em atender a essa vossa solicitação com a maior rapidez, não tem problema Eu mandarei, eu virei pessoalmente lhe entregar, em mão, isso aqui

Agora com relação à Dívida Ativa, Deputado, talvez fosse até interessante, disso eu sou testemunha, de várias indagações que V Exa faz, e eu me proponho, peço até ao Jurandir e à Dolores para fazermos um levantamento de toda Federação para V Exa ter um panorama da Dívida Ativa É algo crônico, é um cemitério de valores que são irrecebíveis Eu tenho algumas estatísticas que me encarrego até de mandar para o senhor, e se o senhor pegar com relação a outros Estados, o perfil é a mesma coisa, são valores que estão lá acantonados e que são valores irrecebíveis, se a memória não me

falha, não quero que tomem como precisão, mas parece que 70% do volume da dívida são de contribuintes já moribundos, ou melhor, defuntos, ou seja, não existem mais

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): E os Refis dos outros Estados como é que tem?

SR. JOÃO ALFREDO: Porque o Refis só tem efetividade para a dívida referente aos últimos 4, 5 anos Dívidas para trás não têm a menor funcionalidade, são empresas que já morreram. Eu vou mandar tentar fazer uma planilhazinha para ver todos os Estados brasileiros, porque se toma uma noção, não é que nos contentamos com a miséria dos outros, mas é um retrato nacional, tanto faz a própria Federação, que a Dívida Ativa é monstruosa, é totalmente incobrável, porque não tem mais efetividade O melhor que se tem para trabalhar são as sistemáticas dos bancos, que você coloca aquilo, baixa, porque você não vai enfeando aquela dívida Nós temos de 1600, se lá de quanto, que não é mais recebível de maneira alguma Moedas que você não sabe mais nem, até para fazer as conversões das faces das moedas é uma loucura Mas eu mandarei isso, porque até em termos de discussão é interessante para nós, eu me comprometo a mandar essas duas informações Eu sou devoto de São Francisco, Deputado

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Agradeço a presença de todos os Deputados, ao Secretário Adjunto João Alfredo, à Secretária Dolores

Está encerrada a presente Audiência Pública.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 78

SIGLAS MENCIONADAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento,
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico,
Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social,
Confaz – Conselho Nacional de Política Fazendária;
FPE – Fundo de Participação dos Estados,
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços,
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados,
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores,
IR – Imposto de Renda,
ITCD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos,
PIS – Programa de Integração Social,
Pnaf – Programa de Apoio à Administração Fazendária,
PqEB – Parque Estação Biológica,
Progerih – Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos,
Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo,
Refis – Programa de Recuperação Fiscal,
SDRL – Secretaria de Desenvolvimento Regional e Local,
Seduc - Secretaria de Educação Básica do Estado,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
FLS 79

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CEARÁ
A Cidadania em Destaque

3º Quadrimestre/2005

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO
DATA: 08 DE MARÇO DE 2006
SOLICITAÇÃO: A COMISSÃO

DIVISÃO DO SERVIÇO DE TAQUIGRAFIA
E REVISÃO E ANAIS

Elisabeth M. Nogueira
SEC DA DIV TAQUIGRAFIA
REVISÃO E ANAIS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 80

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO PARA DEMONSTRAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DOS PODERES E *MINISTÉRIO PÚBLICO DO DIA 08 DE MARÇO DE 2006*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Boa- tarde a todos Iniciamos a nossa Audiência Pública, lamentando a presença de poucos Deputados, contamos apenas com a presença dos Deputados Adahil Barreto e Nelson Martins,

Comunicamos que o nosso amigo Garcez deixou a nossa Comissão para assumir uma Coordenação na Dagre Já fizemos contato com uma pessoa para substituí-lo, é a Dra Gisele Macêdo, pela sua competência em dirigir os trabalhos Hoje é o Dia da Internacional da Mulher, na nossa Comissão a maioria é de mulheres, um especial homenagem às mulheres da Comissão de Orçamento Finanças e Tributação.

Agradecemos a presença de todos os técnicos da Secretaria da Fazenda, já passando a palavra para o Dr João Alfredo, nosso Secretário-Adjunto da Secretaria da Fazenda

SR. JOÃO ALFREDO: É com satisfação que mais uma vez estamos presente nesta Comissão, com o objetivo de atender um comando da Lei Complementar 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com base no seu artigo 8º

O que nós fazemos, neste momento, é uma avaliação a respeito do último quadrimestre, praticamente fechando o exercício de 2005

Slide - A primeira lâmina apresenta os valores referentes à Receita Existe esse conjunto de Receitas separadas de Receitas Correntes, Contribuições Previdenciárias, Transferências Correntes, outras Receitas e Receita de Capital

Nas Receitas Correntes tivemos um valor arrecadado superior à previsão para o quadrimestre, ou seja, arrecadamos 100%, com uma importância de 2 296 Isso totaliza no quadrimestre a importância de 6 354 Como decomposto, essas Receitas, praticamente o ICMS, é a parcela mais expressiva que nós temos nesse conjunto de Receitas, com uma previsão de 1 259, e nós atingimos 1 139, ou seja, inferior à previsão que corresponde a 90 44% Fechamos o exercício com 3 000 000,097

O IPVA é o segundo imposto em termo de representatividade, para uma previsão de 6 9, nós realizamos 6 7, com a participação em termo de percentual de 97%

Imposto de Renda retido no imposto é uma Receita consequente. A previsão era de 60 milhões e arrecadamos 70 4 milhões de reais, totalizando no exercício 200 milhões de reais

Outras Receitas provam que o TCD, imposto de menor importância e taxas, também tivemos uma supremacia Suplantamos os valores inicialmente planejados das previsões, ou seja, a nossa previsão é 2 739, atingimos 2 900

A Receita Patrimonial teve um aumento expressivo Havia uma previsão de 3 800 e arrecadamos 17 835

As Contribuições Previdenciárias permaneceram no nível inferior a nossa previsão de 98.93%, praticamente um ponto percentual abaixo, são Receitas consequentes que vêm justamente da contribuição feita pelos servidores do Estado ao nível de Previdência

As Transferências Correntes tiveram incrementos, eram previsões de 732 e foram expandidas por 860,117 milhões

Vale aqui uma explicação Essas transferências feitas praticamente pelo Governo Federal, são as transferências previstas na Constituição, essa expansão, em grande parte, se deve pela modificação de um procedimento que se fazia até o ano de 2004 Nessas exportações se faziam as compensações

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 81

do PIS e do Confisco, dentro do imposto do IPI e algumas parcelas do Imposto de Renda A partir do exercício de 2005 cessou essa compensação Então, essa expansão passou a acontecer em função disso

Outro fato também que nós poderíamos comentar, é que havia durante os quatro últimos exercícios uma não-classificação de Receita através dos recolhimentos que se fazia através do PAS, Programa que o Governo Federal mantém para efeito de facilitação e parcelamentos das Receitas dos débitos para com a Receita, da Receita Federal Essas Receitas estavam sendo aplicadas e classificadas em uma determinada conta que não ensejava a distribuição O Tribunal de Contas foi quem identificou esse fato Nós tivemos, no mês de dezembro, um recolhimento por parte na faixa que totalizou 30 milhões de reais para o Estado do Ceará

O FPE é a transferência mais expressiva para o Estado Nós atingimos 762 milhões com 19% de incremento com relação à previsão.

O IPI - Exportação 100% É o IPI que compensa a exportação dos produtos industrializados, também tivemos um crescimento pelas mesmas causas comentadas anteriormente pela expansão da arrecadação do IPI

As Transferências Financeiras dos Estados, a Lei Kandir, arrecadamos somente 87 63%

As Transferências através de royalties e incentivos fomento exportação Fomento exportação é a complementação que o Governo Federal faz com base na Lei Kandir, também tivemos uma participação superior ao planejado de 20, com 68%

A Receita de Capital - A previsão de 241 e realizamos 217, ou seja, 89%, as Operações de Crédito Interno se mantiveram numa proporção aquém do previsto, ou seja, 27 milhões 421 Nós realizamos 20 milhões

Na Operação de Crédito Externa - Havia uma previsão de 103, suplantamos e muito, atingindo a 171 milhões, ou seja, 65% além da previsão inicial, Alienação de Bens - pouco expressivo, Transferência de Capital e de Convênios são 36 e realizamos 25%

Nesse total, nós verificamos o quadrimestre com a previsão de 2 4 e realizamos 2 5 milhões, ou seja, 4.0% acima

Fechamos o exercício dentro do orçamento global com 06 bilhões 677 milhões de reais

Nós apresentamos analiticamente alguns comentários na página seguinte, em que se comenta a Receita Patrimonial desse excedente 366 milhões, que isso é fruto, gestão de caixa da aplicação financeira, aliada também a procedimentos e provisionamentos que deu essa ampliação

As Transferências Federais da Lei arrecadada valor abaixo da Cide A Cide vem diminuindo em função de alguns procedimentos exercionais

A Lei Complementar 87 é uma que os senhores todos devem ter acompanhado, é uma grande luta que os Estados têm com relação ao Governo Federal para aquinhoar e a parcela que foi retirada dos seus orçamentos pela ampliação da imunidade constitucional dos produtos semi-elaborados e primários

Hoje o Orçamento da União está sendo questionado, é uma grande briga no Congresso Nacional quanta à fixação Os Estados reivindicam 08 bilhões de reais que são 50% das perdas Enquanto que a União hoje está trabalhando na faixa de 03 bilhões e 200 e não está encontrando ainda valores mais expressivos para isso

Na lâmina seguinte nós temos um Demonstrativo da Despesa de maneira global, diminuir o Pessoal e Encargos Sociais ou Despesas Correntes, Investimento Isso demonstrando dentro dos quatros conjuntos de Despesas Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Poder Executivo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 82

Poder Legislativo – A Previsão da Despesa Global são de 59, e se aportou abaixo dessa previsão de 57 milhões

Poder Judiciário – 74 milhões e atingimos 81 milhões O maior incremento que se teve no Poder Judiciário foi em função da Despesa com Pessoal – 68 milhões o previsto e atingimos 76, em função dos ajustamentos salariais existentes

O Ministério Público – 31 e realizamos 32, praticamente em função também da parte de Pessoal, já que ele está atrelado também ao Poder Judiciário

O Poder Executivo com um bilhão 919 milhões A Despesa foi realizada com 2 247, suplantando em 17% a Receita inicialmente prevista

Em grande parte desses fatos se verifica pela concentração maior de Despesa no quadrimestre, logicamente há de se entender de que a Despesa no seu cômputo geral, em todos os conjuntos de quadrimestre, portamos dentro dos valores devidamente autorizados

Então nós temos dentro das Despesas do Poder Executivo, que vale o nosso comentário, o pessoal um pequeno acrescimento de 9%, outras Despesas Correntes que teve uma expansão maior para 909 milhões, com 25% de incremento, os investimentos que de 85 milhões, nós tivemos uma realização de 165 milhões com 93% de incremento, as inversões financeiras e Amortização da Dívida que forma no seu conjunto em torno de 200 milhões, é o período geralmente de maior peso nesse caso da dívida, nessas operações

Aqui na folha seguinte, a gente tem um rápido comentário dos grupos, o que é que aconteceu, diante da performance do pessoal, encargo de 109%, ou seja, esse plus de nove milhões, que é o crescimento vegetativo das folhas de pagamento e férias coletivas dos professores

Na Despesa Corrente, um custo à manutenção da máquina, maior volume de Despesa e Investimentos no fim do ano, como nós tínhamos comentado, Inversões Financeiras, Incremento e Faturamento das empresas dentro daqueles benéficos fiscais

Com relação ao Resultado Primário, que é a diferença entre a Receita e as Despesas não-financeiras, ou seja, juros e encargos de dívidas estão fora desse comparativo

Então, a análise do Resultado Primário, demonstra ainda que o Estado depende de Recursos de Terceiros para cobertura de suas Despesas

Indicador de alto suficiente Nós tivemos como Resultado Primário um Superávit Primário do Tesouro do Estado, na ordem de 240 milhões de reais do exercício de 2005, considerando a Despesa empenhada Se fizermos esse mesmo comparativo de obtenção dentro da modulagem adotada pela STN, ou seja, que ele leve em consideração a Despesa Liquidada, isso somente na Administração Direta e incluindo também a Administração Indireta, então, nós temos esse Superávit que atinge 787 milhões

Esses dois volumes nós colocamos, porque são as duas submissões que nós temos em termo de apuração desses valores, desses índices

O Resultado Nominal apresentou um valor negativo à primeira vista, que possa ser um fato negativo, mas não é, ele representa uma diminuição na nossa dívida, à medida que ele aumenta o seu teor no sinal negativo, logicamente é um volume maior de dívidas que nós deduzimos o nosso comprometimento

No quadro em seguir veremos esse comportamento com relação a essa movimentação desse Resultado Nominal

Na lâmina seguinte, nós temos o Resultado Primário que já chegamos a esse valor de 787 milhões, que nós apresentamos dentro do seu resultado globalizado.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 83

Nessa lâmina sobre o comportamento do nosso endividamento, a Dívida consolidada em 31 de dezembro de 2004 era de 4 3 bilhões, em outubro 3 8 milhões e em 31 de dezembro de 2005 - 4,3 bilhões Ela vinha regredindo.

As deduções que se faz talizam 44 milhões em 2004 Nós tínhamos deduções em 2005 de 153 milhões Isso de onde? Dos 300 milhões do Realizado Disponível Efetivo e o Restos A Pagar processado que são 166 milhões

O resultado faz com que esse nosso débito atinja a 03 bilhões 873 versus 04 bilhões 276, ou seja, o comprometimento do Estado reduziu na faixa de 10 0%.

Gastos com o Pessoal - Na lâmina subsequente demonstra nos Poderes Executivos, Legislativos, Judiciários e Ministério Público, demonstra os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite prudencial e o efetivamente realizado. Do total de 60%, que é nosso limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós estamos com o percentual de 53 29%, e um limite prudencial de 57% Então, realizamos 53%, quando nós tínhamos um limite prudencial de 57% e um limite máximo de 60%, nos vários poderes, se verifica o Poder Executivo que está atingindo 42 89%, quando o seu limite total era 48 60%

O Legislativo 3 21, quando o limite dela 3 24, abaixo do potencial e abaixo também do limite total da própria Lei

Só temos o Ministério Público, que está um pouco acima, quatro décimos percentuais com relação ao limite prudencial, mas mesmo assim abaixo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal

Senhores Deputados, esses são os valores que nós trazemos aqui para demonstrar o caminhar dessa administração do atual Governo Estadual, trazendo esses números para poder submeter as V Exas as vossas críticas, as vossas sugestões e vosso conhecimento, com isso procurando dar a transparência e uma difusão no mais possível, não só pela obrigação da própria Lei, mas também trazer para este Poder Legislativo o conhecimento, buscando uma certa nitidez dos valores financeiros que foram desenvolvidos por essa gestão fiscal Muito obrigado

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Muito obrigado, Secretário João Alfredo. Com a palavra o Deputado Nelson Martins.

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Senhor Presidente, infelizmente não ouvirei as respostas do Deputado Adahil Barreto porque terei que sair para um outro compromisso Ele vai contrapor, certamente

Gostaria de cumprimentar o Secretário Dr João Alfredo, toda equipe da Fazenda, Deputados e Deputadas, pessoal presente da Imprensa, os funcionários

Eu recebi esse relatório hoje, pela manhã, e fiz uma análise bem rápida

A parte de Despesa de Pessoal, temos de reconhecer que houve um aumento com relação à Receita Corrente Líquida.

Eu lembro que o Balanço do ano passado fechou na faixa de 49 , 50% Aqui já está em 53%, um crescimento aproximadamente de 6%, porque de 50% para 53%, cresceu o valor

Estando pouco a Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, poderá ter um reajuste maior para o servidor A minha preocupação é que o servidor ganhe melhor O servidor do Estado já ganha uma miséria, ganha muito mal no Estado do Ceará, não é só no Estado não, na Prefeitura de Fortaleza também ganha muito mal Mas isso aqui é um número que limita o reajuste do servidor, esse ano, a 14% no máximo, que eu espero que o Estado conceda os 14%

Aqui tem uma coisa importante a observar No Ministério Público 1.94% da Receita Corrente Líquida, quando o Limite Prudencial é de 1 90%, e o legal é 2% Veja bem o que aconteceu aqui Em função do teto de salário aprovado pela Constituição, pelo Congresso Nacional e a Assembléia aprovou esse ano, quer dizer, você passou o teto do Procurador e dos Promotores agora passou para

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 84

19 mil reais, em julho desse ano passará para 22 mil reais Isso aqui é um peso danado Quer dizer, isso aqui não foi uma distribuição democrática. São poucas pessoas que ganham esse teto, ou que ganha um salário mais alto no Ministério Público. A mesma coisa aconteceu também no Judiciário Houve um aumento no percentual do Judiciário, porque também se aprovou o teto para Juízes para aquele valor de 19 milhões agora em julho, agora em dezembro do ano passado, e 22 milhões em julho, o que é um verdadeiro absurdo alguém ganhar 22 mil reais por mês em um País de tanta desigualdade social

Esses crescimentos dos limites do Judiciário e do Ministério Público foram um crescimento bastante concentrador de renda, foi lá no topo da cadeia infelizmente, quando a Lei não obriga a que seja aquele limite *O limite é aquele, mas não é obrigado ser aquele valor. Então, isso aqui dificulta,* por exemplo, o reajuste para as outras categorias de pessoas que ganham menos.

Outro comentário, Dr João Alfredo, eu sempre faço esse cálculo quando eu recebo essa prestação Eu vou logo para a última página que aqui tem um comparativo de 2005 com 2004 Eu queria observar aqui uns dados bastante interessantes Primeiro a Receita de ICMS desse ano comparada com a do ano passado teve um crescimento de 5,7%, quer dizer, apenas a inflação praticamente de 2 930 para 3.097, foi praticamente à inflação 5,7%, um pouquinho mais do que a inflação

A Receita de Transferência Corrente teve um crescimento extremamente significativo. Espero que o Governo do Estado e o PSDB na Assembléia Legislativa reconheçam isso pelo menos uma vez.

A Receita de Transferência do Governo Federal passou de 2 349 para 2 921, foram 572 milhões a mais no ano passado, é um crescimento de 24,7%, são 19% acima da inflação

O PFE passou de 1 756 para 2 197 Só o FPE cresceu 400 e tantos milhões de reais, um crescimento bastante significativo. Espero que o Deputado Adahil Barreto, amanhã, faça um pronunciamento na Tribuna e agradeça ao Presidente Lula por essa Transferência tão significativa Os outros Programas que tem, ninguém nem fala, não estão incluídos aqui Isso aqui são Transferência Constitucionais

Investimentos Quanto aos Investimentos a gente tem notado, Dr. João Alfredo, que ano a ano vem caindo no Estado do Ceará Isso é uma coisa indiscutível O Investimento do ano passado foi de 583 milhões Se eu colocasse só a inflação teria mais uns 30 milhões Era para ter sido pelo menos *600, 610 milhões pelo menos, e baixou para 520, quer dizer, uma queda de mais ou menos 10%* nominal e os 16% considerando a inflação Então, o Estado do Ceará vem se notabilizando ano a ano pela queda dos Investimentos Isso é uma coisa inquestionável

Juro e Amortização A gente tem que reconhecer que é uma coisa positiva Não tenho como não reconhecer isso Houve um pagamento de 420 milhões do Principal da Dívida, o que tem acarretado uma diminuição na Dívida Juntando Juro e Amortização, nós ainda temos um valor elevado, foram 677,7 milhões de juros e amortização Claro, que isso aqui ainda dá um limite de 12,7% da Receita Corrente Líquida, quer dizer, acima do limite da Resolução 43 do Senador, que estabelece 11,5%

Essas são algumas observações que gostaria de fazer

Não está o cálculo detalhado dos gastos com Educação e com Saúde, porque eu tenho notado que todo ano que passa o Estado não está gastando os 12% com Saúde, não está cumprindo a Emenda Constitucional 29, já aconteceu em 2004, que o Estado não cumpriu, o Tribunal de Contas fez lá um remendo, um casuísmo e ajeitou a situação do Estado. Infelizmente acontece isso, paciência. Ali foi uma Resolução do Tribunal de Contas para consertar uma falha que o Estado cometeu, porque o Estado não aplicou 12% em 2004 com Educação e Saúde, todo mundo sabe disso Esse ano, novamente, se fizer um levantamento direitinho, também não aplicou os 12% Eu já calculei Falta

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 85

um detalhamento, eu não posso dizer, assim, com tanta segurança, mas tudo indica que novamente o Estado não aplicou os 12%, Eu estou estudando isso, eu estou calculando

SR. JOÃO ALFREDO: Deputado, eu queria passar para Vossa Excelência cópias do resultado da aplicação do recurso com Educação e Saúde

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Eu queria, porque é importante que faça uma análise, Dr João Alfredo, porque na parte de Saúde tem algumas coisas aí que não estão muito corretas

SR. JOÃO ALFREDO: Deputado, a gente tem por obrigação e obediência, àquelas Portarias do STN, quando o Ministério da Saúde, para definição dos índices, que são incorporáveis aí a essa Despesa

Com relação à Saúde, o nosso limite é de 12%, nós aplicamos 13.72% no exercício de 2005

Na Educação o limite é de 25%, nós aplicamos 27 38%, nós ultrapassamos 1 72%

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): O Estado nunca tinha feito isso. A primeira vez que o Estado utilizou o Fundef para deduzir na Saúde, na Educação, tudo bem, isso aí não se discute Mas na parte de Saúde é a primeira vez que o Estado deduz Fundef, porque nos anos anteriores o Estado nunca utilizou isso Utilizou o Fundef, como se fosse Transferência Constitucional para deduzir nas Despesas de Saúde o que não está correto isso

SR. JOÃO ALFREDO: Veja o seguinte, eu posso fazer um cálculo dentro da desvinculação que a União tão bem sabe fazer, porque ela abate toda aquela desvinculação Se eu tenho Receita minha que do meu total de cem arrecadado, eu não tenho uso dos 15%, eu tenho que tirar, porque eu só posso fazer o comparativo da Receita Líquida de tributos Se eu recebo cem de imposto, 15% tem que deixar já no Fundef, é dinheiro que eu não movimento, está fora do meu arbítrio Então, eu não posso dizer que a minha Recita é cem, mas dizer que a minha Recita é 85, porque eu não tenho o domínio daquela Receita, Deputado

Vamos analisar com um pouco de paciência, se eu tenho cem, 15 a União, por força nenhum de uma Emenda Constitucional tem que alocar 15, eu só tenho 85 Eu não posso fazer meu comparativo com cem, porque eu não tenho mando de .

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Pois é, mas é estranho, porque é a primeira vez que o Estado faz isso, nos outros anos não fazia

SR. JOÃO ALFREDO: Mas era um erro que nós incorríamos Com essas movimentações a gente vinha aperfeiçoando

SRA. DOLORES PEREIRA (Sefaz): Não tem Lei regulamentando a Emenda, em todos os Estados O Estado está mudando de critério A Lei que vai regulamentar a Emenda 29 está com um Projeto esse ano Se olhar em outros Estados também estão deduzindo a perda A gente está deduzindo é a perda não é nem o aporte

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Eu sei, doutora Mmas isso aí nunca foi feito Essa é a primeira vez que o Estado faz Se tirar esse item fica no limite 0,3%, e se fizer um detalhamento daqueles gastos genéricos que tem lá, pode ser que tenha coisa que não tem nada a ver com saúde

SRA. DOLORES PEREIRA (Sefaz): Se retirar a perda do Fundef ainda fica dentro dos 12%

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): 12 3%, 0 3%

SRA. DOLORES PEREIRA (Sefaz): E quando sai nos jornais todinho que o Estado não cumpriu, é pelo cálculo do Ministério da Saúde, aliás, que ele está sendo muito rígido por querer colocar somente órgãos que trabalham com Saúde, no caso do Estado, a Secretaria, o Fundes e a SESA, enquanto o gasto tem que ser o que ele gastou com Saúde, com outras Secretarias também, que seria saneamento e a SRH

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 86

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Não, isso aí tudo bem Mas por exemplo, em 2004 o Estado incluiu o Canal da Integração como gasto com Saúde, uma série de verbas que não tem a ver com Saúde, através de uma Resolução que o Tribunal de Contas, que é isso?

SRA. DOLORES PEREIRA (Sefaz): Não, a Portaria do Ministério, a 2047 do Ministério da Saúde diz assim Gestão Ambiental e Saneamento

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): É tanto que o Tribunal teve que fazer uma Resolução em caráter excepcional, valendo só para aquele ano de 2004, para esses outros anos não está valendo. Isso aí precisa ser bem investigado.

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): Eu queria só perguntar ao Deputado Nelson Martins qual é o órgão institucional de controle externo aqui no Estado do Ceará?

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): O Tribunal de Contas do Estado, que é subordinado a Assembléia Legislativa e não faz nada pela Assembléia Legislativa

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): O entendimento de Vossa Excelência diverge um pouquinho, porque não tem subordinação, é o meu entendimento Se ele tivesse subordinação não teria inclusive independência suficiente para julgar as contas da própria Assembléia Legislativa Eu acho que tem um caráter de cooperação, mas isso aí é outra discussão Então, se o próprio Tribunal já decidiu, Vossa Excelência quer decidir pelo Tribunal?

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Não, só estou questionando o que tem .

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): Vossa Excelência, está jogando uma série de interrogações, está querendo induzir mais uma vez que o Tribunal expediu uma nova Resolução, Vossa Excelência fez pronunciamento, dizendo que com os gastos de Saúde, o Tribunal de Contas do Estado, que existe realmente, que tem essa finalidade de analisar com responsabilidade, com independência, porque aí sim, seria prejudicial se ele tivesse essa dependência do Poder Legislativo, se ele não tivesse independência para julgar as contas, inclusive do Judiciário, do Executivo e do Legislativo, aí sim, Vossa Excelência poderia arguir essa suspeição Agora o Poder Executivo submete as suas contas, principalmente as que são aplicações obrigatórias na Educação e na Saúde O Tribunal de Contas a partir de uma orientação, salvo engano, do próprio Governo Federal, que tem o manual Vossa Excelência sabe disso, que o governo recorre para fazer apropriação dessas Despesas enquadrando naqueles itens para efeito de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (RLF), no que diz respeito ao percentual de 12% da Saúde O Tribunal analisou todas essas Despesas, dentre elas, na área hídrica, que trata exatamente essa questão relacionada à Saúde Pública, que é o saneamento E agora Vossa Excelência quer dizer que o Tribunal fez uma Resolução para atender o Governo do Estado, é no mínimo precipitada a afirmação de Vossa Excelência, e injusta

Portanto, eu queria que Vossa Excelência mudasse esse discurso, porque afinal de contas quando Vossa Excelência estiver no Tribunal de Contas do Estado, aí sim, terá condições de fazer a sua posição de acordo com a sua conveniência .

SR. JOÃO ALFREDO: Deputado, eu não sei se eu me torno impertinente, mas veja o seguinte, se eu tenho uma determinada Receita Vinculada, por exemplo, Fundef, o Governo Federal diz 15%, você vincula a Educação, eu não posso, logicamente, aqueles 15% aplicar na Saúde A sua Receita Vinculada que as dos famosos que o Governo Federal tanto desvinculou, conseguiu essa liberdade, e nós não Então, nós só podemos ter liberdade não de aplicar os 100% que nós recolhemos, que nós arrecadamos, mas sim os 85%, porque os 15%, por obrigação constitucional, tem que colocar na Saúde, na Educação

Foi por engano nosso, por falta de percepção nossa que não fizemos o exercício anterior e fizemos desse ano Quando nós procuramos agir com maior critério possível, seguindo de uma

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 87

religiosidade a toda prova dentro dos manuais do Ministério da Saúde, dentro das recomendações da STN e tudo mais, seguindo milimetricamente as recomendações, Deputado

Eu coloco aqui a Fazenda à disposição para discutimos, mostrar.

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Não, aliás, o senhor tem sido muito atencioso, eu não tenho o que reclamar

Eu quero fazer a seguinte solicitação, Presidente, que pudesse ser fornecido à Comissão de Orçamento um detalhamento com todos os itens, do que está incluído naquelas verbas da prestação de contas da Saúde, item por item do que foi incluído ali Eu já pedi isso ao Tribunal

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): Qual é a finalidade?

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Para saber se esses gastos são relativos a Saúde Pode ser que tenha coisa lá que não é da Saúde, como tinha naquela outro lá Eu não tenho direito não de saber isso?

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): Claro que tem, Deputado

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Quer dizer, é um direito como Parlamentar de fiscalizar Eu já pedi ao Tribunal de Contas, mas ele não fornece informação nenhuma O Tribunal de Contas aqui do Estado, me desculpe, é omisso, completamente omisso para fiscalizar o Estado Eu tenho provas que comprovam isso A Dispensa de Licitação já está bem com uns vinte anos que o Tribunal sabe e nunca fiscalizou

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Eu tenho feito, eu tenho aqui várias provas.

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): Devia apresentá-las não só ao Poder Legislativo, mas com o Ministério Público em qualquer hora

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): Vossa Excelência apresentou algumas delas ao Poder Judiciário?

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Não, mas ao Ministério Público já várias vezes

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): Não, essas provas de Vossa Excelência e ao Tribunal de Contas do Estado?

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Que ele é omisso, eu tenho várias provas Eu já tenho três pedidos para fiscalizar o BEC Toda vez eles dão uma resposta diferente, eu quero só solicitar que seja detalhado quais foram esses gastos com Saúde, item por item, porque pode ser que tenha alguma coisa ali Eu não estou desconfiando de ninguém, mas pode ser que tenha alguma coisa que não seja de Saúde ali, isso é simples

SR. DEPUTADO ADAHIL BARRETO (PSDB): Eu queria só fazer aqui um contraponto ao Deputado Nelson Martins, só um minuto, em relação aos Investimentos Eu estou recorrendo ao último quadrimestre de 2004 setembro, outubro, novembro e dezembro, porque aí consolida o anual Realmente em 2004, senhor Presidente, se nós dermos aqui uma analisada, nós vamos verificar que a previsão para Investimentos no Orçamento do Estado era de um bilhão 931 milhões de reais, isso para 2004, evidentemente que em 2005 houve uma redução, para um bilhão 612 milhões de reais, e por que essa redução? E como o meu amigo aqui disse Essa questão de investimento no Estado ainda muito pobre como o Ceará tem uma consequência direta, primeira de capitação de recursos externos e recursos internos e voluntários, estes transferidos pela União Então, se houve realmente uma redução muito pequena, até mesmo insignificativa, aliás, sem muita significação em relação aos Investimentos, é porque também a previsão caiu de um bilhão 900 milhões de reais para um bilhão 612 milhões de reais. Se nós pegarmos aqui os dois relatórios, nós vamos verificar isso aí. Então, o Estado continua investindo o que sempre vem investimento durante o ano, evidentemente sofrendo as consequências devidas exatamente dessa falta muitas vezes de implementação de capitação de recurso externo através de empréstimo e da própria União Eu pergunto, aquele dinheiro do Metrofor

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 88

chegou todo? Dr João Alfredo, V Exa sabe dizer? Não Pronto, interfere diretamente aqui. Então, Deputado Nelson Martins, por isso que houve realmente uma redução pequena, mas houve, em função da própria previsão que também diminuiu, não é que o Estado esteja investimento menos, a previsão diminuiu evidentemente a execução diminui também

SR. JURANDIR GURGEL (Sefaz): Só retificando uma posição do Deputado Adahil Barreto, quando ele coloca a questão do Investimento, a título de ilustração, o que estava previsto de Investimento, o Tesouro realizou da ordem de 73%, as outras fontes que estavam previstos, o que foi realizado só foi da ordem de 20% Então, houve uma frustração muito grande de Transferência Corrente Capital e de recursos externos Mas, em nível de Tesouro o Estado vem fazendo um esforço muito grande para cobrir

SRA. DOLORES PEREIRA (Sefaz): Só um esclarecimento, Deputado. O senhor falou de mudança de critério A própria União, através da STN, todo ano muda os modelos dos manuais, dos formulários da Lei de Responsabilidade Fiscal. E isso aí, explica também o problema do aumento do gasto com o pessoal, porque através da Portaria 470 de 2004, que é o manual da Gestão Fiscal para 2005, ela mandou acrescentar ao repasse da contribuição patronal que o Estado faz para a Subsec, por isso o grande aumento, mas não vinha, não tinha É por isso que teve esse aumento e virá no Balanço e o Secretário Mauro Filho também está fazendo questão de explicar essa parte Virá no balanço comparado com Patronal e sem Patronal

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Bom, mais algum deputado queria contestar?

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): Essa questão dos anos anteriores, não incluía essa tese

SRA, DOLORES PEREIRA (Sefaz): Ela muda também, o Manual da STN muda também os modelos de preenchimento de formulários, todos os formulários da gestão fiscal e do relatório resumido é feito através do Manual Já existe o Manual para os procedimentos de 2006 A gente está seguindo aqui o gasto com Saúde, estamos seguindo também a Portaria, a maior Legislação através de gasto com Saúde, fora a Emenda Constitucional é a Portaria do Ministério da Saúde 2047, que manda incluir a função saneamento e gestão ambiental, por isso que a gente colocou no ano de 2004 o Canal da Integração e saneamento, tudo na fonte do Tesouro e também juros e encargos da dívida daqueles empréstimos contraídos a partir de 2000

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Secretário queria complementar?

SR. JOÃO ALFREDO: É só, Deputado Nelson Martins, quando Vossa Excelência faz uma ponderação nas transferências correntes Está certo que cresceram, agora veja o seguinte, nós vivíamos naquela perversidade do Governo Federal, que era fazer todos os benefícios, Vossa Excelência viveu muito intensamente isso Qualquer benefício que o Governo Federal vinha para ser concedida em qualquer entidade econômica, ela pegava o IPI e pegava o Imposto de Renda, não tinha como o Governo Federal dar o benefício IPI do PIS/COFINS A União chegou ao cúmulo de compensar o PIS/COFINS contido nos insumos de um sapato exportado e dizer o seguinte Não, não compensa na PIS/COFINS não, compensa no IPI, é uma perversidade há de convir isso Então, graças a Deus, ele abandonou essa política de perversidade, inclusive até o esquecimento que a União estava tendo no PAS, que ele recebia e apropriava em outra conta, e o Tribunal de Contas deu um prazo, que ele fez antecipação até dezembro e vai ter que fazer apuração, isso chega a 6 bilhões de reais, ele transferiu só 2 milhões Então esse crescimento foi essa modificação dessa perversidade que vinha sendo adotada pela União e cresceu bastante

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 89

Com relação a IMI Resolução do Senado, o limite estabelece 11%, essa majoração, esse valor que suplanta aquele limite, é porque nós tínhamos débitos dentro da própria resolução, que ele diz que eu tenho que excluir, eu tenho as obrigações, quando nós verificamos, os nossos quadros de endividamento desse demonstrativo, aquele de dívida que nós temos, da nossa relação de endividamento, nós temos uma folga brutal, talvez sejamos o único Estado brasileiro que nós estamos com uma performance esplêndida Então, essa pressão, que eu até, isso tem sido pressão junto ao Governo Federal Governo Federal! Seja mais benevolente, rebate, diminua aquelas obrigações, para que nós tenhamos o comprometimento menor, mas lamentavelmente até aceito a insensibilidade do Governo Federal, porque se abrir par um vai ter que abrir para todos, isso é uma realidade Nós vimos o seguinte, que a dívida consolidada líquida, nós tínhamos um limite de 200% da receita corrente líquida, nós só aproveitando 73%, então é uma folga boa, isso é o esforço da gente ter uma gestão fiscal bem equilibrada, erros podemos até cometer, mas há um esforço muito grande deputado

SR. DEPUTADO NELSON MARTINS (PT): O problema é que o governo do Fernando Henrique Cardoso deixou o Brasil arrasado Então, não pode de uma hora para outra resolver os problemas, está resolvendo muita coisa, a herança que foi deixada pelo governo anterior foi um desastre

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FRANCINI GUEDES (PSDB): Mais alguém queria se manifestar?

Então, agradeço a presença do Secretário da Fazenda e de toda sua equipe, a presença dos Deputados Lamentar mais uma vez a ausência dos Deputados da Comissão e outros Deputados, porque é importante essa discussão de hoje Um abraço e obrigado

LRL- LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
ICMS- IMPOSTO CIRCULAÇÃO MERCADORIA SERVIÇOS
IPVA-IMPOSTO
TCD-
PIS- PROGRAMA INTEGRAÇÃO SOCIAL
IPI-
PÁS-
TC- TRIBUNAL DE CONTAS
FPE-

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DESPACHO DE DISTRIBUIÇÃO E INSTRUÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO CEARÁ Fls 90

PROCESSO Nº: 02031/2006-6

À Sala de Sessões.

Em 20 / 04 / 2006

SECRETÁRIO-GERAL

À **Distribuição,** por sorteio informatizado em Sessão Plenária

Em 25 / 04 / 2006

Ao **Exmo. Sr. Conselheiro Relator**

- ☐ Dr. Suetônio Mota
- ☐ Dr Teodorico Menezes
- ☐ Dr. Alexandre Figueiredo
- ☒ Dra Soraia Victor

À Coordenadora **Inspetoria**, para instrução, em atendimento ao despacho inicial nº 10/2006 do Relator.

Em 26 / 04 / 2006

SUBSECRETÁRIO

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL
CONTADORIA DIRETA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA - JANEIRO A DEZEMBRO/2005

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ
Fls. 38

LRF, Art. 55, Inciso III alínea "a" - Anexo V — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**	
Disponibilidade Financeira	320 563 942	Depósitos	126 133 757
Bancos	235 650 337	Restos a Pagar Processados	120 435 168
Conta Movimento	61 492 730	Do Exercício	119 350 792
Contas Vinculadas	0	De Exercícios Anteriores	1 084 376
Aplicações Financeiras	174 157 607	Outras Obrigações Financeiras	3 082 904
Outras Disponibilidades Financeiras	84 913 606		
SUBTOTAL	320 563 942	**SUBTOTAL**	249 651 830
Insuficiência antes da inscrição em Restos a Pagar não processados (I)	-	**Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar não processados (II)**	70 912 112
TOTAL	320 563 942	**TOTAL**	320 563 942
Inscrição em Restos a Pagar não Processados (III)			50 739 588
Suficiência após a inscrição em Restos a Pagar não Processados (IV) = (II - III)			20 172 524

Fonte SIC/CECAD/COTES

NOTA No montante das disponibilidades de caixa do final do exercício de 2005, demonstrado no quadro do Art 55, inciso III, alínea "a", encontram-se todos os recursos da conta única do Tesouro Estadual

REGIME PREVIDENCIÁRIO

R$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	84 351 795	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**	49 342 170
Caixa	0	Depósitos	3 211 634
Bancos	84 351 795	Restos a Pagar Processados	46 130 536
Conta Movimento	84 351 795	Do Exercício	46 130 536
Contas Vinculadas	0	De Exercícios Anteriores	0
Aplicações Financeiras	0	Outras Obrigações Financeiras	0
Outras Disponibilidades Financeiras	0		0
Insuficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não processados (V)	-	**Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar não processados (VI)**	35 009 625
TOTAL	84 351 795	**TOTAL**	84 351 795
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			35 009 625
DÉFICIT		**SUPERÁVIT**	35 009 625

Fonte SIC/CECAD/COTES

COORDENADORES DA COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL

ANTÔNIO BARBOSA ANDRADE JUNIOR

JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO

SECRETÁRIO DA FAZENDA

SECRETÁRIA DA CONTROLADORIA

CHEFE DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL
CONTADORIA DIRETA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA JANEIRO A DEZEMBRO2005

LRF, Art 55, Inciso III, alínea "b" Anexo VI — **R$ 1,00**

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO		
LEGISLATIVO					
Assembléia Legislativa	6 382	159 794	207 211		
Fundo de Previdência Parlamentar	0	0	0		
Tribunal de Contas do Estado	0	2 049	19 972		
Tribunal de Contas dos Municípios	3 762	3 021	0		
SUBTOTAL I	**10.144**	**164.864**	**227.183**		
		392.047			
JUDICIÁRIO					
Tribunal de Justiça	5 632	9 865	116 200		
Fundo Esp de Reap e Mod do Judiciário - FERMOJU	3 459	12 615	618 687		
Fundo Especial p/Registro Civil	0	32 970	600 000		
SUBTOTAL II	**9.091**	**55 450**	**1.334.887**		
		1.390.337			
MINISTÉRIO PÚBLICO					
Procuradoria Geral da Justiça	0	9 066 715	64 955		
SUBTOTAL III	**0**	**9.066 715**	**64.955**		
		9 131.670			
EXECUTIVO					
Administração Direta	1 400 678	90 611 032	41 532 361		
Administração Indireta	388 964	65 583 267	7 580 202		
SUBTOTAL IV	**1.789.642**	**156.194.299**	**49.112.563**		
		205.306.862			
TOTAL	**1.808.877**	**165.481.328**	**50.739.588**	**70.912.112**	
		216.220.916			

Fonte SIC/CECAD/COTES

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls 92

COORDENADORES DA COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL

ANTÔNIO BARBOSA ANDRADE JÚNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

SECRETÁRIA DA CONTROLADORIA

JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls

LRF, art 48 - Anexo VII (R$ 1,00)

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Últimos Meses	2 810 631.450	52,99
Limite Máximo (incisos I, II, III, art 20 da LRF)	3 182.628 213	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	3 023 496.802	57,00

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	3 876.733.550	73,09
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.608 760.710	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	651 225.891	12,28
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1 166 963.678	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	267 613.989	5,05
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	848 700.857	16,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIENCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor apurado nos Demonstrativos respectivos	**50.739.588**	**70.912.112**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.304.380.355

Fonte: SIC/CECAD/COTES

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls 93

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ Fls

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
FLS 94

OFÍCIO Nº 387/2006 – GAB. PRES

Fortaleza, 11 de abril de 2006.

Senhor Secretário,

Para dar cumprimento ao disposto no art. 68 da Constituição Estadual no tocante a renúncia de receita, encarecemos a Vossa Excelência autorizar ao setor competente dessa Secretaria o fornecimento, a esta Corte de Contas, do montante da receita do Estado renunciada no exercício de 2005 sob as formas de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, acompanhada da respectiva base legal.

No ensejo, é oportuno esclarecer que a presente solicitação tem por finalidade instruir o parecer prévio pertinente as contas anuais do Governo do Estado, exercício de 2005, razão por que solicitamos urgência na prestação das informações requeridas

Reiteramos a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração

Atenciosamente,

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

Recebi o Original
11/04/06

SECRETARIA DA FAZENDA GERAL

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr José Maria Martins Mendes
Secretário da Fazenda - SEFAZ
Nesta

AM/4

Dr João Alfredo
3255.1103 (Fátima)

Lourdes – 3255-1139

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 95

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA

Ofício Gab. nº 449/06 Fortaleza, 10 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 387/2006-Gab. Pres., estamos encaminhando as informações solicitadas referentes à renúncia de receita ocorrida no exercício de 2005, visando subsidiar a elaboração do parecer pertinente às contas do Governo do Estado.

Colocamo-nos à disposição para informações e esclarecimentos adicionais sobre o assunto.

Na oportunidade apresentamos a V. Exa. Protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

JOSÉ MARIA MARTINS MENDES
SECRETÁRIO DA FAZENDA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DR JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ
NESTA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
96
FLS

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CATRI

INFORMAÇÃO:
ESTADO DO CEARÁ
BENEFÍCIOS FISCIAS, DE CARÁTER GERAL, CONCEDIDOS NO EXERCÍCIO DE 2005

A renúncia fiscal, tal como tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquotas ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, foram no exercício de 2005, os mesmos existentes em exercícios anteriores, tratando-se de mera continuação dos benefícios tributários já existentes, não comprometendo as metas fiscais estabelecidas pelo Estado, uma vez que os mesmos já estão expurgados da receita estimada, por conseguinte, não acarreta impacto negativo na arrecadação do ICMS

Os benefícios fiscais existentes no Estado do Ceará são de **caráter geral**, e **concedidos de forma impessoal** e têm sua justificativa fundamentada na promoção de políticas sociais e regionais, na busca de reduzir as desigualdades.

A manutenção destes benefícios também se faz necessária devido à existência de tratamentos semelhantes concedidos por Estados vizinhos, o que prejudica sobremaneira a competitividade dos produtos fabricados no Ceará. Além disso, há que se evidenciar a importância para o desenvolvimento de atividades industriais que geram empregos e estímulos ao crescimento da economia cearense. Para permitir uma visualização geral das renúncias existentes no Estado do Ceará, foi incluída neste trabalho a listagem dos benefícios tributários existentes.

BENEFÍCIOS FISCAIS VIGENTES:

- **CRÉDITO FISCAL PRESUMIDO DO ICMS ÀS INDUSTRIAS CONSUMIDORAS DE AÇOS PLANOS - LEI Nº 12.445, DE 30 DE MAIO DE 1995.**

Em 1993, o CONFAZ aprovou o Convênio ICMS nº 94/93, que outorgava crédito fiscal às indústrias que utilizavam aços planos na elaboração de seus produtos. A

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 97

motivação para a concessão do mencionado benefício era o fato da eliminação da sistemática de comercialização dos produtos siderúrgicos planos, a qual era realizada com base em preço CIF nacional, ou seja, o preço do aço era único em todo o território nacional. Extinta esta modalidade de comercialização, as indústrias localizadas em pontos mais distantes das unidades siderúrgicas passaram a enfrentar dificuldades competitivas, haja vista que o maior valor do frete onerava bastante o custo de produção destas unidades.

Devido ao elevado peso específico dos insumos siderúrgicos, o frete representa um elevado gravame para as empresas consumidoras desta matéria prima, devido à incidência exponencial sobre os mesmos, na igual proporção da distância entre a origem e sua destinação.

O benefício que era concedido com base no Convênio ICMS nº 94/93, como também o que vem sendo dado de forma isolada pelo Estado do Ceará, por meio de lei específica, passou a ser um instrumento de grande relevância para a competitividade das empresas cearenses.

Vale salientar que o citado benefício também vem sendo concedido pelos seguintes Estados: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Outro fato importante é que os produtos elaborados pelas indústrias metalúrgicas cearenses possuem a maior parte do seu mercado localizado nas regiões sul e sudeste, onde as suas concorrentes ali localizadas possuem um insignificante custo de transporte nas aquisições de seus insumos e também de entrega de seus produtos, tornando a competição bastante desigual.

- **REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES COM OS PRODUTOS DE INFORMÁTICA - LEI Nº 12.486, DE 13 DE SETEMBRO DE 1995.**

O benefício concedido aos produtos de informática através da Lei nº 12.486, de 13 de setembro de 1995, teve como objetivo equiparar a carga tributária do ICMS cobrado no Estado do Ceará com a dos demais estados brasileiros, evitando que as aquisições desses produtos sejam realizadas em praças situadas em outras unidades federadas.

A concessão de redução da base de cálculo para produtos de informática em 41,66%, visa, tão somente manter a carga tributária atual do produto em 7%.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 98

- **REDUÇÃO DA ALÍQUOTA PARA 12% PARA AS OPERAÇÕES COM LEITE TIPO LONGA VIDA - LEI Nº 12.770, DE 97.**

O benefício concedido ao Leite Longa Vida, através da Lei nº 12.770/97 teve como objetivo o barateamento deste produto, haja vista a sua grande importância sob o aspecto nutricional das crianças, o que influencia diretamente nos elevados índices de mortalidade infantil das camadas menos favorecidas. Um outro objetivo foi o favorecimento de nossas indústrias que enfrentam grandes dificuldades de se abastecerem no mercado cearense diante da escassez do leite in natura devido às adversidades climáticas que com grande freqüência atinge o nosso Estado.

A concessão deste benefício fundamenta-se também no cumprimento do dispositivo constitucional que prevê a seletividade da cobrança do ICMS em função da essencialidade das mercadorias, característica esta, em que se enquadra o produto mencionado.

Admitindo que parcela da produção de leite longa vida á destinada a outras unidades da Federação, cuja alíquota do ICMS já é de 12%, fica evidenciada que nestas operações não se efetivam perda.

Temos que considerar também que caso estas indústrias não fossem viabilizadas através do mencionado tratamento, nos tornaríamos dependentes de parcela de crédito fiscal do ICMS cobrados pelos Estados fornecedores deste produto, o que também reduziria a arrecadação do ICMS com esta mercadoria.

- **CRÉDITO FISCAL PRESUMIDO DO ICMS ÀS INDUSTRIAS DO SETOR CERAMISTA - LEI Nº 12.854, DE 17 DE SETEMBRO DE 1998.**

O benefício destinado à indústria ceramista configura-se pela concessão de crédito fiscal presumido de 50% do valor do imposto devido nas operações com telha, tijolo, lajota e manilha, realizada pelas respectivas indústrias. Este benefício anteriormente era concedido com base no Convênio ICMS nº 26/94, cujo percentual do crédito presumido era de 20%. Tendo o Estado do Rio Grande do Norte ampliado este benefício para 50%, com o intuito de beneficiar o seu núcleo de produção localizado na cidade de Açu, quase fronteira com o Ceará, fomos forçados a equalizar o mencionado tratamento para os nossos contribuintes objetivando eliminar a concorrência desleal que atingia os ceramistas cearenses, especialmente aqueles localizados na região de Russas, onde se encontra uma expressiva concentração de pequenos e médios fabricantes destes produtos.

Com base nas informações dos sistemas informatizados da SEFAZ, identifica-se a existência de 334 estabelecimentos ativos no CAE 10 30 00 0 – Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido, sendo 249 empresas normais e 85 empresas de pequeno porte ou microempresa.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 99

Este benefício se constitui uma faculdade em que o contribuinte, ao optar pelo mesmo, abdica do direito de utilização dos créditos fiscais referentes aos insumos utilizados no processo produtivo. O tamanho efetivo desse benefício é bem menor do que o tamanho do crédito fiscal que é concedido. Haja vista que a sua utilização implica na não utilização dos valores dos créditos fiscais referentes à energia elétrica, transporte, combustíveis, entre outros, que poderiam ser utilizados pelos contribuintes, caso optassem pelo regime normal de tributação.

- **REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM OS VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS QUANDO REALIZADAS POR CONCESSIONÁRIOS - LEI Nº 13.025, DE 20 DE JUNHO DE 2000.**

O benefício concedido aos veículos automotores novos através da Lei nº 13.025, de 20 de junho de 2000, teve como objetivo equalizar a carga tributária do ICMS cobrado no Estado do Ceará com a dos demais Estados brasileiros, evitando que as aquisições desses produtos sejam realizadas em praças situadas em outras unidades federadas.

O benefício que foi concedido através de Convênio ICMS, como também o que vem sendo dado de forma isolada pelo Estado do Ceará, através da lei nº 13.025/2000, fixou a alíquota em 12% para as operações internas com estes produtos e passou a ser um instrumento de grande relevância para a competitividade dos concessionários cearenses.

A concessão de redução da base de cálculo deste produto visa tão somente manter a carga tributária atual do produto em 12%, no mesmo tamanho que é adotado pelas demais unidades da Federação.

- **REDUÇÃO DA ALÍQUOTA PARA 12% PARA AS OPERAÇÕES COM CONTADORES DE LÍQUIDO E MEDIDOR DIGITAL DE VAZÃO - LEI Nº 13.268, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002.**

O benefício concedido aos contadores de líquido (NBM/SH 9028.20) e medidor digital de vazão (NBM/SH 90.26.20.90), através da Lei nº 13.268/2002, teve como objetivo tornar competitivo o preço do produto cearense com os demais preços praticados em outras unidades da federação.

Vale salientar que os Estados fabricantes deste produto praticam alíquotas de 12%, o que vinha inviabilizando a venda dos produtos cearenses.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls. 100

- **REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS EM 58,82% NAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM GESSO E COM AS EMBALAGENS ESPECIFICADAS - LEI Nº 13.268, DE 30 de dezembro DE 2002.**

Prevê a redução da base de cálculo do ICMS em 58,82% para o gesso. Tendo o Estado de Pernambuco concedido benefício semelhante, com o intuito de beneficiar o seu núcleo de produção localizado nas cidades que fazem fronteira com o Ceará, fomos forçados a equalizar o mencionado tratamento para os nossos contribuintes objetivando eliminar a concorrência desleal que atingia os produtores cearenses de gesso.

Quanto à redução de base de cálculo do ICMS para o material de embalagem destinados a produtos da cesta básica, especificamente,latas litografadas de 900 ml, 5 kg, 18 kg, classificadas na NBM/SH sob o nº 7310.21.10 e baldes plásticos com alça 3,6 l e 16 l, classificados na NBM/SH sob o nº 3923.90.00, teve como objetivo não onerar os produtos da cesta básica, aplicando-se às embalagens a mesma redução prevista para estes.

- **MICROEMPRESA SOCIAL - LEI Nº 13.298, DE 02 DE ABRIL DE 2003**

O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido concedido pelo Estado do Ceará, através de lei específica, passou a ser um instrumento de grande relevância para a as empresas de pequeno tamanho e reduzido porte financeiro.

Esta lei modificou a Lei nº 12.539/95, que concedeu tratamento tributário diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

A alteração efetuada pela Lei nº 13.298/03 em relação ao tratamento simplificado adotado pela Lei nº 12.539/95 foi à instituição da microempresa Social, na qual se enquadram as empresas que, por sua diminuta capacidade contributiva merecem tratamento mais ainda simplificado e mais adequado à sua realidade econômica.

- **REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DO IPVA PARA 1% PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES AOS ESTABELECIMENTOS LOCADORES: - LEI Nº 13.274, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002.**

O tratamento diferenciado concedido pelo Estado do Ceará, através da lei nº 13.274/02 passou a ser um instrumento de grande relevância para o recolhimento ao Estado do Ceará, do IPVA dos veículos pertencentes aos estabelecimentos locadores.

Este tratamento surgiu da necessidade de equalizar a carga tributária do Estado do Ceará com a dos demais estados brasileiros, tais como, Pernambuco,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 101

Paraná, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, dentre outros, que estabeleciam tratamento diferenciado para a frota dos estabelecimentos locadores de veículos, com relação aos demais contribuintes. Como consequência desta realidade, mais de 90% dos veículos de locadoras cearenses eram registrados em outras unidades da Federação, com o intuito de obter um ganho tributário, qual seja pagar o IPVA com uma alíquota menor.

Com o tratamento concedido pelo Estado do Ceará foi possível equiparar a carga tributária do ICMS cobrado no Estado do Ceará com a dos demais Estados brasileiros, evitando perda de receita do IPVA, em decorrência dos recolhimentos do IPVA que deixaram de migrar para outras unidades federadas, como também se constitui em instrumento impulsionador da atividade turística, que se utiliza os serviços de locação de veículos.

- **REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA RELATIVAMENTE ÀS OPERAÇÕES COM ÓLEO DIESEL, DE 25% PARA 17%.**

O CONFAZ aprovou o Convênio ICMS nº 135/2003, celebrado com base na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975.

O Governo do Estado do Ceará, baseado na disposição do mencionado Convênio, publicou o Decreto nº 27,486, de 30 de junho de 2004, dispondo sobre a redução da base de cálculo nas operações internas com óleo diesel. Essa medida decorreu da necessidade de equalizar a carga tributária do óleo diesel comercializado neste Estado com a vigente nas unidades federadas circunvizinhas, de forma que os revendedores desse produto, bem como seus consumidores não fossem afetados com os preços aqui praticados em virtude de uma maior exigência tributária.

- **CONCESSÃO DE CRÉDITO FISCAL NAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL - ECF.**

O CONFAZ aprovou o Convênio ICMS nº 43/2004, celebrado com base na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, que autorizou o Estado do Ceará, a conceder crédito fiscal presumido do ICMS relativamente à aquisição de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) e de Solução de Transferência Eletrônica de Fundos.

O Governo do Estado do Ceará, ratificou e incorporou à legislação tributária estadual o mencionado Convênio através do Decreto nº 27.484, de 30 de junho de 2004.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 102

- **ISENÇÃO DO ICMS NAS SAÍDAS INTERNAS DE PRODUTOS VEGETAIS OLEAGINOSOS DESTINADOS A PRODUÇÃO DE BIODIESEL**

O CONFAZ aprovou os Convênios ICMS nº 105/03 e 11/2005, celebrados com base na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975. Mencionados Convênios autoriza os Estados a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos vegetais destinados a produção de biodiesel.

O Governo do Estado do Ceará, baseado nas disposições dos mencionados Convênios, publicou o Decreto nº 27.785, de 02 de maio de 2005, dispondo sobre a isenção do ICMS nas operações internas com produtos vegetais destinados a produção de biodiesel.

- **ISENÇÃO DO ICMS NA SAÍDA INTERNA DE LEITE IN NATURA, PASTEURIZADO OU RESFRIADO, E QUEIJO TIPO QUALHO**

Considerando a necessidade de ajustar a carga tributária do leite in natura, pasteurizado ou resfriado, e queijo tipo qualho, produzidos dentro do Estado, com um padrão de tributação ensejando uma competição uniforme; e amparado pelos Convênios ICM 07/77 e 25/83 e Convênios ICMS 121/89, 78/91 e 124/92, aprovados pelo CONFAZ, celebrados com base na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975. O Governo do Estado do Ceará, publicou o Decreto nº 27.913, de 15 de setembro de 2005, dispondo sobre a isenção do ICMS na saída interna de leite in natura, pasteurizado ou resfriado, e queijo tipo qualho.

- **DISPENSA DE JUROS E MULTAS RELACIONADOS COM DÉBITOS FISCAIS DO ICMS.**

O CONFAZ aprovou o Convênio ICMS nº 91/2005, alterado pelo Convênio ICMS nº 110/2005, celebrados com base na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975.

O Governo do Estado do Ceará, baseado na disposição do mencionado Convênio, publicou a Lei nº 13.688, de 08 de novembro de 2005, que dispensa o pagamento de juros e multas nos percentuais definido na mencionada Lei, desde que o valor atualizado do imposto seja efetuado integralmente, em moeda corrente, com observância dos prazos estabelecidos na citada lei.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 103

PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

○ FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - FDI

É importante ressaltar que o Estado possui, desde 1979, programa de atração de investimento para o setor industrial, instituído através do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, (Lei Estadual nº 10.367/79 e suas alterações), cujas operações são realizadas por meio de concessão de empréstimos subsidiados de médio e longo prazo ou por dilação de prazo no pagamento do ICMS. As operações de FDI realizadas por meio de operações de crédito, no exercício de 2005, atingiram o montante de R$ 83.842.326,63.

As operações realizadas sob a forma de dilação do prazo do pagamento do ICMS, com subsídio sobre a parcela do imposto cujo pagamento foi postergado, foram da ordem de R$ 423.151.370,20.

Evidenciamos que as empresas enquadradas no FDI são atraídas para sediarem-se em nosso Estado movidas pelo incentivo fiscal concedido, na modalidade que todas as unidades federadas menos desenvolvidas oferecem visando à redução das desigualdades regionais através da oferta de empregos, do aumento da renda e do incremento da fabricação de produtos que antes não eram produzidos no Estado. O FDI objetiva atrair empreendimentos novos, por conseguinte, os valores incentivados não configuram falta de arrecadação da receita prevista, não comprometendo as metas de resultados fiscais, na forma definida no art.14, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 104

PROCESSO: 02577/2006-6

Entrada:
18/05/2006
Espécie:
OUTROS
Interessado:
JOSE MARIA MARTINS MENDES

Entidade:
GOVERNO DO ESTADO DO CEARA
Assunto:
DOCUMENTO REL AO PROCESSO Nº 02031/2006-6

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Fls 105

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL
Av Alberto Nepomuceno, nº 2 - Centro - CEP 60055-000 - Fortaleza-Ce
Telefone. 3255-1000 – www.sefaz.ce.gov.br

Ofício nº 472/2006 - GAB

Fortaleza, 17 de maio de 2006.

Ao Senhor,
Conselheiro JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Contas do Estado
Nesta.

Assunto: **Substituição de Tabela**

Senhor Presidente,

Com referência ao Relatório do Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 2005, enviado a essa Corte de Contas através do Ofício GG nº 161/06, de 10/04/2006, solicito de V Exa a substituição da página 122 do referido Relatório para fins de permutar a Tabela nº 16

Na certeza, de contar com o apoio de V.Exa. renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

JOSÉ MARIA MARTINS MENDES
Secretário da Fazenda

C:\Documents and Settings\BANCO DE DADOS WORD OFICIOS_2006\GABINETE OFICIO 161.doc

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ
Núcleo de Atendimento e Protocolo
18/05/2006
Nº do Protocolo
02577/2006-6

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls 106

Tabela 16
Dispêndios Governamentais Passíveis de Licitação em 2005
Em Percentuais (%)

MODALIDADE	PODER/ÓRGÃO				TOTAL
	EXECUTIVO	JUDICIÁRIO	LEGISLATIVO	MIN. PÚBLICO	
Carta Convite	3,08%	3,99%	3,42%	11,95%	3,16%
Concorrência	30,11%	23,73%	22,81%	0,00%	29,41%
Dispensa e Inexig	38,53%	38,76%	65,28%	48,32%	39,86%
Internacional	2,40%	0,00%	0,00%	0,00%	2,19%
Pregão	16,99%	20,63%	2,80%	23,26%	16,46%
S/Licitação	0,28%	0,20%	0,03%	0,03%	0,26%
Tomada de Preços	8,63%	12,69%	5,67%	16,44%	8,66%
TOTAL GERAL	100,00%	100%	100%	100,00%	100,00%

Fonte: SIC/SECON

Obs O valor das despesas passíveis de licitação foi apurado em função da natureza das operações segregadas a partir dos itens de despesas e das características dos credores, considerando essas variáveis individualmente e a sua intersecção

Cabe destacar, inicialmente, que o valor que aparece como "Sem Licitação" refere-se a inconsistências na alimentação do sistema e corresponde ao total dos empenhos efetuados para itens de despesas consideradas licitáveis, cujo preenchimento do campo "modalidade de licitação" não ocorreu No exercício em análise, 72% dos valores constantes nessa situação refere-se a empenhos para a CAGECE

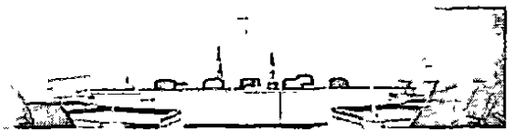
De acordo com os demonstrativos, no que respeita as compras efetuadas por meio de processo licitatório, de modo geral, a modalidade mais utilizada no exercício de 2005 foi a concorrência com um percentual de 29,41% do total Individualmente, à exceção do Ministério Público, essa foi também a modalidade mais utilizada por todos os Poderes, sendo o Poder Executivo o que mais utilizou essa modalidade com um percentual de 30,11% dos seus gastos

A modalidade Pregão foi a segunda mais utilizada, com um percentual de 16,46% dos gastos totais do Estado. Destaque aqui para o Ministério Público que efetuou 23,26% dos seus gastos nessa modalidade de licitação

Relativamente às compras diretas, ou seja, àquelas que se processaram através de Dispensa e Inexigibilidade de licitação, o percentual atingido por essas duas situações, no exercício de 2005, foi 39,86% do total dos gastos Comparativamente aos totais dos seus gastos individuais, o Poder Executivo com um percentual de 38,53% foi quem menos incorreu nessas situações, seguido de perto pelo Poder Judiciário com 38,76% O Poder Legislativo e o Ministério Público apresentam um percentual de 65,28% e 48,32%, respectivamente.

Cabe ressaltar que o percentual maior ou menor não significa erro ou acerto no processo de compras, mas apenas um indicativo da forma utilizada para realização das despesas A análise, quanto à aderência dos procedimentos administrativos aos dispositivos legais é realizada por ocasião do exame dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos, que estão refletidos nas respectivas prestações de contas anuais

Tribunal de Contas do Estado - TCE/CE



Cadastros Básicos | Processo | Consultas | Relatórios | Sair

Usuário: MICHELLE

Histórico de Processo

Nº Processo:
02031/2006-6 | Selecionar | Julgamentos | Trâmites | Novo

Detalhe do Processo

Interessado(s):

Requerente LUCIO GONÇALO DE ALCANTARA

Número do SPU:

Data de Entrada: 17/04/2006 **Situação do Processo:** PARA EXAME

Setor Atual: COORDENADORIA **Encaminhado em:** 26/04/2006

Relator: Soraia Victor **Espécie do Processo:** CONTAS DE GOVERNO

Entidade: GOVERNO DO ESTADO DO CEARA

Procedência: GABINETE DO GOVERNADOR

Assunto: PRESTAÇAO DE CONTAS REF AO EXERCICIO DE 2005

Trâmites

Envio:	Setor:	Recebimento:	Motivo:
26/04/2006	COORDENADORIA		PARA ANÁLISE DA COORDENADORIA
26/04/2006	SUBSECRETARIA	26/04/2006	ENCAMINHAMENTO A(O) SUBSECRETÁRIO(A)
25/04/2006	GAB.CONS SORAIA	25/04/2006	SORTEIO REALIZADO
24/04/2006	SALA DAS SESSOES	25/04/2006	PROVIDENCIAR DISTRIBUIÇÃO
17/04/2006	SECRETARIA	18/04/2006	ANDAMENTO INICIAL
17/04/2006	NÚCL ATEND E PROTOCOLO	17/04/2006	RECEBIMENTO NO PROTOCOLO

Imprimir

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls 108

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls. 94

OFÍCIO Nº 387/2006 – GAB. PRES. Fortaleza, 11 de abril de 2006.

Senhor Secretário,

Para dar cumprimento ao disposto no art. 68 da Constituição Estadual no tocante a renúncia de receita, encarecemos a Vossa Excelência autorizar ao setor competente dessa Secretaria o fornecimento, a esta Corte de Contas, do montante da receita do Estado renunciada no exercício de 2005, sob as formas de: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, acompanhada da respectiva base legal

No ensejo, é oportuno esclarecer que a presente solicitação tem por finalidade instruir o parecer prévio pertinente as contas anuais do Governo do Estado, exercício de 2005, razão por que solicitamos urgência na prestação das informações requeridas.

Reiteramos a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração

Atenciosamente,

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

Recebi o Original
em 11/04/06

SECRETARIA DA FAZENDA GERAL

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. José Maria Martins Mendes
Secretário da Fazenda - SEFAZ
Nesta

AM/4

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DESPACHO DE DOCUMENTOS RELACIONADOS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ Fls 109

PROCESSO Nº: 02577/2006-6-TC
REF. AO PROCESSO Nº: 02031/2006-6-TC

Constam dos autos documentos relacionados com o processo nº 02031/2006-6-TC, referente à Prestação de Contas Anual do Governo, alusiva ao exercicio de 2005

Destarte, tendo em vista a decisão plenaria de 12.01.2005, encaminho os autos à consideração do Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, em virtude de encontrar-se de férias a Exma. Sra. Conselheira **Dra. Soraia Víctor**, esclarecendo que o processo acima aludido se encontra na Coordenadoria das Unidades de Controle Externo.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas do Estado, em Fortaleza, 22 de 05 de 2006

Cesar Wagner Marques Barreto
SECRETÁRIO-GERAL

Com base na decisão plenária de 12 de janeiro de 2005, encaminho os presentes autos à Coordenadoria das Unidades de Controle Externo para juntada deste ao processo de nº 02031/2006-6, e posterior análise.

Em 23 / 05 /2006.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

EXTRAIDO

ALFA/

\\svtcedc1\Secretaria\ModelosDespachos/DOCUMENTOS RELACIONADOS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CEARÁ
A Cidadania em Destaque

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DIVISÃO DE INF. E DOCUMENTAÇÃO
110

MATÉRIA: _____

RELATOR: Dep. Vasques Landim.

PARECER: Favorável.

Fortaleza, 07 **de** Novembro **de 2006.**

Relator

POSIÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

DESTINAÇÃO DA MATÉRIA: _____

Fortaleza, 07 **de** novembro **de 2006.**

Presidente da COFT

AV DESEMBARGADOR MOREIRA 2807 DIONÍSIO TORRES
TEL (0xx85) 3277 2500 FAX (0xx85) 3277 2753
CEP 60170 900 FORTALEZA CEARÁ
E mail epovo@al ce gov br Http //www al ce gov br

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CEARÁ
A Cidadania em Destaq

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CEARÁ
A Cidadania em Destaque

PROJ.DE DEC. LEGISLATIVO 2 /2006
PROTOCOLO DE ENTRADA DO
EXPEDIENTE LEGISLATIVO
Em 1 / 11 Rec. Por:

DIVISÃO DE INF. E DOCUMENTAÇÃO
111

APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA
Em 8 de novembro de 2006
SECRETÁRIO

Aprova as Contas apresentadas pelo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 2005.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 2005

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, em Fortaleza, 7 de novembro de 2006

PRESIDENTE

RELATOR

AV DESEMBARGADOR MOREIRA 2807 - DIONÍSIO TORRES
TEL. (0xx-85) 277 2500 FAX (0xx-85) 277 2753
CEP 60170-900 FORTALEZA CEARÁ
E mail epovo@al.ce.gov.br - Http //www.al.ce.gov.br

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
26ª LEGISLATURA/ 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
LIDO NO EXPEDIENTE DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA

DESPACHO

(X) Publique-se e Inclua-se em Pauta
( ) Inclua-se na Ordem do Dia em ____/____/____
( ) Encaminhe-se ao Gabinete da Presidência
( ) Encaminhe-se à Comissão
( ) Encaminhe-se ao Autor da Proposição

Em 08/11/06 Presidente / Secretário

DIVISÃO DE INF. E DOCUMENTAÇÃO
112

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CEARÁ
A Cidadania em Destaque

DIVISÃO DE INF. E DOCUMENTAÇÃO
113

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/06

Aprova as Contas apresentadas pelo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 2005.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art 19, inciso I, da Resolução 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 2005.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 8 de novembro de 2006

_____ PRESIDENTE

_____ RELATOR

_____

_____

_____

_____

_____

AV DESEMBARGADOR MOREIRA, 2807 DIONÍSIO TORRES
TEL. (0-xx-85) 277 2500 - FAX (0-xx-85) 277 2753
CEP 60170-900 FORTALEZA CEARÁ
E-mail epovo@al.ce.gov.br - Http://www.al.ce.gov.br

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CEARÁ
A Cidadania em Destaque

DIVISÃO DE INF. E DOCUMENTAÇÃO
114

DECRETO LEGISLATIVO Nº 456, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2006.

Aprova as Contas apresentadas pelo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 2005.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, inciso I, da Resolução 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, alusivas ao exercício de 2005.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 8 de novembro de 2006.

DEP. MARCOS CALS
PRESIDENTE

DEP IDEMAR CITÓ
1.º VICE-PRESIDENTE

DEP. DOMINGOS FILHO
2 º VICE-PRESIDENTE

DEP. GONY ARRUDA
1.º SECRETÁRIO

DEP. JOSÉ ALBUQUERQUE
2.º SECRETÁRIO

DEP. FERNANDO HUGO
3.º SECRETÁRIO

DEP. GILBERTO RODRIGUES
4 º SECRETÁRIO